

MARILENE ROSA NOGUEIRA DA SILVA

NEGRO NA RUA

A NOVA FACE DA ESCRAVIDÃO



CEM ANOS DA
ABOLIÇÃO
1888-1988

MinC - MCT - CNPq
Programa Nacional do Centenário
da Abolição da Escravatura
Governo José Sarney

EDITORA HUCITEC

São Paulo, 1988

© Direitos autorais, 1988, de Marilene Rosa Nogueira da Silva.
Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia "Hucitec" Ltda., Rua Geórgia, 51 — 04559 São Paulo, Brasil. Telefone: (011) 241-0858.

Capa: Luis Díaz (projeto) e Estúdio Hucitec (arte-final).

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Marilene Rosa Nogueira da.
S581n Negro na rua : a nova face da escravidão / Marilene Rosa Nogueira da Silva. -- São Paulo : HUCITEC ; Brasília : CNPq, 1988.
(Estudos históricos)

Bibliografia.
ISBN 85-271-0052-5

1. Brasil - História - Império - 1822-1889 2. Escravidão - Brasil - História 3. Negros - Brasil - História - Império - 1822-1889 4. Negros - Brasil - Rio de Janeiro (RJ) - Condições sociais 5. Trabalho escravo - Brasil I. Título. II. Série.

CDD-981.04
-305.896081531
-306.30981
-326.0981

88-0839

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Economia escravista : Aspectos sociais 306.30981
2. Brasil : Escravidão : História : Ciência política 326.0981
3. Brasil : Escravos ao ganho : Sociologia 306.30981
4. Brasil : Escravidão urbana : Sociologia 306.30981
5. Império : Brasil : Condições sociais 981.04
6. Império : Brasil : História 981.04
7. Negros no Rio de Janeiro : Cidade : Sociologia 305.896081531

*Para meus filhos queridos
Rodrigo e Renata pelos
momentos roubados.*

Foi feito o depósito legal.

SUMÁRIO

Prefácio, <i>Célia Freire A. Fonseca</i>	9
Agradecimentos	15
Introdução	17
O tema e sua importância	17
Os caminhos percorridos	23
1 Escravidão urbana — um tema em questão	25
2 A cidade e a escravidão	37
A cidade	37
A cidade cresce	42
O negro — mão-de-obra essencial numa cidade que cresce ..	51
Como conseguir um escravo na cidade	59
3 O escravo ao ganho — uma nova face da escravidão	87
O que era ser um escravo ao ganho?	87
Desprezo, necessidade, medo — a ideologia escravista	91
Licenças: o caminho para o ganho	103
Sobreviver é preciso	109
O negro e o trabalho — iconografia	128
4 O grupo social que explorava o escravo ao ganho	143
Senhor ou senhora de escravo ao ganho — condições de vida	143
Conclusões	157
Bibliografia	161

PREFÁCIO

Negro Na Rua — A Nova Face da Escravidão é o livro que resultou da dissertação de mestrado de Marilene Rosa Nogueira da Silva, com o título de O Escravo ao Ganho — Uma Nova Face da Escravidão, trabalho defendido em outubro de 1986, ao concluir a autora o curso de Pós-Graduação de História, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

Entre os novos livros sobre a escravidão no Brasil, que o Centenário da Abolição proporcionou a oportunidade de publicar, o estudo sobre o “escravo ao ganho” agora realizado, distinguir-se-á como um dos mais competentes e dos mais interessantes sobre o tema. É que não se trata de improvisação nem de trabalho repetitivo mas de pesquisa histórica séria, realizada com preparação necessária e que possibilitou o tratamento adequado da documentação, tanto inédita como tradicional. Trata-se do primeiro estudo sistemático sobre as atividades do escravo no mercado livre de trabalho, existente nas cidades, em benefício do proprietário mas também da nova situação do cativo, apesar da contradição diante do sistema escravista dominante, ainda, no Brasil do século XIX. Contradição de menor porte, de qualquer modo, que a permanência da escravidão no Brasil independente e parlamentarista, instaurado pela monarquia constitucional desde 1822.

O estudo do “escravo ao ganho”, característico da escravidão urbana, foi favorecido pela pesquisa realizada na principal cidade brasileira do século XIX, o Rio de Janeiro,

capital do Brasil Imperial. Assim, a pesquisa é realizada junto ao estudo do desenvolvimento e das mudanças, igualmente significativas, da cidade do Rio de Janeiro, incluindo o crescimento dos negócios e das atividades mercantis e portuárias, bem como manufatureira, do período.

A aceleração do crescimento e as mudanças sucederam-se desde 1808, com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, mas é no período que se inicia em 1820 que se intensifica o trabalho do "escravo ao ganho", na cidade do Rio de Janeiro e que justifica o corte temporal realizado pela autora. A pesquisa dos pedidos de licença para o trabalho dos seus escravos, feitos pelos proprietários à Câmara Municipal, permitiu construir o gráfico que possibilita acompanhar o progresso deste tipo de trabalho que, em 1870, alcançou seu nível mais alto e, embora em decréscimo, permanece até o fim da escravidão.

A habilidade dos escravos nos ofícios era conhecida e utilizada desde a época colonial, e foi aproveitada na fase da transição e desenvolvimento das cidades, como era de esperar enquanto perdurasse o sistema. Pois desde o início da colonização foram os escravos os artífices, de modo geral, de todos os objetos e produtos que não tivessem sido importados, da metrópole ou de outras nações estrangeiras. O crescimento e as transformações das cidades no Brasil, portanto, não dispensariam o trabalho escravo, sob novas formas e em novos setores de atividades urbanas. Tradicionalmente associado às atividades manuais, o trabalho servil não poderia deixar de acompanhar as transformações e de se adaptar às novas necessidades da vida urbana do Brasil independente. Não é fácil, por todos esses motivos, conceituar o trabalho dos "escravos ao ganho", seja no sistema escravista, seja em relação ao trabalho dos homens livres, nas cidades, como mostra a autora, ao abordar o problema. Mais fecunda é a pesquisa e o aproveitamento de novos documentos, junto à documentação tradicional, realizada com competência, como comprovam os resultados do trabalho.

A importância da documentação utilizada pode ser avaliada pelos esclarecimentos e pelas novidades que a autora

apresenta na obra agora publicada. Assinala também a bibliografia sumaríssima sobre a escravidão urbana — na ocasião da elaboração do trabalho apenas duas teses específicas ainda não publicadas — e a propósito dos objetivos da pesquisa, expõe o interesse não somente do estudo da escravidão urbana no Rio de Janeiro mas, em especial, a investigação sobre o "escravo ao ganho" e suas atividades nos vários setores da cidade.

Além do estudo do escravo ao ganho no mercado livre de trabalho, analisa a autora as dificuldades maiores que enfrentava e as duras condições de vida desses trabalhadores.

A pesquisa e o estudo sobre os proprietários de escravos utilizados para serviços que permitiam renda monetária, revelaram informações novas quanto ao tipo de acordo entre as partes, situação econômica e social dos senhores, qualificação profissional de alguns deles, além das freguesias em que residiam. Observa uma certa correlação entre a distribuição espacial dos proprietários no Rio de Janeiro e o número de pedidos de licença para o trabalho de seus escravos. Distingue, na sua pesquisa, a existência de categorias sociais intermediárias e as condições de vida da maioria desses proprietários, embora observe que o grupo se apresentava tão heterogêneo como o dos escravos a seu serviço, na cidade.

A relação dos senhores dos escravos ao ganho com o Estado é analisada através da nova documentação e oferece-nos informações bem fundamentadas, como as observações sobre a necessidade de a legislação municipal exercer o controle das atividades e problemas urbanos, e que não raro ocasionava atritos com os proprietários.

Os problemas da escravidão urbana que a autora analisa são, portanto, de muito interesse para historiadores e demais estudiosos de ciências humanas, no Brasil. Revela aspectos novos, não apenas do Rio de Janeiro em período de transformação extensas e gerais, como da adaptação da antiga estrutura às necessidades e realidades da sociedade urbana, em especial das novas formas e condições de tra-

balho, bem como composição da população da cidade e sua localização nas diversas freguesias.

O contexto em que se exercia o trabalho servil no mercado urbano, e as relações entre escravos e senhores são estudadas de modo objetivo, face às condições e possibilidades efetivas entre as partes. Assim considerou a autora maiores as possibilidades de "acordo" do que de rebeliões, embora a manutenção do sistema nunca se tivesse afastado da base de vigilância e repressão, e que fazia parte da organização geral da sociedade brasileira da época. Observa como o ambiente urbano e escravista do Rio de Janeiro, apesar da repressão costumeira, não conheceu em sua história grandes rebeliões de escravos. De fato, na sociedade escravista do Brasil monárquico e nas condições efetivas em que vivia a população urbana subsistiu um "acordo" não declarado entre senhores e escravos, em razão de interesses diversos mas conveniente as duas partes, face à conjuntura do período.

Assinala a autora a simpatia pelo tema da escravidão, que a interessou desde o início de seus estudos universitários, e coloca adequadamente as indagações que serviram de roteiro às pesquisas e ao estudo que realizou. Não forçou conclusões mas realizou análise fundamentada em documentação apropriada, da qual resultou contribuição nova para o conhecimento da escravidão urbana no Brasil, em especial no século XIX e na cidade do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1988.

Célia Freire A. Fonseca

AGRADECIMENTOS

É árdua a tarefa do historiador. Essa tarefa torna-se ainda mais difícil quando esse historiador acumula funções tão amplas e variadas como mãe, profissional de educação, dona-de-casa, pois, além das dificuldades inerentes à própria pesquisa, é preciso continuar sobrevivendo. Nessa roda-vida, esse historiador só poderia concretizar sua tarefa contando com a colaboração das pessoas que o cercam.

Agora é a hora dos agradecimentos a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para a execução deste trabalho. Agradeço à Professora Doutora Eulália Maria Lahmeyer Lobo pela orientação criteriosa e paciente, à Professora Doutora Célia Freire pelos ensinamentos que me marcaram a graduação e a pós-graduação, despertando em mim gosto pela pesquisa, e também pelo esforço desempenhado para retirar esse trabalho do fundo da gaveta, levando-o ao conhecimento público para sua avaliação nesta publicação que agora se faz. A grande amiga Ana Maria da Silva Moura que acompanhou e sofreu, junto, todos os momentos desse trabalho; por suas críticas, sugestões e incentivos que foram de vital importância nas horas de dúvidas e incertezas, o meu eterno agradecimento. A também grande amiga, Magda Maria Jaolino Torres, pelas sugestões que muito auxiliaram na organização final do trabalho; pelo entusiasmo e pela grande força recebida, o meu muito obrigado. A banca examinadora composta pelos professores doutores: Maria de Lourdes Viana Lyra, Ciro Flamarion S. Cardoso, agradecemos pelas críticas importantes

para a revisão e correção desse trabalho. Um agradecimento muito especial, e cheio de carinho, para as pessoas muito queridas que conviveram comigo as tensões e angústias do dia-a-dia dessa pesquisa — à minha Mãe Mathilde Rosa Nogueira, pela ajuda imprescindível na execução das tarefas e responsabilidades de controle do pequeno-grande mundo doméstico, agradecemos por ter sido Avó e Mãe-substituta; a meu Pai Nero Dias Nogueira, pelo estímulo para o estudo e pela grande confiança, à minha Filhona Renata Nogueira da Silva pela compreensão e grande auxílio na organização da bibliografia, ao meu Filho Rodrigo Nogueira de Carvalho que, apesar dos seus seis anos, muito ajudou procurando não atrapalhar a mamãe que escrevia, e, finalmente, ao meu Companheiro Pedro Getúlio de Carvalho pelo total apoio e carinho.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1988.

Marilene Rosa Nogueira da Silva

INTRODUÇÃO

O TEMA E SUA IMPORTÂNCIA

A questão negra sempre esteve presente em nossa vida, em nossa pele, em nossa história. O desejo de aprofundar essas questões levaram-me aos cursos de graduação e pós-graduação de História. Durante o transcorrer de toda a minha vida universitária, o escravo e a escravidão mereceram interesse especial de estudo: era o negro no campo, era o negro nas minas, era o negro na casa. E o negro na rua?

A constatação da quase inexistência de publicações sobre a participação inegável do negro no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX e as análises generalizantes e preconceituosas que encaravam o negro como incapaz de exercer atividades mais complexas impostas pela vida urbana, como, por exemplo, o seu emprego nas manufaturas pioneiras, deram origem a esse trabalho. Procurei levantar e analisar os aspectos específicos e característicos que marcaram a vida do escravo na cidade do Rio de Janeiro, como uma contradição nas relações escravistas tradicionais, enfim, como uma nova face da escravidão.¹

Foi pelas ruas, praças e mercados das freguesias de dentro ou urbanas da cidade do Rio de Janeiro, que segui os

¹ Desenvolvi um projeto de pesquisa para doutoramento, no qual ampliei o espaço de análise. Pretendo ainda fazer um estudo comparativo do escravo ao ganho em algumas cidades brasileiras.

passos dos negros ao ganho. A escolha do Rio de Janeiro justifica-se pelas suas características econômicas, sociais e políticas, a saber: o seu caráter eminentemente escravista, seu perfil político fundamental como sede do governo, sua situação econômica como principal porto de escoamento de café e de exportação de gêneros manufaturados,² além de ser, juntamente com Pernambuco e Bahia, um dos portos de recebimento de escravos. Encontrei também nos arquivos cariocas, em especial no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, uma riqueza de documentação sem a qual seria impossível a comprovação das hipóteses que nortearam essa pesquisa.

Inúmeras obras analisaram a escravidão rural, mas a escravidão na cidade pouca atenção tem recebido dos estudiosos do tema. Este destaque que a escravidão rural recebe em detrimento da urbana pode ser facilmente explicado, pois, como afirma Buarque de Holanda,³

"(...) Toda estrutura colonial teve sua base fora dos meios urbanos (...). Não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi sem dúvida, uma civilização de raízes rurais."

Entretanto, é preciso ressaltar que os limites entre cidade e campo nunca foram muito precisos, como muito bem explica Katia Mattoso:⁴

"(...) nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, cidade e campo são, no Brasil, estreitamente inter-relacionados. No espaço, seus limites são imprecisos, economicamente vivem em estreita simbiose. Seus habitantes não hesitam em deslocar-se de um para outro num contínuo vaivém

² LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978, p. 3.

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10 ed. Rio de Janeiro, Liv. J. Olympio, 1976, p. 41.

⁴ MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982, p. 13.

de cavalos, mulas, palanquins e pedestres. As cidades são pomares, hortas, campos urbanizados".

São recentes as pesquisas que se dedicaram ao estudo do escravo urbano no Brasil e especificamente no Rio de Janeiro. Podemos destacar a tese de doutoramento de Karrasch,⁵ *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*, defendida em 1972 e a dissertação de mestrado de Algranti,⁶ *Feitor Ausente 1808-1821*, defendida em 1983.

Estes trabalhos muito me auxiliaram no estudo e compreensão de alguns aspectos da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro. O escravo urbano deixa de ser um elemento pitoresco, exótico, descrito pelos diários e memórias de viajantes estrangeiros⁷ e passa a fazer parte do quadro explicativo das características da cidade do Rio de Janeiro.

⁵ KARRASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro. 1808-1850*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin, 1972 (exemplar xerografado).

⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente; estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983 (exemplar xerografado).

⁷ Entre os quais podemos citar os trabalhos de: DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Liv. Martins-EDUSP, 1972; ESCHWEGER, W. L. von. *Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na Capitania de Minas Gerais*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936; EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1973; GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823*. São Paulo, Ed. Nacional, 1956; LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, Liv. Martins, 1951; RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo, Liv. Martins, 1967; SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Tradução e notas do General Bertolo Klinger, prefácio e notas do Coronel F. de Paula Cidade. 3 ed. São Paulo, Liv. Martins, 1976; RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1980; EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1972; LEITHOLD, T. Von e RANGO, L. Von. *O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819*. São Paulo, Ed. Brasiliense-Ed. Nacional, 1966.

Karrasch estuda alguns aspectos da vida cotidiana dos escravos, a relação dos diferentes grupos entre si, destacando as possibilidades de mobilidade vertical e horizontal desses elementos na sociedade no período de 1808 a 1850.

Já a dissertação de Algranti preocupa-se em compreender as características do trabalho escravo na cidade e as relações que se estabeleceram, a partir dessa situação, entre os escravos e os demais grupos. A autora, a partir dos exames dos documentos da polícia (levantando os crimes e processos que incidiram sobre os escravos), traça um quadro da escravidão urbana no período de 1808 a 1821.

Meu trabalho, embora tenha o mesmo objetivo, isto é, reconstruir a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, difere dos acima citados pelos caminhos percorridos e pelo corte temporal. Priorizei o escravo ao ganho e a sua utilização nos diversos setores da vida da cidade. O núcleo básico de minha pesquisa está relacionado aos pedidos de licença feitos à Câmara Municipal, que possibilitavam a colocação de escravos ao ganho na praça do Rio de Janeiro, num período maior do que os abordados pelos trabalhos acima, 1820 a 1888.

Os viajantes estrangeiros retratavam o vaivém do negro na rua do Rio: era o negro vendedor, carregador que com seu cesto fazia parte do cenário da cidade. Foi assim que o viu e retratou Debret,⁸ e foi por intermédio dessas gravuras que o negro ao ganho chegou ao nosso conhecimento.

Da observação dessas gravuras, algumas indagações foram elaboradas: o que seria um escravo ao ganho? Quais as condições desses escravos na cidade? Qual o universo

⁸ DEBRET, Jean-Baptiste. *Op. cit.* Debret veio ao Brasil a convite do príncipe regente junto com a Missão Artística Francesa para aqui fundar a Academia de Belas-Artes. Da ilustre comitiva faziam parte grandes nomes como Grand-Jean de Montigny, arquiteto, os irmãos Taunay, um paisagista, outro estatuário. Entretanto quem mais se destacou foi Debret que, através dos seus desenhos, muito chocou aos exaltados nacionalistas da época, ao apresentar cenas de extremo realismo da vida e costumes dos escravos e suas relações com os demais grupos. Debret traça um quadro vivo do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro.

e composição dessa população escrava? Qual seria o tipo de dependência em relação aos proprietários? Quais seriam as características do grupo social que explorava esse tipo de escravidão? A que tipos de ocupações esses escravos se dedicariam? Enfim, qual seria a relação da cidade com essa forma específica de escravidão?

Estas indagações possibilitaram a organização de hipóteses que deram corpo a este trabalho. O escravo ao ganho continuaria sendo propriedade de alguém — uma mercadoria que deveria proporcionar lucro, um bem alienável que o senhor poderia alugar, emprestar, vender, doar, transmitir por herança, penhorar, enfim, exercer todos os direitos legais garantidos pela propriedade — mas adquiriria novas características.

O escravo ao ganho apresentar-se-ia, na cidade do Rio de Janeiro, empregado em atividades diversificadas. Com o crescimento da população e dos negócios, os escravos tornar-se-iam a opção para preencher as necessidades de mão-de-obra. Portanto, colocar no ganho escravos deveria representar uma grande oportunidade de lucros, pois o senhor, além de livrar-se dos custos do sustento deste escravo, muitas vezes ainda era mantido pelo trabalho deste nas ruas da cidade. Este investimento fazia-se acessível até para as famílias pobres, que tinham esses negros às vezes como sua única fonte de renda.

Esses escravos passavam o dia nas ruas alugando os seus serviços, com a obrigação de entregar aos seus senhores uma quantia diária ou semanal preestabelecida. O excedente pertenceria ao escravo, que o utilizaria da maneira que melhor lhe interessasse, não obstante ser esta situação contraditória ao sistema escravista, que proibia a ele (escravo), na condição de propriedade, possuir bens.

Coloca-se a questão: o que representaria esse ganho? Conjecturei que no sistema de ganho — específico do ambiente urbano — introduziram-se algumas relações não escravistas de produção.

“(...) escravismo colonial e capitalismo coexistiram e que, com a revolução industrial chegando o capitalismo

a ser o modo de produção dominante, elementos capitalistas penetraram nas formações econômicas e sociais escravistas, no interior das quais as concepções capitalistas 'importadas' começaram a predominar — o que é bastante compreensível quando se trata de um sistema dominante com outro dependente e periférico".⁹

Na cidade estudada pelas suas características já citadas e posteriormente melhor desenvolvidas, ocorrem profundas transformações nas relações entre escravos e proprietários. Transformações estas que se refletiriam indiretamente no próprio sistema. Algumas questões exemplificariam essas mudanças, a saber, a questão da moradia, da liberdade de circulação, da punição. O Estado assume o papel de feitor na cidade:

"(...) no ambiente urbano apesar do escravo ser uma propriedade privada ele era habitante da cidade e conseqüentemente um cidadão comum sujeito as normas existentes e a aplicação das penas aos infratores, ou seja, o direito do Estado estava além do direito do senhor, e o escravo acabava por se tornar também uma propriedade pública".¹⁰

As atividades, portanto, relativas a escravidão nas freguesias urbanas eram regulamentadas pela Câmara Municipal que, através de rígidas posturas, procurava regularizar o comércio, as licenças de escravos ao ganho, a moradia, os cuidados com a saúde, as condições de higiene dos mercados e até mesmo os próprios castigos.

O Estado apresenta-se como mediador do sistema, tornando-se alvo fácil de críticas no momento em que as leis feriam os interesses particulares dos proprietários. Logo, acredito que, nessa estrutura específica da escravidão ur-

⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion. O modo de produção colonial da América. In Santiago, Théo (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1975, p. 118.

¹⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op cit.*, p. 240.

bana, a manutenção do sistema não ocorria apenas pela repressão mas também por acordo não revelado entre as partes.

Quanto à tese relativa ao papel preponderante da rebelião negra na abolição da escravidão, o sistema de ganho não favorecia esta forma de reação, pois gerava concorrência, pelo trabalho e o receio de perda das vantagens relativas adquiridas.

OS CAMINHOS PERCORRIDOS

"O documento é essencial ao historiador porém, ele por si mesmo não constitui a História",¹¹ pois representa uma parte da realidade. É papel do historiador, na medida do possível, tentar reconstituir o mais fielmente o passado, servindo-se de intermediário entre o documento e o momento que ele retrata.

Para apurar tudo o que vou expor, procurei, na busca de maior objetividade e cientificidade possíveis, subordinar a pesquisa com as fontes a uma metodologia de trabalho através da qual tive que levantar imensa gama de documentos, selecioná-los, analisá-los, compará-los e tirar deles conclusões.

Analisei principalmente fontes manuscritas oficiais do século XIX, que foram elaboradas atendendo às designações burocráticas da legislação municipal, referente a escravidão na cidade. Utilizavam-se nesses documentos um modelo de requerimento contendo informações dos interessados — o proprietário e o escravo — para a Câmara Municipal, que esperava através dessas licenças organizar e controlar o emprego dos escravos nas ruas da cidade.

Esses dados foram levantados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde pesquisei, além dos pedidos de licenças para colocação de escravos ao ganho, pedidos para ensinar algumas artes ou ofícios aos escravos, recla-

¹¹ CARR, E. H. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maria Alvarenga. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

mações no atraso de pagamentos de jornadas de trabalho, cancelamento de licenças, pedidos de segundas vias de licenças, devidos a extravio, pedidos para abrir casas de aluguel e vendas de escravos, pedidos de permissão para que escravos que viviam ao ganho pudessem residir sozinhos, pedidos de repressão contra a existência de casas alugadas ou sublocadas a escravos. Consultei também neste arquivo a legislação do Império referente à escravidão de modo geral e especificamente as posturas relacionadas à escravidão urbana.

No Arquivo Nacional analisei os relatórios dos presidentes de províncias do Império e os relatórios ministeriais de 1832 a 1888 cujas estimativas de casamentos, óbitos e batizados me auxiliaram no levantamento da população escrava na cidade comparada com a livre.

Consultei também na Biblioteca Nacional os arquivos do *Jornal do Comércio* dos anos de 1820, 1830, 1840, 1850, 1860 e do *Jornal Diário do Rio de Janeiro* de 1849 e 1850 sobre anúncios de negros fugidos, vendas e aluguéis de escravos.

Para o levantamento numérico da população foram utilizados os dados dos recenseamentos feitos em 1821, 1838, e 1870 — mesmo levando em consideração seu caráter precário.

Utilizei as descrições de cronistas e viajantes do século XIX, que muito me auxiliaram na caracterização da cidade do Rio de Janeiro e o papel representado pelo escravo nessa estrutura urbana.

Na medida em que senti necessidade, transcrevi e comentei alguns documentos para exemplificar a situação analisada.

Assim, com o auxílio dos documentos, o escravo ao ganho sai das gravuras de Debret e passa a ser objeto maior de uma pesquisa, que pretende fornecer algum subsídio para a reconstrução do passado imperial e escravista do Rio de Janeiro.

Capítulo 1

ESCRavidÃO URBANA UM TEMA EM QUESTÃO

A escravidão é tema discutido sob enfoques bastante diferenciados mas que, entretanto, sempre priorizou o negro no campo.

A princípio surge nesses estudos a figura dos senhores, apontando para um caráter paternalista e suave da escravidão. Esta visão baseou-se nas fontes do século XIX, de viajantes americanos e ingleses recém-saídos da hospitalidade dos fazendeiros brasileiros proprietários de escravos e reproduziu-se, sem analisar o discurso do dominador, implícito nos sermões sobre a escravidão, nas listas de entrada de escravos no Brasil, nos relatórios policiais, nos relatórios dos governos coloniais, nas listas de mercadores negreiros. Justificou-se a escravidão no Brasil pela suavidade do sistema. Esta visão é representada pelo trabalho de Gilberto Freyre¹ que na década de 1930 idealizou a vida rural e descreveu a escravidão baseada na imagem que os proprietários de escravos faziam do sistema. Dessa forma, não mostrava o objetivo econômico da escravidão, mas sim uma interpretação patriarcal que diluía os antagonismos entre senhor e escravo. Engendrou-se o mito de uma democracia racial, na qual o negro brasileiro poderia ascender na sociedade e o preconceito se dissipava pela miscigenação. Essa interpretação fez escola entre historiadores, antropólogos e sociólogos.

¹ Freyre, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1977.

Não podemos, entretanto, descartar o papel pioneiro desse trabalho e sua contribuição para a historiografia brasileira, objeto que foi e é de constantes estudos e críticas.

Na década de 1960 a sociedade brasileira vivia uma nova realidade proveniente das lutas contra as oligarquias tradicionais. Nesse contexto surge em São Paulo um grupo de cientistas sociais² que contestavam e colocavam em xeque o mito da democracia racial. Afirmavam que os brancos no Brasil foram preconceituosos e que os negros, apesar de não terem sido legalmente discriminados, foram naturalmente e informalmente segregados. A mobilidade social do negro no Brasil sempre fora limitada.

De uma interpretação histórica de uma sociedade patriarcal ou feudal, tentou-se reconstruir o quadro de uma sociedade colonial capitalista. Analisou-se a escravidão privilegiando-se as relações de mercado sobre as de produção, portanto sob uma ótica externa, na qual o que seria acumulação primitiva de capital passou a ser capitalismo. Negou-se, dessa maneira, a racionalidade interna do sistema de produção latino-americano, encarado apenas como simples projeção do sistema capitalista. O que me parece, também, uma posição tão perigosa para a compreensão da realidade histórica brasileira quanto a primeira análise.

² Os revisionistas mais importantes: COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, 1952; FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo, 1955; AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor. Um estudo da ascensão social*. São Paulo, 1955; RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, 1957; CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade em Florianópolis*. São Paulo, 1960; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, 1962; IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, 1962; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*, 2 vols. São Paulo, 1964; AZEVEDO, Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, 1966; IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1966; FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, 1972.

Encontramos na América escravagista uma realidade nova, dotada de uma racionalidade própria, que não pode ser explicada apenas pelos fatores externos. Da análise da especificidade da economia e da sociedade da América, definida pela escravidão, procurou-se criar novas formas de interpretações que partissem da idéia da existência de uma economia política característica das sociedades pré-capitalistas. Dessa forma vemos surgir em 1968 com Cardoso³ a teoria de um modo de produção escravista colonial específico e dominante nos países da Afro-América e que, mais tarde, em 1978, teve sua hipótese desenvolvida por Goreneder.⁴ Esta nova abordagem da problemática da sociedade escravista colonial questiona todas as versões anteriores.

Não pretendo no presente estudo aprofundar a questão da construção de um modo de produção escravista colonial, pois considero que o escravismo poderia até possibilitar a delimitação de elementos comuns que, formalizados, estruturar-se-iam em modelos.

O debate apenas se iniciou, as discussões enriquecem os estudos da escravidão no Novo Mundo e especialmente no Brasil. Os trabalhos procuram penetrar as razões internas dessa escravidão, saindo da análise dos fatores que a determinam. Nessa linha a escravidão não é mais estudada levando-se em consideração apenas a questão institucional mas, sobretudo, os seus aspectos sócio-econômicos, como elementos articuladores da sociedade colonial, vistos aqui não como um aspecto político, pois a estrutura colonial estaria relacionada com uma situação de dependência econômica que persistiria mesmo após a independência política.

A questão da construção ou não de um modelo para a escravidão no Novo Mundo não pode ser vista como um fechamento, mas sim como uma proposta metodológica de

³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. Modo de produção escravista colonial na América. In Santiago, Théo (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro, Editora Pallas, 1975.

⁴ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 18.

abordagem do problema. Não podemos nos esquecer de que, para a elaboração de um modelo, "implicaria numa opção por um lado, eleger certas posições e não outras, quando se trata de pontos controvertidos, por outro lado, suprimir elementos ou fatores que se consideram secundários".⁵

Parece-me que um dos aspectos positivos dessa nova abordagem é que o escravo passa a ser o centro dos estudos. As especificidades geradas pelas formas de exploração desse escravo, dentro de realidades diferenciadas, são levantadas e comparadas.

A partir dessa visão, uma série de monografias está re-estudando aspectos da escravidão no Brasil. Questões consideradas resolvidas estão sendo reescritas a partir de nova abordagem teórica, de novo conjunto de hipóteses, de pesquisas de novos dados empíricos: a relação escravidão-terra, escravidão-capital estrangeiro, escravidão-religião, escravidão-rebelião, escravidão-indústria, escravidão-cidade, entre outros temas.

Nesse contexto de aprofundamento e redescoberta de novos aspectos desse escravismo colonial, verificou-se também que ele se adaptou a diferentes regiões, com diversas situações sócio-econômicas. O que pretendo aqui é analisar a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, através de um de seus elementos característicos — o escravo ao ganho.

Apesar de todos os avanços teóricos e metodológicos que possibilitaram o estudo da escravidão, continuou-se priorizando o campo. A questão da escravidão urbana ainda não mereceu dos estudiosos brasileiros aprofundamento maior. Compreende-se as razões, pois o que explicava a implantação da escravidão no Novo Mundo fora a necessidade de implementar a agricultura de exportação de produtos tropicais, enquanto a escravidão urbana não se apresentaria como elemento definidor do sistema.

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op. cit.*, p. 130-131.

No campo a escravidão voltava-se quase exclusivamente para o mercado externo, nas cidades ela se caracterizaria pela reprodução de serviços e distribuição da produção.

Era o escravo que embarcava e desembarcava os produtos para a importação. Era esse mesmo escravo que garantia a venda de artigos produzidos no centro ou na periferia para o atendimento da cidade. Era também esse mesmo escravo que produzia os artigos destinados ao consumo da população urbana e rural nas manufaturas pioneiras.

Também explicar-se-iam os poucos estudos específicos sobre a escravidão urbana no Brasil, pelas características atribuídas às cidades, segundo as quais elas representavam até o século XVIII apenas um prolongamento do campo. As cidades e vilas eram consideradas, então, apenas lugar de recebimento e redistribuição de escravos, porto de escoamento dos mercadores para a exportação ou somente com importância política se fossem capital de província.

No campo vemos as relações senhor-escravo muito bem definidas, garantidas pelo isolamento desses grupos que, após um dia de trabalho nas lavouras sob olhar fiscalizador do feitor, eram recolhidos às senzalas. O controle era exercido de perto pelo senhor, os castigos aplicados por ele mesmo ou sob sua fiscalização. Garantia-se dessa maneira o sistema através do controle, da violência e do paternalismo que, segundo Cardoso,⁶ "constituíam as vertentes do tratamento que se dispensa aos escravos, não são excludentes, ainda que um ou outro desses traços possa ser predominante segundo os casos e segundo as circunstâncias. A violência continua institucionalizada, é inerente ao sistema e mesmo um senhor patriarcal e paternalista devia obrigatoriamente exercê-la, quando chegasse o caso. A manutenção da escravidão não pode em nenhum caso prescindir da violência, e tampouco de um controle e vigilância estrito do escravo. Se este aceita as normas de conduta estabelecidas e socialmente aceitas, ele pode beneficiar-se do paternalismo."

⁶ *Id. ibid.*, p. 121.

Portanto, para o escravo do eito que tinha o senhor no seu pé, esta situação acima descrita ficava bem mais clara. A resposta para uma melhoria nas condições de vida estaria na humildade, obediência, fidelidade, que fariam parte da sua adaptação ao mundo do branco. De outra maneira só lhe restava a reação ao sistema através das fugas, suicídios, revoltas individuais — assassinato, roubo, boicote — ou revoltas coletivas.⁷

E o escravo da cidade, como se articularia no sistema? Como o sistema se adaptou à sua presença? Quem se encarregaria do controle, da vigilância? Através do trabalho de Wade⁸ sobre a escravidão urbana em Dixie, no sul dos Estados Unidos, se inicia uma discussão sobre a escravidão urbana. Começaram a ser levantadas questões que apontaram para a sua especificidade. Essas questões devem ser analisadas num contexto histórico próprio, pois a aceleração, diversificação e decadência dessa escravidão urbana seria determinada por esse contexto.

Na cidade do Rio de Janeiro, encontramos características *sui generis* de capital de um *Império Liberal à Brasileira*, que fez sua independência política sob influência e determinação dos latifundiários escravistas. Essa independência assentou-se na manutenção das estruturas coloniais de dominação, baseada na agricultura de exportação e na

⁷ Com relação aos movimentos de rebeldia negra, citamos entre outros, os trabalhos de: GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro, 1970; *Da fuga ao suicídio*. Rio de Janeiro, 1972; FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre, 1973; LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. 2 ed. Rio de Janeiro, 1976; MOURA, Clóvis. *Rebelião da senzala*. Rio de Janeiro, 1972; RODRIGUES, José Honório. *A rebeldia negra e a abolição*. In *História e historiografia*. Petrópolis, 1970; LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebelião negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, 1981; SANTOS, Maria Januária Vilela. *A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo, 1983.

⁸ WADE, Richard. *Slavery in the Cities the South, 1820-1860*. Londres, Oxford University Press, 1977, p. 43. Apud ALGRANTE, Leila Mezan. *Op. cit.*, p. 51.

mão-de-obra escrava. Logo, em contraste com a Europa onde segundo Emília Viotti da Costa⁹ existia

“(. . .) uma ideologia burguesa voltada contra as instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo à formação do mercado interno, o Liberalismo no Brasil, não se apoiou nas mesmas bases nem teve os mesmos objetivos. Os princípios liberais importados não se forjaram na luta da burguesia contra a aristocracia e a realeza, nem evoluíram, como a Europa do século XIX em função da Revolução Industrial, pois esta só ocorreria no Brasil no século XX. Seus limites, portanto, não seriam definidos no século XIX, pela Revolução Industrial e pelas reivindicações do proletariado urbano, como ocorreu do outro lado do Atlântico (. . .).”

Nesta cidade, os escravos circulavam por todos os cantos, dedicando-se a várias atividades, quer fossem escravos domésticos encarregados de pequenas compras ou recados para seus senhores, alugados a negociantes, ou mesmo escravos empregados ao ganho por seus proprietários. A essa constatação, seguem questões que dizem respeito à definição do próprio sistema que era o controle. Quem controlaria essa população escrava na cidade? Como sustentar o custo dessa fiscalização? Sabendo-se que

“(. . .) na cidade vive toda população que não era nem escrava, nem grande proprietária ou de altos funcionários ou comerciantes fortes. É na cidade que se forma e gradualmente se avoluma essa camada intermediária de representantes de algumas profissões liberais, do baixo Clero, da administração civil e militar, de artesãos de todos os tipos, de pequenos e médios comerciantes, de marinheiros (. . .) A cidade portanto, representaria a opção para negros libertos e fujões.”¹⁰

⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, p. 21.

¹⁰ MATTOSO, Kátia Queirós. *Op. cit.*, p. 110.

Estas características por si sós, de acordo com Wade,¹¹ comprovariam uma incompatibilidade entre cidade e escravidão. O autor chega a essa conclusão após analisar a redução da população escrava em Dixie, no sul dos Estados Unidos, no ano de 1860. Constatando que os proprietários haviam vendido seus escravos para o campo, inferiu o autor que isto ocorrera devido ao custo da fiscalização, e que os problemas da escravidão na cidade não estariam relacionados à falta de trabalho, porém às dificuldades de se controlar os escravos no ambiente urbano. Dessa maneira, a liberdade de circulação do escravo foi, segundo Wade, a causa do seu desaparecimento no sul dos Estados Unidos.

Para evitar generalizações perigosas, devemos situar historicamente o momento vivenciado pela escravidão urbana que no caso citado pelo autor, era o período de Guerra de Secessão. Será que poderíamos afirmar que a decadência da escravidão em Dixie fora determinada apenas pelo excesso de liberdade? Acredito que não. Em resposta a Wade, Goldin¹² apontou outros fatores que contribuíram para o declínio dessa população: a concorrência de mão-de-obra de homens livres ao trabalho escravo e o aumento na demanda de trabalhadores para o campo ocasionando elevação dos preços dos escravos no mercado, que estimulava os proprietários a os venderem.

Para Goldin, a liberdade vivenciada pelos escravos urbanos não poderia ter causado o declínio da instituição, porque todo um complexo de restrições controlava a população negra nas cidades sulinas. Além disso, escravidão e cidade não podem ser incompatíveis numa economia escravista pois, segundo a autora, que se baseou em estudos econométricos, a escravidão ter-se-ia mantido nos Estados Unidos caso não tivesse ocorrido a guerra civil.

Não interessa no atual estudo discutir os métodos econométricos, ou mesmo a escravidão no sul dos Estados Unidos — o que parece pertinente nessa discussão é o pa-

¹¹ WADE, Richard. *Op. cit.*, p. 43.

¹² GOLDIN, Claudia D. *Urban Slavery in the American South, 1820-1860*. Chicago, University of Chicago Press, 1976, p. 127.

pel desempenhado pelo escravo na estrutura urbana. É incontestável que a escravidão se adaptou às condições urbanas. Algumas modificações ocorrem no sistema, como a questão do ganho, da flexibilidade de circulação e dos contatos com grupos diferenciados. Entretanto, esses fatores não desarticularam o sistema, pelo contrário, foram incorporados por ele.

Como muito bem esclarece o trabalho de Algranti,¹³ o Estado se encarregaria de manter a ordem — na medida em que aumentava a população da cidade, o controle desenvolvido pelo Estado intensificava-se, como resposta à flexibilidade imposta pelos serviços desempenhados pelos escravos, ao empenho dos senhores em explorar o momento de crescimento não acompanhado pela disponibilidade de mão-de-obra livre, que discriminava determinados serviços consagrados pela ideologia escravagista como coisa de escravo.

Com relação à situação da escravidão na cidade do Rio de Janeiro, constatei que, na medida em que esta se desenvolvia, era escrava a mão-de-obra utilizada em quase todos os setores quer fosse colocada ao ganho ou então alugada por seus senhores.

O escravo ao ganho representava uma alternativa dos senhores de empregarem sua encarecida mão-de-obra na produção de benefícios monetários imediatos. Assim, na medida em que a cidade crescia, crescia também o número de escravos alugados ou colocados ao ganho por um mesmo senhor.

Outro aspecto relevante do trabalho escravo na cidade, que pouca atenção tem merecido da historiografia brasileira, é o seu emprego em tarefas para as quais se exigia certa especialização, o que derruba os argumentos mais comuns que sustentam ser o escravo um trabalhador irresponsável, boçal e incapaz de executar tarefas mais complexas.

¹³ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p. 239.

Portanto, a questão da incompatibilidade do trabalho escravo nas manufaturas pioneiras e mesmo na produção industrial não encontra sustentação documental na cidade do Rio de Janeiro. Em seus trabalhos, Soares¹⁴ e Andrade¹⁵ levantaram uma farta documentação comprobatória da utilização de escravos nesse setor. Esses escravos eram empregados em tarefas secundárias, mas desenvolviam também, eficientemente, os serviços mais delicados e complexos da manufatura. Apontam esses autores também para uma coexistência de trabalhadores livres, desempenhando, juntamente com escravos, tarefas ou ofícios especializados. Como podemos observar na Tabela 1, através de um mapa dos profissionais empregados na manufatura citada, encontram-se oficiais brancos e oficiais escravos desempenhando o mesmo ofício.

A sobrevivência de um escravo na cidade estava ligada à sua qualificação individual, que representaria para o seu proprietário maior possibilidade de obtenção de renda imediata e ao escravo a garantia da manutenção de sua atividade. Isso foi observado principalmente entre os escravos ao ganho, cuja concorrência muitas vezes gerou conflitos violentos que requereram a presença da polícia.

A escravidão alastra-se do campo, chega às cidades, sofre transformações em alguns dos seus aspectos tradicionais, que não se adaptariam às condições impostas pela vida urbana. O escravo torna-se mão-de-obra essencial na cidade que cresce. É o escravo oficial de aluguel ou não, é o escravo doméstico, é o escravo ao ganho — veículo que levava e trazia as riquezas, as pessoas, enfim a própria cidade.

¹⁴ SOARES, Luis Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste; um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840-1880*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 1980 (cópia xerografada), p. 319.

¹⁵ ANDRADE, Romulo Garcia de. *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX. A Junta do Comércio e as atividades artesanais e manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1980 (cópia xerografada), p. 132.

Tabela 1 — MAPA DOS OFICIAIS E SEUS TRABALHOS*

Ano e mês	Oficiais bran- cos	Oficiais escra- vos	Chapéus de castor	Chapéus de lebre	Chapéus de seda	Total de chapéus
jan./47	38	12	1.147	1.049	1.139	3.335
fev./47	40	13	1.549	1.107	1.107	3.763
mar./47	39	13	1.317	2.126	1.114	4.557
abr./47	36	13	841	2.571	1.216	4.628
mai./47	36	14	856	2.107	1.376	4.339
jun./47	35	14	563	1.820	1.287	3.670
jul./47	37	14	787	1.691	1.281	3.759
ago./47	35	14	1.189	833	1.062	3.084
set./47	31	17	1.161	1.094	1.224	3.479
out./47	32	17	1.249	762	984	2.995
nov./47	32	18	1.458	994	1.082	3.534
dez./47	30	18	1.248	955	817	3.020
Total geral			13.365	17.109	13.689	44.163

Fonte: ANDRADE, Romulo Garcia de. *Burocracia e economia na primeira metade do século XIX. A Junta de Comércio e as atividades manufatureiras na cidade do Rio de Janeiro, 1808-1850*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 1980, p. 131.

* Manufatura de Braga e Rocha, estabelecida à Rua São Pedro "da cidade Velha" n° 50. Produzia chapéus de seda e de pele de lebre desde 1843; em 1848 conseguiu a provisão de Fábrica Nacional.

A CIDADE E A ESCRAVIDÃO

A CIDADE

“A cidade do Rio de Janeiro, nos seus primórdios era dividida sob um aspecto eclesiástico em diversas freguesias ou paróquias, as quais limitavam os territórios de jurisdição religiosa em princípio.

“Depois essas mesmas freguesias passaram a abranger os territórios de jurisdição administrativa.”¹

Desta maneira Noronha Santos apresentou a divisão administrativa da cidade. Fundada em 4^º de março de 1565, teve sua primeira freguesia criada pela provisão de 20 de fevereiro de 1569, a freguesia de São Sebastião. Em decorrência do aumento populacional e da expansão territorial, houve necessidade da criação de novas freguesias, o que se verificou por desbravamentos sucessivos, bem como por anexação de antigas freguesias da então província do Estado do Rio, de modo que ao findar a monarquia elas eram em número de vinte e uma, a saber, Candelária (1634); Irajá (1644); Jacarepaguá (1661); Campo Grande (1673); Ilha do Governador (1710); Inhaúma (1749); São José (1751); Santa Rita (1721); Guaratiba (1755); Engenho Velho (1762); Ilha de Paquetá (1769); Lagoa (1809); Santana (1814); Sacramento (1826), em substituição a de São Sebastião; Santa Cruz (1833); Glória (1834); Santo Antônio

¹ SANTOS, Francisco Noronha. *As freguesias do Rio Antigo vistas por Noronha Santos*, s.l., Edições O Cruzeiro, s.d.

(1854); São Cristóvão (1856); Espírito Santo (1856); Engenho Novo (1873) e Gávea (1873).

Como no presente trabalho me preocuparei com a mão-de-obra nos centros urbanos, em tarefas diferentes da tradicionalmente doméstica, darei maior ênfase às freguesias onde isso ocorreu, no caso as *freguesias comerciais* onde encontramos grande concentração de população, importante comércio e grande quantidade de indústrias.

É oportuno esclarecer que “a palavra indústria não possui o significado atual, isto é, o da reprodução extensiva de mercadorias pela máquina”.²

Coloca-se a questão das freguesias urbanas em termos populacionais, comerciais e industriais a partir da vinda da família real. Entre outras inovações como a instalação de cursos médicos, a fundação da Academia Militar, a vinda da missão artística francesa, o decreto providenciando a liberdade de imprensa e o fim da censura, melhoramentos urbanos — ruas, mercados, casas —, encontramos também o alvará promovendo a liberdade de manufatura e indústria.

Portanto, qual seria o sentido aplicado à palavra indústria numa estrutura econômica baseada na agricultura de exportação e na mão-de-obra escrava, onde essa indústria pioneira competiria com produtos ingleses em preço e qualidade? Segundo Antônio de Moraes Silva indústria seria “arte, destreza, para granjear a vida; engenho, traçado em lavourar, e fazer obras mecânicas”.³

É interessante observar que ao sentido mais antigo acrescenta-se a ambigüidade do artigo 1.º, do capítulo 5.º, dos Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional fundada em 19 de outubro de 1827 que diz:

² CARONE, Edgar. *O centro industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional*. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978, p. 24.

³ SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Apud Edgar Carone. *Op. cit.*

“É da obrigação, e positivo dever desta sociedade a aquisição, arrecadação e conservação das máquinas, modelos e inventos adquiridos, e quanto por este meio possa concorrer para o aumento e prosperidade da Indústria Nacional neste Império, devendo porém mandar vir com preferência aquelas máquinas ou modelos, que forem mais necessários e úteis a agricultura e artes (...)”.

A confusão continua ainda em 6 de junho de 1838 quando, em resposta à consulta da Regência, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, estabelecida em 1809, definia como *oficina* “o estabelecimento industrial onde um ou mais indivíduos se empregam no trabalho de qualquer arte mecânica; fábrica o que emprega muitas oficinas; manufatura o que compreende diversas fábricas”. Revelando-se com isto, segundo Lobo,⁴ que não se cogitava de qualquer mudança das relações de produção nos três tipos de empresa. O capital somente influiria no sentido de aumentar a escala, de ampliar o mercado, de incrementar a produção *per capita* do trabalhador. A Junta do Comércio aconselhava a Regência a não conceder provisão de fábrica às oficinas de indústria vulgar, de lucroso e trivial fabrico e de uso já conhecido no país.

Sendo assim, as freguesias urbanas ou comerciais seriam dessa maneira identificadas pela grande concentração de população e pelo grande número de fábricas e intenso comércio.

Segundo Noronha Santos seriam as seguintes as Freguesias Comerciais ou Urbanas:

Candelária, a mais antiga, sendo por isso denominada Cidade Velha. Possuía importante comércio exportador e importador, além de grande número de casas comerciais, diversas oficinas artesanais e serviços de maneira geral (encontramos à beira-mar o mercado com casinhas e bancas para vender legumes, cereais e peixes — sendo oficialmente regulamentada pela Câmara Municipal em 1855 a criação da Praça do Mercado do Rio de Janeiro).

⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 115.

Ficavam situados nesta freguesia muitos edifícios públicos como o Paço Imperial, a Praça do Comércio e a Caixa de Amortização, criada em 1827, a Alfândega do Rio de Janeiro onde se localizavam os depósitos e mercados de escravos, que somente após 1824 seriam transferidos para o Valongo, na freguesia de Santa Rita. Nela estava situado também o Arsenal de Marinha desde 1764, além de bancos, companhias de navegação, escritórios de sociedades anônimas e de estrada de ferro.

Até 1854 o Rio de Janeiro não possuía calçamento de paralelepípedo. Dessa data em diante começaram a ser calçadas por esse sistema diversas ruas desta freguesia e de outras do centro, entre elas as ruas de São Pedro, da Assembléia, General Câmara, São José, Ouvidor e 1.º de Março.

São José é cronologicamente a segunda freguesia urbana, pois foi criada pelo alvará de 10 de maio de 1753, desmembrando-se o seu território da Candelária. Em 1809 e 1834 desanexam partes do seu território, que passam às paróquias da Lagoa e da Glória, respectivamente. Em 1854, a criação da paróquia de Santo Antônio reduziu sua área de jurisdição. Encontramos aí situadas inúmeras casas comerciais e algumas fábricas. Dentre as diversas instituições, destacamos o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, na Praça de Santa Luzia, a Câmara dos Deputados, no Largo da Assembléia, o edifício da Cadeia Velha, a Escola de Medicina, a Biblioteca Nacional. Ainda nesta freguesia encontramos o Passeio Público.

Espírito Santo originou-se de um desmembramento, em 1865, das paróquias de São Cristóvão, Santo Antônio e Engenho Velho. Isto ocorreu devido à aceleração do processo de urbanização decorrente da divisão de antigas chácaras como a de Mata Porcos e a dos Coqueiros. Para a total ocupação da área foi preciso aterrar mangues e atoleiros que cercavam Santa Teresa. Região de chácaras e sítios que dão lugar a um bairro residencial de importante comércio varejista e alguma atividade manufatureira.

Glória, criada em 1834, do desmembramento do território de São José. Inicialmente ocupada por quatro imensas chácaras, o processo de urbanização a atingiu, alimen-

tando o comércio e algumas atividades manufatureiras e artesanais. "Constitui ela um dos aprazíveis lugares da cidade, com facilidade de condução de bondes da Cia. de Ferro Carril de Jardim Botânico (...) é esta freguesia a mais conhecida para residências nos hotéis e casas de pensão", no dizer de Noronha Santos, onde habitavam os empregados do comércio e viajantes.

Sacramento surge em 1826. É uma freguesia limítrofe com a da Candelária e economicamente sua continuação. Região dos teatros da cidade e também de inúmeras igrejas e irmandades de negros, além de possuir importantes prédios públicos como o Tesouro Nacional, o Tribunal de Contas e a Escola de Belas-Artes. Freguesia densamente povoada e possuidora de grande comércio de exportação e importação.

Santana data de 1814, tendo como sede a antiga igreja de Santana, demolida em 1856. Em seu lugar construiu-se a Estação de Ferro Dom Pedro II, hoje Central do Brasil. A antiga igreja foi reconstruída e entregue aos fiéis em 1878, na Rua Barão de Capanema. Freguesia urbana caracterizada por grande quantidade de indústrias e comércio varejista, concentrava os mais importantes edifícios públicos da cidade: Ministério da Guerra, Casa da Moeda, Inspetoria de Obras Públicas, Quartel Central do Corpo de Bombeiros, Senado Federal e estação de ferro. A população dessa freguesia, na maioria de baixa renda, aglomera-se em cortiços.

Santa Rita, outra importante freguesia urbana que foi criada em 1721 do desmembramento da paróquia da Candelária. Em 1814, parte desaparece para compor a freguesia de Santana. Caracterizada por importantes casas comerciais de café, trapiches, estaleiros e fábricas, nela também estavam situados a Praça do Mercado e o mercado do Valongo.

São Cristóvão, criada em 1856 quando o seu território separou-se da freguesia de Engenho Velho. Possuía intenso comércio local, fábricas de vidros, cerâmicas, velas nacionais e tecidos. Na Quinta da Boa Vista, ficava o palácio da

família imperial. Caracterizava-se pela concentração de grande número de residências.

Santo Antônio foi o resultado do desmembramento dos territórios da freguesia de São José, Santana e Sacramento em 1854. Já em 1865 é a sua vez de ceder parte do seu território para a criação da freguesia do Espírito Santo.

Caracterizava-se por abrigar atividade essencialmente artesanal e manufatureira.

São João Batista da Lagoa foi criada em 1809, desmembrando-se o seu território da freguesia de São José. Caracterizada por ser região essencialmente de residências das famílias de alta renda, onde um intenso comércio se desenvolveu para atender ao consumo desta população. Faziam parte desta freguesia Botafogo, Urca, Copacabana e Ipanema (praticamente desabitada) e, até 1873, a Gávea e a lagoa Rodrigo de Freitas. Localizava-se nessa freguesia o cemitério São João Batista, o mais importante do final do século.

Engenho Velho, criada em 1762, caracterizou-se por ser um centro de casas de recreio de campo. Estava situada nesta freguesia, de 1853 até 1881, o matadouro municipal.

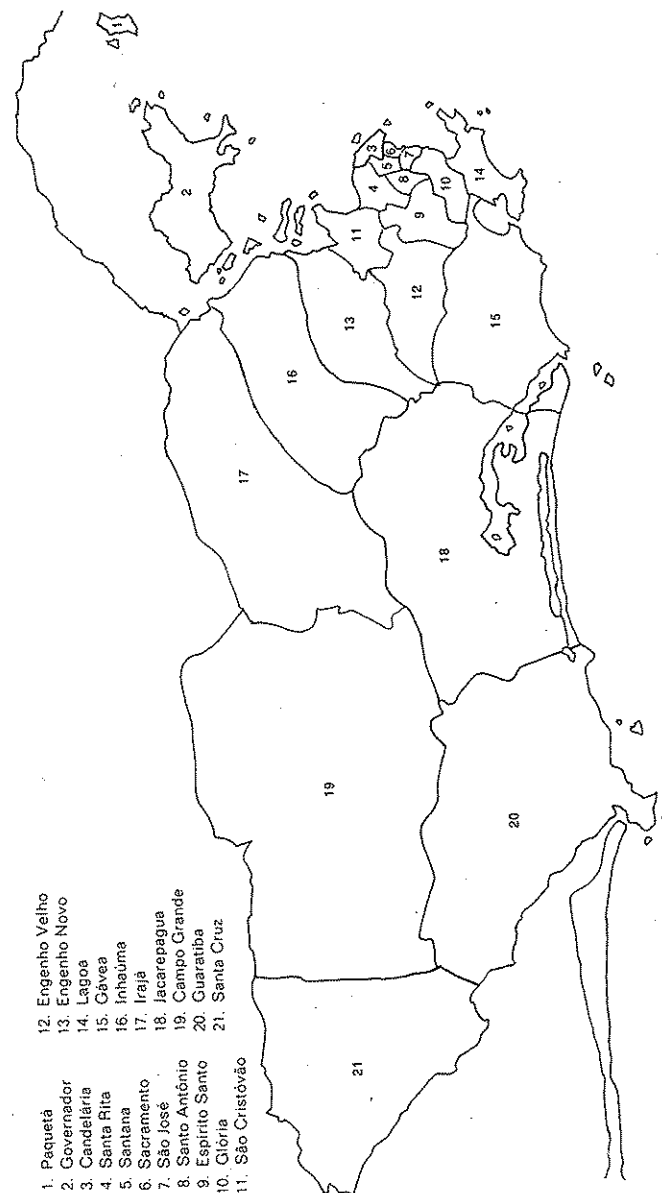
A CIDADE CRESCE

“A cidade dos tempos do Sr. D. João ainda guarda a fisionomia aflita e asselvajada que tinha na época dos vice-reis e dos governadores. Ainda é a mesma coisa triste e mal cheirosa (...) Ainda é o mesmo chão úmido e feio, prenhe de lagoas verdes e podres, com logradouros públicos coberto de tiririca e de sapé, crianças nuas, pretos resmungões e animais a solta.”⁵

Com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, algumas consequências fizeram-se sentir, em alguns aspectos imediatamente, como o aumento popula-

⁵ EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. 3º vol., 2 ed., Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957, p. 597.

Mapa 1 — AS FREGUESIAS DO RIO ANTIGO.



cional, pois cerca de quinze mil pessoas vieram com o príncipe. Além da imigração estrangeira, nota-se um deslocamento da população interna de indivíduos que procuravam novas oportunidades na capital do império português (transferido em caráter emergencial para o Rio de Janeiro).

Apesar das dificuldades em precisar o aumento populacional da cidade, é incontestável o seu crescimento após a vinda da família real em 1808. As estatísticas demográficas empreendidas nos períodos anteriores a 1870 eram aproximações dos valores reais. Tem-se notícias de quatro recenseamentos: em 1799 foi feito o primeiro, sob as ordens do Vice-Rei Conde de Resende; o segundo já próximo à Independência, em 1821, ordenado por D. João VI, com a finalidade de calcular, através do levantamento da população, o número de eleitores que nomeariam os deputados às cortes portuguesas; o terceiro foi executado em plena Regência, pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1838; e finalmente o quarto, feito sob orientação do ministro da Justiça e organizado por Haddock Lobo, já no segundo Reinado, em 1849.

Segundo esses dados, a população da cidade representava em 1799 43.376 pessoas, sendo 28.390 livres e 14.986 escravas; já em 1821 a população quase duplicara para 79.321 pessoas, sendo 43.139 livres e 36.182 escravas.

A população da cidade aumentou e foi preciso melhorar as condições da cidade para suportar esse crescimento repentino. Criou-se, logo após a vinda da corte, a Intendência da Polícia e logo após foi nomeado para o cargo de intendente-geral o Sr. Paulo Fernandes Viana, a quem cabia "com ampla e ilimitada jurisdição reprimir todos os crimes de armas proibidas, insultos, sedições, latrocínios, ferimentos, mortes e mais delitos previstos na lei, cuidando por igual de fiscalizar casas alugadas e vadios, jogadores, ou pessoas de costumes escandalosos, mudanças de residências, trânsito de viajantes, ficha ou diários de estalajadeiros, taverneiros e vendeiros, entrada de navios, casas de caridade, mendigos (...)"⁶

⁶ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p. 28.

Seria humanamente impossível ao intendente-geral da polícia dar conta de todas essas funções, ante a falta de verbas que o impediavam de transformar a aldeia suja e tosca, que era a capital do Brasil, em uma cidade como talvez sonhasse. Entretanto conseguiu alguns melhoramentos na fisionomia da cidade, aumentando a iluminação, construindo o cais do Valongo, com rampas sólidas e escadas descendo para o mar, aterrando pântanos, construindo vários chafarizes públicos, alargando e traçando novas estradas.

Contrastando com as dificuldades administrativas e políticas de Metrópole, o Rio de Janeiro progredia. É bem verdade que as edificações urbanas pouca diferença apresentam em relação ao século anterior, "mas nos bairros distantes, na parte ocidental do Rio espalhava-se a gente abastada em confortáveis solares. Nos subúrbios na zona rural ou freguesia de fora, só as pequenas casas eram cobertas de colmo ou palhas e assim também as mais nobres de taipa, há semelhanças das habitações do século da conquista".⁷

Outro aspecto que podemos observar foi a ampliação da função mercantil do Rio de Janeiro, que se transformou, com a abertura dos portos, no principal centro econômico do país como nos informa Hélio Viana:

"Naquele ano da abertura dos portos [1808] aqui entraram 765 navios portugueses e 90 estrangeiros, em 1809 chegaram 832 embarcações portuguesas e 83 estrangeiras, em 1816 primeiro ano do Brasil Reino, entraram no Rio de Janeiro 1.460 navios, sendo 378 ao longo do curso e 1.062 de cabotagem, segundo Calógenas. Em 1820, último ano de integral permanência de D. João VI no Brasil, chegaram ao porto de sua capital 1.655 embarcações, sendo 59 portuguesas de guerra, 153 portuguesas de cabotagem e 354 estrangeiras. Destas 195 eram inglesas, 74 norte-americanas e 46 francesas."⁸

⁷ SANTOS, Francisco Noronha. *Chorographia do Distrito Federal*. 3 ed., Rio de Janeiro, Benjamin de Aguiar Editora, 1913.

⁸ Citado na Série de Estudos PUC/RJ. *A polícia na Corte e no D.F.* Rio de Janeiro, PUC, Divisão de Intercâmbio e Edições, 1831-1930.

Esses navios traziam os mais variados carregamentos da Europa, e regressavam abarrotados com nossos produtos. Era uma época de grande desenvolvimento, onde o consumidor carioca entra em contato com uma variedade de artigos. Da Inglaterra vinham produtos manufaturados, de Portugal chegavam os mais diferentes comestíveis, peças de uso doméstico diário, e as apreciadas louças. Vinham da França artigos de luxo, móveis, tecidos e naturalmente bebidas. Finalmente dos Estados Unidos e da Argentina recebíamos o trigo.

Aqueles mesmos navios voltavam à Europa com os porões carregados de açúcar, algodão, café, fumo e peças de couro, entre outros produtos. Toda esta atividade indicava um crescente poder aquisitivo por parte da população do Rio, maiores refinamentos e necessidades de uma sociedade que começava a se desenvolver vertiginosamente.

Lado a lado com o comércio, a atividade industrial florescia. No ano da Independência tínhamos boas indústrias de tecidos de algodão, móveis, cerâmica, chapéus e velas.

O Rio crescia também como centro distribuidor, entreposto para a movimentação dos negócios com o interior. As províncias do Norte e do Sul cresciam também e era através do porto carioca que faziam seu comércio.

Comentando a respeito do comércio do Rio na época da Independência, Spix e Martius traçam o seguinte quadro:

“A excelente situação do porto vasto e seguro, num mar inteiramente sem perigo durante todas as estações do ano, por assim dizer no começo dos caminhos gerais do comércio mundial; o curto espaço de tempo em que se pode fazer viagem daqui para Europa, Costa da África, o Cabo, Moçambique, Índia e Nova Holanda; a opulência em metais e produtos do sertão; e o grande impulso que a presença da Corte dá sobretudo ao país, conferem a esta praça desde já uma tão extensa atividade (...).”

⁹ SPIX, J. B. e MARTIUS, C. F. P. Von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. 2 ed. São Paulo, Melhoramentos, 1961. 2 vols.

Este crescimento pode ser visto através dos registros de estabelecimentos comerciais que indicam o aumento do número de estabelecimentos e uma diversificação dos ramos como indica a Tabela 2.

Tabela 2 — REGISTROS DE NEGÓCIOS E RAMOS DIFERENCIADOS.

Ano	Registro de negócios	Ramos diferenciados
1790	599	30
1792	985	24
1822	2.461	DB
1822	2.461	42

Fonte: Werneck, José Luiz F. *A polícia na Corte e no D.F. 1831*, p. 156 (Tabela organizada a partir da consulta dos dados da obra.)

O século XIX foi vital para a transformação do Rio de Janeiro. Neste século vemos a formação do Estado nacional trazendo mudanças na organização política. O Rio passa a ser o centro político do novo país. Essa mudança no sistema político não modifica o modelo econômico, que continua na dependência do mercado mundial, como exportador de matéria-prima e importador de produtos manufaturados. A Independência não se faz acompanhar de transformações nas estruturas econômica e social. Mantém-se e amplia-se a escravidão. A cidade desenvolve-se, o seu comércio intensifica-se e o movimento do comércio e da população impõe uma nova forma de vida. A freguesia comercial, ou freguesia de dentro, que até 1821 se limitava a Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento e Santana, não comporta mais a população que começa a se espalhar sobre as freguesias sertanejas, ou freguesias de fora. Isto pode ser observado no recenseamento de 1838 com a inclusão de mais três freguesias na categoria de urbana ou comercial — Engenho Velho, Lagoa, Glória.

Essa característica eminentemente comercial das funções desempenhadas pela cidade, marcou profundamente sua forma de expansão urbana ocorrida no século XIX.

Como podemos observar, apesar da relatividade dos dados, os censos nos demonstram um crescimento da população que se espalha, transformando antigos sítios em centros urbanos.

Tabela 3 — DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA E FOGOS SEGUNDO FREGUESIAS (1821)

	Freguesias	Fogos	Habitantes		
			Livres	Escravos	Total
Urbanas	Candelária *	1.434	5.405	7.040	12.445
	São José	2.272	11.373	8.438	19.811
	Santa Rita	1.742	6.949	6.795	13.744
	Sacramento	3.325	12.525	9.961	22.486
	Santana	1.351	6.887	3.948	10.835
	<i>Soma</i>	10.151	43.139	36.182	79.321
Rurais	Engenho Velho	546	1.871	3.006	4.877
	São João da Lagoa	246	937	1.188	2.125
	Irajá	376	1.577	2.180	3.757
	Jacarepaguá	457	2.561	3.280	5.841
	Inhaúma	303	1.127	1.713	2.840
	Guaratiba	588	2.642	2.792	5.434
	Campo Grande	604	2.480	3.148	5.628
	Ilha do Governador	182	708	987	1.695
Resumo	Paquetá	127	563	614	1.177
	<i>Soma</i>	3.429	14.466	18.908	33.374
	Urbanas	10.151	43.139	36.182	79.321
	Rurais	3.429	14.466	18.908	33.374
Resumo	<i>Soma</i>	13.580	57.605	55.090	112.695

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839 (levantamento de M. B. Levy). *Apud* LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, v. 1, p. 135.

* Antiga Sé Catedral.

Tabela 4 — DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, CASAS E FOGOS SEGUNDO FREGUESIAS (1838).

	Freguesias	População	Casas	Fogos
Urbanas	Candelária	10.113	1.153	1.289
	São José	14.410	1.647	2.094
	Santa Rita	14.557	2.095	2.061
	Sacramento	24.256	3.322	3.843
	Glória	6.568	982	854
	Santana	15.773	2.499	2.528
	Engenho Velho	8.166	1.212	856
	Lagoa	3.319	512	392
Rurais	<i>Soma</i>	97.162	13.422	13.917
	Irajá	5.034	430	305
	Jacarepaguá	7.302	647	640
	Inhaúma	3.091	333	335
	Guaratiba	9.385	815	811
	Campo Grande	7.519	767	698
	Santa Cruz	3.677	237	239
	Ilha do Governador	2.391	262	247
Resumo	Ilha de Paquetá	1.517	142	164
	<i>Soma</i>	39.916	3.633	3.439
	Urbanas	97.162	13.422	13.917
	Rurais	39.916	3.633	3.439
Resumo	<i>Soma</i>	137.078	17.055	17.356

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório do Ministério dos Negócios do Império, sessão ordinária*. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1839 (levantamento de M. B. Levy). *Apud* LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, v. 1, p. 136.

Tabela 5 — POPULAÇÃO POR PARÓQUIAS, CASAS E FOGOS (1870).

	<i>Paróquias</i>	<i>População</i>	<i>Casas</i>	<i>Fogos</i>
<i>Urbanas</i>	Candelária	9.239	1.175	1.406
	São José	20.220	1.876	3.773
	Santa Rita	23.810	2.619	4.351
	Sacramento	24.429	3.303	5.788
	Glória	18.624	1.920	3.146
	Santana	32.686	3.362	5.461
	Santo Antônio	17.427	1.642	3.495
	Espírito Santo	10.796	1.323	1.972
	Engenho Velho	13.195	1.429	2.143
	Lagoa	11.304	1.373	1.683
	São Cristóvão	9.272	1.367	1.574
	<i>Soma</i>	191.002	21.389	34.792
<i>Rurais</i>	Irajá	5.746	933	984
	Jacarepaguá	7.633	909	984
	Inhaúma	7.190	964	935
	Guaratiba	6.918	1.124	1.145
	Campo Grande	9.593	1.312	1.339
	Santa Cruz	3.445	409	417
	Ilha do Governador	2.504	415	414
	Ilha de Paquetá	1.260	224	190
	<i>Soma</i>	44.289	6.290	6.408
<i>Resumo</i>	Urbanas	191.002	21.389	34.792
	Rurais	44.289	6.290	6.408
	<i>Total</i>	235.291	27.679	41.200

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, v. 1, p. 360.

Portanto, neste último censo (1870). observamos que a população global do Rio de Janeiro é de 235.291; desses habitantes mais da metade viviam nas freguesias urbanas, a saber: Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Santo Antônio, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa e São Cristóvão.

O Mapa 2 demonstra esse crescimento das freguesias urbanas que, a partir de 1820, começam a se ampliar. As freguesias de dentro vão englobando áreas das freguesias de fora. Este sentido do crescimento iniciado em 1820 vai até 1890.

O NEGRO — MÃO-DE-OBRA ESSENCIAL NUMA CIDADE QUE CRESCE

“O negro não só é o trabalhador dos campos, mas também o mecânico; não só racha a lenha e vai buscar a água, mas também com habilidade de suas mãos contribui para fabricar os luxos da vida civilizada.

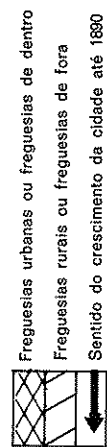
“O brasileiro usa-o em todas as ocasiões e de todos os modos possíveis; desde cumprir a função de mordomo e cozinheiro até servir os propósitos de cavalo; desde fabricar vistosos berloques; a fazer a roupa até executar o mais vil dos deveres servis”.¹⁰

A cidade cresce em população, em comércio, em manufaturas, enfim, em serviços. E qual a mão-de-obra empregada para atender a esta demanda? Como nas demais cidades brasileiras, inseridas dentro de uma estrutura escravista, havia grande concentração de escravos que eram utilizados em todos os setores da vida urbana.

O crescimento da população escrava acompanha o crescimento da cidade. Em algumas freguesias urbanas, segundo os dados, em 1821 a população escrava chegava a ultra-

¹⁰NELSON, Thomaz. *Remarks on the Slavery and Slave Trade of the Brazil*. Londres, 1846. *Apud* CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, p. 3.

Mapa 2 — O SENTIDO DOS CRESCIMENTOS DAS FREGUESIAS URBANAS ATÉ 1890



Fonte: MOURA, Ana Maria da Silva. *Carroças e carroceiros, transporte e abastecimento no Rio de Janeiro, 1850-1890*. Dissertação de mestrado defendida em 1984. IFCS. Rio de Janeiro, p. 17 (exemplar xerografado).

passar a livre, como no caso da freguesia da Candelária, e nas demais a proporção média seria bem mais da metade da população livre (como podemos observar na Tabela 6).

Tabela 6 — POPULAÇÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO POR FREGUESIAS EM 1821.

Freguesias	Fogos	Pessoas livres	Escravos	Total hab.
Santa Rita	1.741	6.949	6.795	13.744
Santa Ana	1.351	6.887	3.948	10.835
Sacramento	3.352	12.525	9.961	22.486
Candelária	1.434	5.405	7.040	12.445
São José	2.272	11.373	8.438	19.811
Total	10.150	43.139	36.182	79.321

Fonte: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, 1º vol., p. 135.

Lembremos que o africano fora trazido para o Brasil a princípio como mão-de-obra para as lavouras canavieiras, como opção econômica possível que viabilizaria a agricultura de exportação.

O Rio de Janeiro, juntamente com Pernambuco, Maranhão e Bahia, era um dos focos de penetração de grupos africanos. As necessidades variavam, porém a mão-de-obra durante quase três séculos e meio era a mesma. Era o negro lavrador, minerador, doméstico, boiadeiro. Com o desenvolvimento das cidades, observamos estes negros sendo destinados a atividades bem diferenciadas das que originalmente motivaram a retirada tão violenta do seu território.

Segundo os estudos de Mary Karrasch, aproximadamente 900.000 escravos passaram pelo porto carioca e possivelmente foram comercializados nos mercados do Valongo entre 1800 e 1850.¹¹

Esse lucrativo comércio, que foi responsável pelas grandes fortunas do Rio de Janeiro e de todo país, começa a

¹¹ KARRASCH, Mary. *Op. cit.*, p. 29.

encontrar dificuldades legais. Tratados e acordos¹² que só existiram de fato no papel, tentavam reprimir o tráfico. Entretanto, ignorando estas leis e acordos, a população escrava continuava a crescer, como podemos observar na Tabela 7.

Com relação à questão do crescimento natural dos escravos sabe-se que esta pouco se desenvolvera no Brasil. Circunstâncias geradas pelo desinteresse de investimentos na denominada "indústria de reprodução" e a facilidade de se adquirir africanos não compensava os gastos e riscos da criação e manutenção de crianças cativas. Além disso, muitos homens e poucas mulheres definiam as preferências dos comerciantes. A desproporção entre homens e mulheres era muito grande, mesmo na cidade onde a variedade de opções facilitaria o emprego feminino.

No período exemplificado na Tabela 8 a população total masculina é quase o dobro da feminina.

Com relação à origem desses escravos existem dificuldades em precisar-se-lhes a procedência, principalmente no tocante aos povos e etnias que forneceram os maiores contingentes. A complexidade decorre da mentalidade colonialista que dava pouca importância à participação dos registros, nos documentos, das diversas culturas, línguas e grupos étnicos dos africanos capturados.

A historiografia reúne a grosso modo os negros que entram no Brasil, de acordo com as culturas que representavam, em sudaneses, principalmente dos povos iorubanos da Nigéria; daomeanos, fanti-ashanti da Costa do Ouro, em cultura guineano-sudanesas islamizadas ou dos negros maometanos, e em culturas bantas constituídas por inúmeras tribos dos seguintes grupos: angola, congolês e contra-costa.¹³

Entraram no Rio de Janeiro e Recife os negros dos grupos bantos. Segundo a ótica do contemporâneo e artista

¹² QUEIRÓS, Sueli. *A abolição da escravidão*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

¹³ JUNIOR, Manuel Diégues. *Etnias e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 102-103.

Tabela 7 — POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NO RIO DE JANEIRO. 1821, 1838, 1849

	Líbvres				Escravos				Totais	
	1821	1838	1849	1821	1838	1849	1821	1838	1849	1849
Sacramento	12.525	15.922	25.435	2.206	9.961	8.334	14.215	22.486	24.256	41.856
São José	11.373	9.326	15.412	1.638	8.438	5.084	10.357	19.811	14.410	27.407
Candelária	5.405	5.816	9.949	194	7.040	4.297	12.840	10.835	10.113	18.683
Santa Rita	6.949	8.850	18.095	1.413	6.795	5.707	12.304	13.744	14.557	31.812
Santa Ana	6.887	10.282	23.190	2.687	3.948	5.491	8.540	12.445	15.773	38.717
Engenho Velho	1.871	3.876	9.758	1.367	3.006	4.290	9.759	4.877	8.166	20.884
Glória		3.950	8.168	723		2.618	6.779		6.568	15.670
Lagoa	957	2.003	6.312	504	1.188	1.316	4.061	2.145	3.319	10.877
Total	45.967	60.025	116.319	10.732	40.376	37.137	78.855	86.323	97.162	205.906

Fonte: KARRASCH, Mary. *Op. cit.*, p. 24.

Tabela 8 — ESCRAVOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO EM 1883

<i>Freguesias</i>	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>Total</i>
Sacramento	4.544	3.790	8.334
São José	2.870	2.214	5.084
Candelária	2.885	1.412	4.297
Santa Rita	3.582	2.125	5.707
Santa Ana	3.168	2.323	5.491
Engenho Velho	2.915	1.375	4.290
Glória	1.489	1.129	2.618
Lagoa	739	577	1.316
<i>Total</i>	22.192	14.945	37.137

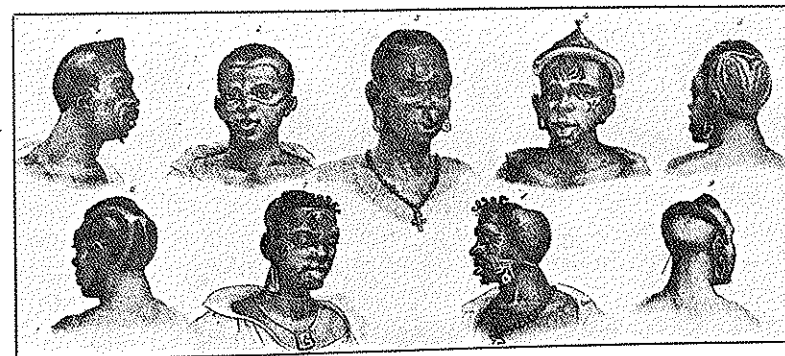
Fonte: KARRASCH, Mary. *Op. cit.*, p. 29.

Debret,¹⁴ “os negros mais comuns no Rio de Janeiro são das seguintes nações: Benguella, mina ganguella, banguel-la, cabina, congo, moçambique”, como podemos ver nas gravuras abaixo. Em consulta à documentação comprovei a presença dessas nomenclaturas dadas pelos proprietários a seus escravos; acrescentamos também o monjolo, o crioulo (escravo negro nascido no Brasil) e o ladino (sabe falar português, tem noção de religião cristã e já conhece os rudimentos de uma arte ou ofício, sendo muito valorizado no mercado de escravos).

O crescimento da cidade, aliado ao desenvolvimento do café, clama pela mão-de-obra escrava. Este clamor é reforçado pelo grande lucro, como já afirmamos, que proporcionava aos que estavam dispostos a arriscar-se, visto ainda que o diferencial dos preços dos escravos na África e no Brasil era, por si só, grande estímulo. No período de 1830, por exemplo, um negro na África não custava mais de 20 a 30 mil-réis e era vendido no Brasil por 700 a 1.000 réis. No período de 1831, como reflexo da lei, o preço do escravo no Rio sofre breve queda, porém o lucro continua garantido, pois o preço na África também cai, numa pro-

¹⁴ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*

Gravura 1 — NEGROS DE DIFERENTES NAÇÕES



Fonte: DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 315-316.

Através da descrição e do desenho, Debret nos apresenta negros de diferentes nações, com suas características ornamentais conseguidas por tatuagens e por cortes de cabelo feitos por outro tipo de escravo ao ganho — o barbeiro ambulante.

Dessa maneira constata Debret a presença no Rio de Janeiro do negro *monjolo* (a primeira figura reconhecida pelos cortes verticais na face); a segunda é um negro *mina*, de pele mais clara; a terceira, negro *moçambique* do sertão — considerado um negro de elite empregado nos armazéns da alfândega, reconhecido pelos seguintes sinais: lábio inferior e orelha furada, por uma espécie de meia-lua na testa, marca feita com ferro quente nos negros vendidos na costa de Moçambique; a quarta, outro *moçambique* de menor estatura e pele mais clara que indica que ele é do litoral; a quinta figura, o negro *banguela*, de penteado requintado; a sexta, outro negro *banguela*; na sétima o negro *calava*, também vendido na costa de Moçambique, o penteado trabalhado; não tem o lábio superior furado, porém o lábio inferior é alongado, devido à operação, que se fazia na infância, que mantinha os lábios apertados por pedacinhos de madeira; a oitava, outro negro *moçambique*; a nona mostra um modelo do penteado comum entre negros carregadores dos fardos, negros de cangalha ou de carro.



Fonte: DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 235.

Negras escravas ou não, domésticas, ao ganho, de diferentes nações, a primeira é da nação *rebolo*, criada de quarto que imita o penteado de sua senhora; a segunda é *congo*, negra livre; a terceira é *cabra*, crioula filha de mulato e negra; a quarta, *cabinda*, criada de quarto; a quinta, *crioula*; a sexta, *cabinda*; a sétima *benguela*; a oitava *calava*, jovem escrava vendedora de legumes, tatuada; a nona, *moçambique*, negra livre; a décima, *mina*, escrava de negociante europeu; a décima-primeira, *monjolha*; a décima-segunda, *mulata*; a décima-terceira, *moçambique*, a décima-quarta, *benguela*, escrava vendedora de fruta; a décima-quinta, *caçanje*; a décima-sexta, *angola*, negra livre quitandeira.

porção muito maior (cerca de 3 libras na África, enquanto no Rio esse mesmo escravo era vendido por 100 libras).¹⁵

Os exemplos acima explicam por si só a falta de cuidado, o descaso pelo grande número de mortes que cada viagem proporcionava, enfim pelos horrores que o tráfico impunha ao africano.

Esses traficantes formavam um grupo rico e poderoso que enfrentava as pressões inglesas através da cumplicidade dos oficiais; cumplicidade essa conseguida pela corrupção e pela mentalidade de que a importação de negros era essencial para a manutenção da economia agrícola do Império.

A cidade vive um desenvolvimento contínuo. Vive do comércio como cidade-entrepasto e capital. Em seus armazéns estão centralizados os produtos das províncias do Oeste e Sul, em suas fábricas desenvolvem-se atividades artesanais de grande importância, em seu porto navios de todas as nações pagam dividendos à alfândega.

Todo esse desenvolvimento cria formas de utilização do escravo, além das causas primeiras que impulsionaram o tráfico. Na cidade variava também a forma de se conseguir um escravo, como veremos a seguir.

COMO CONSEGUIR UM ESCRAVO NA CIDADE

“Diz João Manoel Gonçalves que tendo de abrir um escriptório de comijeon de escravos na caza 101 da Rua dos Pescadores. Freg. de Santa Rita oferece por isso para seu fiador o proprietário Elias Fernando Drumond, a vista do que pede a V.as Sas. lhes conceda a necessária licença.”¹⁶

“Quem quizer comprar, hum preto official de calafate, nação angola idade 28 anos, procure na Rua dos Pescadores no cantô da Candelária.”¹⁷

¹⁵ CONRAD, Robert. *Tumbeiros; o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 100.

¹⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6-1-57, p. 76.

¹⁷ Biblioteca Nacional. PR SOR 297.

"Na Rua dos Barbonos n.º 61 ao chegar aos Arcos vende-se hum moleque muito próprio para aprender officio, por ser muito esperto, o qual faz todo o serviço de casa." ¹⁸

Ao longo dos três séculos de trabalho escravo no Brasil as formas de se conseguir um escravo eram através de leilões públicos ou vendas privadas. Para os cativos recém-chegados ou após hipotecas, utilizava-se a venda através de leilões públicos.

"Tem lugar geralmente nos portos de importação e se inicia dez a quinze dias após o desembarque dos africanos e dura até esgotar-se a carga, o que pode demorar bastante. Quando a demanda de mão-de-obra é forte, aproveita-se para vender em primeiro lugar os cativos mais difíceis de colocação. Guardam-se para o fim os mais bonitos do lote." ¹⁹

O preço de um escravo em leilão era estabelecido pelo lance mais alto. Com relação às vendas privadas, acredita-se que deveria existir um acordo prévio entre vendedor e comprador para fixar o preço do escravo. Na cidade creio ter sido esta a forma mais comum, pois atendia às especificidades do seu desenvolvimento, no qual era comum uma quantidade de compradores que precisavam de alguns escravos para diferentes tarefas.

Dessa maneira, o preço do escravo na cidade variava de acordo com a sua especialização. Assim, tornava-se uma atividade lucrativa comprar-se escravos "boçais para instruí-los em alguma arte ou officio e depois vendê-los ou alugá-los".

Sobre o diferencial de aluguéis e preços de um escravo na cidade do Rio de Janeiro notou Eschewege: "No Rio de Janeiro, por exemplo, em meu tempo [1810-1821], pagava-

¹⁸ Biblioteca Nacional. PR SOR 290.

¹⁹ CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p. 57.

se de aluguel a um escravo comum 300 réis diários, aos piores aprendizes 600 réis, aos mestres 1.200 réis". ²⁰

Em 1837, segundo Burlamaqui, o jornal médio do negro de officio era de 640 réis — o dobro dos demais. Um escravo comum custava 400\$000, enquanto o preço do escravo oficial oscilava entre 500\$000 e 1.000\$000 réis. ²¹

Após a proibição do tráfico em 1850, os leilões e as vendas públicas tendem a ser substituídos pelas vendas privadas. Com o aumento do tráfico interprovincial (que durou de 1851 até sua virtual abolição pela legislação das províncias importadoras em 1881), as vendas em leilões públicos não desaparecem completamente, como podemos ver num anúncio público no *Jornal Diário do Rio de Janeiro* de 1 de julho de 1854:

"Leilão de Escravos

Hoje sabbado 1.º de julho, na Rua do Ouvidor n.º 90, as 10 1/2 horas. J Bovis fará leilão na sua casa de diversos escravos de ambos os sexos e diferentes idades, sendo pretos, mucamas ditas de todo serviço ditas com filhos, moleques negrinhas etc. ... Os Srs. compradores os poderão examinar antes do leilão, os que forem desconhecidos darão signal de 100\$000 no acto de arrematarem o primeiro escravo. Todos os escravos são afiançados de boa saúde". ²²

O comércio de escravos foi um dos grandes negócios da cidade. Enquanto esse comércio foi legal, os escravos eram trazidos diretamente dos navios negreiros para a alfândega, onde eram examinados e contados. Após isso, eram conduzidos em grupos para as casas de depósitos, onde seriam alojados e leiloados. Antes de 1824 o alojamento dos escravos era feito na Rua da Direita e na Rua do Cano, bem no centro comercial e muito próximo à alfândega.

²⁰ ESCHEWEGE, *Apud* GORENDER, Jacob. *Escravidismo colonial*. Rio de Janeiro, Ática, 1978, p. 453.

²¹ BURLAMAQUI, *Apud* GORENDER, Jacob. *Op. cit.* p. 454.

²² CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p. 71.

Até a vinda da família real, eles desembarcavam e eram conduzidos pelas ruas da mesma maneira como viajavam — nus. Porém o príncipe regente ordenou que eles fossem vestidos, alegando que esta prática depunha contra a cidade e seus habitantes.

O aumento da população, associado ao aumento do comércio de escravos, tornava impossível a manutenção, nesse bairro comercial, dos depósitos de escravos que davam à corte do imperador uma péssima imagem junto aos visitantes europeus. Desde 1779 esta situação, que resultaria na transferência do mercado de escravos para o Valongo, já era descrita secretamente pelo Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil ao seu sucessor:

“Havia (...) nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcassem no porto vindos da costa africana, entravam na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus. E porque essa espécie de gente, se não lhe é dada maiores instruções, é como qualquer bruto selvagem, eles faziam o que a natureza sugeria no meio da rua, onde ficavam sentados em algumas tábuas ali colocadas, causando não apenas a pior espécie de mau cheiro nessas ruas e cercanias, mas também oferecendo o espetáculo mais terrível que o olho humano pode testemunhar. Pessoas decentes não se atreviam a ir às janelas; os inexperientes aí conheciam o que não sabiam e não deveriam saber; e tudo isso era permitido sem qualquer restrição, e, apenas para render o ganho absurdo que os mercadores de escravos, seus donos, obtinham por trazê-los à noite para os andares térreos ou despendas sob as casas em que viviam. Minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados em botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato e que aí as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizados para alojá-los.”²³

²³ *Id. Ibid.*, p. 58.

Apesar das inúmeras reclamações dos comerciantes, foi o mercado transferido para o bairro do Valongo. Após 1824 os escravos recém-chegados foram definitivamente afastados do centro comercial, na paróquia da Candelária, para a paróquia de Santa Rita. Resolvendo-se assim um problema meramente estético que agredia os olhos da população... “O que os olhos não vêem o coração não sente!”

Muitas são as descrições contemporâneas do mercado do Valongo — atualmente Rua Camerino. Como a de Debret:

“É na Rua do Valongo que se encontra, no Rio de Janeiro, o mercado de negros, verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África.

“As vezes pertencem a diversos proprietários e são diferenciados pela cor do pedaço de pano ou sarja que os envolve ou pela forma de um chumaço de cabelo na cabeça inteiramente raspada (...).

“Os ciganos traficantes de negros, verdadeiros negociantes de carne humana, não cedem em nada a seus confrades negociantes de cavalo; por isso deve-se tomar precaução e levar um cirurgião quando se quer escolher um negro nesses armazéns, a fim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários.”²⁴

Ou a do médico naturalista do navio prussiano Princesa Loisa, F. J. T. Meyen, escrita pouco antes da abolição do tráfico legal:

“Visitamos os Depósitos de escravos no Rio e encontramos muitos centenas praticamente nus, os cabelos quase todos cortados, e parecendo objetos medonhos. Estavam sentados em bancos baixos ou amontoados no chão, e sua aparência nos fez estremecer. A maioria daqueles que vimos era de crianças, e quase todos esses meninos e meninas tinham sido marcados com ferro quente no peito ou em outras partes do corpo. Devido à sujeira dos navios em que haviam sido trazidos e à má qualidade

²⁴ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 258.

de sua dieta (carne salgada, toucinho e feijão), tinham sido atacados por doenças cutâneas, que a princípio apareciam em pequenas manchas e logo se transformavam em feridas extensas e corrosivas. Devido a fome e miséria, a pele havia perdido sua aparência preta e lustosa, e assim como as manchas das erupções esbranquiçadas e cabeças raspadas, com suas fisionomias estúpidas e pasmas, certamente pareciam criaturas que dificilmente alguém gostaria de reconhecer como seu próximo. Para nosso espanto, encontramos no Rio pessoas reputadas pela cultura e humanidade que friamente nos asseguram que não deveríamos supor que os negros pertencem a raça humana. De acordo com esses princípios os escravos eram (como alardeavam as pessoas no Rio) tratados muito brandamente. Deve-se ter vivido o bastante para estar acostumado à sua miséria e degradação, para compreender tal maneira de falar.”²⁵

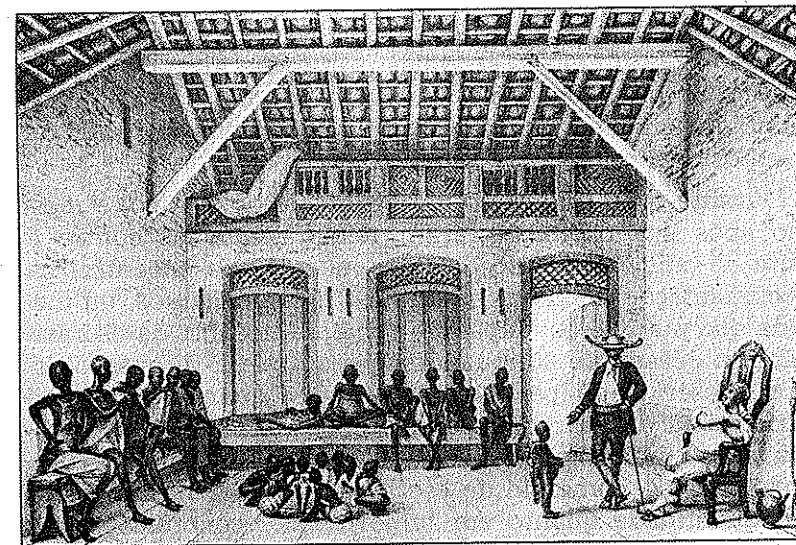
Como podemos observar, as doenças eram comuns nesse mercado. Todos os escravos expostos deveriam ser cuidadosamente examinados pelos seus futuros senhores, pois qualquer escravo com defeito físico, uma vez negociado, não mais poderia ser trocado, ao sair do armazém. Sendo assim, esse cativo era submetido a mais uma série de vexames nesta sua adaptação à nova realidade. Seu corpo era apalpado, seus dentes examinados, faziam-no andar de um lado para outro, faziam-no pular. E o africano assustado, ainda sem perceber direito o que estava acontecendo era negociado, marcado a ferro com as iniciais do seu dono, transformado numa *coisa*. Enfim, era um escravo. Sua herança e a de seus filhos era a escravidão.

As condições péssimas do tráfico, já exaustivamente descritas pelos estudiosos, associam-se à avidez dos comerciantes que, movidos pela necessidade de lucros imediatos, poucos investimentos faziam nos locais de vendas, onde proliferavam sujeira e mortes.

Eram mantidos no distrito do Valongo, para atender à grande demanda, cemitérios para africanos recém-chega-

²⁵ MEYEN, F. J. T. *Apud* CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p. 61.

Gravura 3 — MERCADO DA RUA DO VALONGO



A gravura reproduz uma cena de venda em um mercado da Rua do Valongo; pelas disposições do armazém e pela simplicidade do mobiliário, mostra tratar-se de um pequeno comerciante.

Fonte: DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, tomo I, p. 258.

dos. Esses cemitérios geravam por parte da população das redondezas inúmeras reclamações. Alegava-se que houvera crescimento das habitações nessa área e que era grande o número de mortos aí mal enterrados por escravos que não se preocupavam em cavar valas profundas, ficando os corpos em decomposição, à mostra. Quando ocorriam chuvas, havia obviamente grande perigo de contaminação, além de insuportável odor.

Durante todo o período da legalidade do tráfico, e mesmo após sua proibição, eram feitas denúncias contra a falta de cuidado dos negociantes, porém não encontrei na documentação nenhuma resposta a esses reclamos, ou medida que punisse os culpados. Somente no final da escravidão, na década de 80, quando se reacende a discussão sobre a escravidão pelos abolicionistas, quando o tráfico africano já desaparecera, quando a própria população escrava era infinitamente menor, quando, enfim, o grupo envolvido no comércio de escravos era bem menor tanto em quantidade quanto em importância econômico-social, observa-se um cuidado maior das comissões sanitárias do distrito de Santa Rita (onde se localizava o mercado de Valongo) com as condições das casas de negócio de escravos:

**"COMISSÃO SANITÁRIA DO 1.º DISTRITO DA
FREGUESIA DE SANTA RITA EM 22 DE JANEIRO
DE 1880.**

Ilmo. Exmo. Snr.

Ao receber o officio de Va Ex com data de Hontem, dirigi-me imediatamente a caza da rua Estreita de S. Joaquim n.º 32, onde são estabelecidos com negócios de comissões de escravos J. R. Peres Fernandes e Comp., pelo exame a que precedi verifiquei que eram então 12 escravos consignados dos quais, 7 do sexo masculino occupavam a sala e alcova do sótão e 5 do sexo feminino os aposentos do sobrado que a primeira eram mal acomodados a noite, recomendando que não deixassem mais de 5 escravos pernhoitarem naquelles comodos; notei mais que todo o prédio precisava de pintura e que a

latrina, ralo de aguas pluviais não se achavam com o devido asseio e o solo do quintal era demasiado humido (...)." ²⁶

No Valongo reuniam-se negociantes de vários tipos. As autoridades faziam grande esforço para tentar, pelo menos legalmente, estabelecer regulamentos que incidissem sobre essas casas. Havia casas de consignação de compra e venda de escravos, casas de leilão e negociantes de bens, de café etc.

No período da repressão ao tráfico de escravos, os ingleses reclamavam do envolvimento de todos os homens de negócios com esse comércio, considerado ilegal, porém de difícil controle, pois as autoridades inglesas só podiam exercer sua perseguição nos mares. O documento abaixo denuncia a dificuldade de se conter esse comércio. Em carta datada de fevereiro de 1832, o cônsul britânico no Rio afirmava:

"Estou pesaroso pelo ensejo de advertir que a abolição do tráfico escravista tem poucas probabilidades de ser eficaz neste país. No meu entender, as penalidades atualmente em vigor realmente induziram muitos a abandonar o tráfico; mas os lucros crescentes advindos de uma importação fraudulenta excitaram a cupidez das pessoas, mais empreendedoras ou menos escrupulosas que os antigos traficantes; e apesar de não poder obter qualquer evidência positiva do fato, estou seguro, e acredito, que o Tratado da Abolição é frequentemente violado (...)." ²⁷

Era muito difícil, quase impossível, identificar todos os negócios do comércio de escravos. Por exemplo, era obrigatório um pedido de licença especificando o tipo de negócio que funcionaria no estabelecimento, que tipo de mercadoria seria vendida.

"Diz Frederico Guilherme, Janire e Com^a, que elles supostamente quêrem continuar com sua caza de consig-

²⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45.

²⁷ CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p. 212.

nação leilões, vendendo no mínimo escravos ladinos, na rua do Ouvidor 84, continuando como Fiador o cidadão João Bernardo de Carvalho, do qual já existe o respectivo termo no Livro componente e como precisa de licença para o seu negócio por isso (...)

5 de março de 1943." ²⁸

Entretanto, existiam no mercado várias casas que vendiam escravos sem a devida licença. O problema é que muitos negociantes recebiam escravos para a própria plantação, com os quais eles negociavam café, algodão, açúcar etc... Geralmente a casa de consignação continuava a receber os escravos para vendê-los com comissão até que fossem descobertos, ou forçados a tirar licença.

Existiam casas de comissões licenciadas especificamente para se dedicarem à venda de escravos e outros valores. Outro tipo de casa de comissões era especificamente licenciado para vender e comprar escravos para uma terceira pessoa, embora estas restrições não fossem obedecidas.

"Relação exact de todos os negociantes que comprão, vendem, recebem a consignação escravos sem que estejam abilitados na forma da ley, nem pagão direito algum a Nação (...)." ²⁹

No exemplo acima são citados na freguesia do Sacramento, dezesseis nomes, dez estrangeiros e seis nacionais; na freguesia da Candelária, nove estrangeiros e três nacionais; na freguesia de Santa Rita, dois estrangeiros e dois nacionais; na freguesia de Santa Ana, um brasileiro; na freguesia de São José, quatro estrangeiros.

Tentando coibir o tráfico ilegal após 1850, o governo cria posturas rigorosas, que exigiam dos negociantes a comprovação da origem dos seus escravos, os quais deveriam ser registrados num livro que ficaria à disposição das autoridades para fiscalização.

²⁸ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59, folha 21.

²⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59, folha 65.

cionados. Acreditamos que a postura se referia ao confisco total das mercadorias e das multas que infligiriam aos culpados. Dessa maneira o governo precava-se da falta do pagamento das multas pelo infrator, que recairiam sobre o fiador;

quarto — É notória a preocupação com a procedência desses escravos, denunciando-se, além da questão do tráfico africano, o comércio ilegal de escravos conseguidos através de roubos;

quinto — Outro aspecto por demais interessante do documento é a preocupação do governo com os abusos de autoridade. Para isso ele prescreve que os livros deverão ser rubricados gratuitamente pelo fiscal respectivo;

sexto — E mais uma vez a questão da punição, que duplica com relação às multas e mais que triplica com relação à prisão, denunciando que a reincidência era comum entre os comerciantes.

No documento abaixo apresentamos um exemplo de um livro de matrícula.

"Certifico que as folhas do livro 124 do livro competente se acha matriculado pelo Sr. Glicério Thaumaturgo da Silva morador da Rua do Riachuelo n° 188 os seguintes escravos:

Número	Nome	Nat.	Idade	Cor	Ofício	Obj.
1	Frederico	brasileira	31	preta	—	—
2	Sandro	brasileira	24	preta	—	—
3	Mariano	brasileira	25	parda	—	—
4	Luis	brasileira	28	parda	—	—
5	Ignes	brasileira	50	preta	—	—
6	Faustina	brasileira	18	preta	—	—
7	Virgílio	brasileira	35	preta	—	—
8	Mariano	brasileira	16	preta	—	—
9	Serena	brasileira	25	preta	—	—
10	José	africana	1 ano e 4 m.	parda	—	—
11	Pedro	brasileira	28	parda	—	—
12	Iracema	brasileira	35	preta	—	—
13	Maria	brasileira	50	preta	—	—
14	José	africana	54	preta	—	—
15	Hermerenciana	africana	55	preta	—	—
16	Matheus	africana	55	preta	—	— ³¹

³¹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59, p. 46.

“Ninguém poderá negociar em escravos sem ter para esse efeito armazém público em casa térrea ou loja apresentando fiadores idôneos que se responsabilizem pelos prejuízos que ocasionar, assignando termo nesta Câmara de não comprar escravos nem os receber para vender, se não de pessoas reconhecidas como seus legítimos senhores, ou que apresentem pessoas estabelecidas que como taes os afiancem; *como que mostrem igualmente que os ditos escravos chegaram a este império antes da proibição do tráfico de escravatura*; obrigando-se a ter um livro, que será rubricado gratuitamente pelo fiscal respectivo, em que faça os assentos dos escravos que compra ou recebe para vender, declarando a data da compra ou o recebimento, o sexo, o nome da nação, pres-timo, idade provável do escravo assim como qualquer signaes por que se faça conhecido, declarando igualmente quando, donde e como houve o vendedor; os quaes assentos serão assignados pelos vendedores, sendo pessoas reconhecidas ou por quem se responsabilise por elles não o sendo; e serão patentes ao fiscal, ou a qualquer autoridade policial que o exija. Os infractores sofrerão a pena de 8 dias de prisão e de 30\$00rs de multa, e nas reincidências a de 30 dias de prisão e 60\$000rs a multa, além das que incorrem pelo código.”³⁰ (Grifos meus.)

A riqueza de detalhes que nos oferece este documento aponta para alguns aspectos importantes:

primeiro — Essa postura data de 1854 e o seu rigor demonstra que a situação era de difícil controle, como poderemos constatar mais adiante;

segundo — A necessidade de um local predeterminado para a venda dos escravos, facilitando a fiscalização;

terceiro — O cidadão precisaria, além de dar sua palavra, apresentar fiador comercialmente estabelecido e de residência conhecida, que se responsabilizasse pelos prejuízos. É muito interessante falar-se em *prejuízos* neste comércio que se sustentou pelos infinitos lucros propor-

³⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59.

Com a abolição e perseguição do tráfico após 1850 os escravos eram desembarcados em lugares escondidos, vendidos no desembarque ou então marchavam para o Valongo. Isso constituía mais um penoso sacrifício para os cativos, já bastante enfraquecidos pela viagem.

Os barracos e depósitos desaparecem das praias do Rio de Janeiro, mas o comércio continua. Nas lojas, juntamente com o ladino ou crioulo, continua sendo negociado o africano. Mesmo quase uma geração após ter sido abolida, ainda representa cerca de 9% do total da população escrava no município do Rio de Janeiro e 15,4% da população total do país segundo dados da Tabela 9.

Começamos a perceber uma sensível diminuição da população escrava do Rio de Janeiro nos períodos de 1864, 1874 e 1884. Observando que em 1887, às vésperas portanto da abolição, a população do município que seria atingida com a Lei Áurea resumia-se apenas a 7.488 escravos:

Tabela 9 — POPULAÇÃO ESCRAVA DO RIO DE JANEIRO.

	1849	1864	1874	1884	1884
Rio de Janeiro	110.000	300.000	301.000	258.238	162.421
Município Neutro	78.855	100.000	47.084	32.103	7.488

Fonte: Perdigão Malheiros. *A escravidão*, p. 198, Relatório do Ministério da Agricultura. *Apud* Conrad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, p. 346.

Esse declínio explicar-se-ia pela conjugação de fatores internos e externos ao Rio de Janeiro. Como fator de pressão externa observamos o grande tráfico interprovincial que, atuando como um elemento garantidor do sistema através da reposição da mão-de-obra, fornecerá ao mesmo tempo elementos para a sua destruição:

“O tráfico escravista interno não foi apenas um eco do passado. Foi também um instrumento de mudança. Desconhecido para a maioria daqueles que nele tomaram parte, esse tráfico talvez tenha contribuído para acabar com a escravidão brasileira tanto quanto os grandes admiráveis esforços dos abolicionistas. Neste sentido, os

Tabela 9 — ESCRAVOS DE NATURALIDADE AFRICANA E ESCRAVOS REGISTRADOS COMO TENS-
DO 51 ANOS OU MAIS, 1872.

	Total de es- cravos registrados	Escravos regis- trados de 51 anos e mais	Porcentagem de 51 anos e mais	Africanos registrados
<i>Extremo Norte</i>				
Amazonas	1.545	87	5,6	13
Pará	31.537	2.362	7,5	552
Maranhão	74.598	7.786	10,4	1.741
	107.680	10.235	9,5	2.306
<i>Nordeste</i>				
Piauí	23.434	3.885	16,6	242
Ceará	31.975	2.014	6,3	99
Rio Grande do Norte	13.634	1.614	11,8	421
Paraíba	25.817	1.367	5,3	185
Pernambuco	106.236	9.472	8,9	3.084
Alagoas	36.124	2.402	6,6	2.377
Sergipe	33.064	3.012	9,1	1.395
Bahia	165.403	24.349	14,7	10.281
	435.687	48.115	11,0	18.084

<i>Oeste e Sul</i>				
Mato Grosso	7.054	928	13,1	360
Goiás	8.800	878	10,0	140
Paraná	15.250	830	7,4	738
Santa Catarina	11.249	1.332	8,7	1.128
Rio Grande do Sul	98.450	15.423	15,6	5.104
	140.803	19.391	13,8	7.470

<i>Centro-Sul</i>				
Minas Gerais	311.304	64.401	20,7	28.148
Espírito Santo	22.297	3.109	13,9	2.262
Rio de Janeiro	301.352	66.259	22,0	56.262
Município Neutro	47.084	4.656	9,9	10.973
São Paulo	174.622	20.512	11,7	13.055
	856.659	158.937	18,6	110.700

<i>Totais</i>	1.540.829	236.678	15,4	138.560
---------------	-----------	---------	------	---------

Fonte: Compilado de Diretoria Geral da Estatística, Recenseamento da população, 1872, *passim*. In Con-
rad, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, p. 348.

próprios traficantes de escravos foram inimigos involuntários da escravidão.”³²

Acompanhando o desenvolvimento de novas áreas de produção, transferem-se escravos fortes da lavoura decadente do Rio para a florescente lavoura paulista.

Tabela 11 — MOVIMENTO DA POPULAÇÃO ESCRAVA NO RIO DE JANEIRO (1877-1881)

Especificação	Anos				
	1877	1878	1879	1880	1881
Em 31 de dezembro de 1876					
Homens	21.401	20.811	20.073	19.317	18.173
Mulheres	20.841	20.570	20.147	19.833	19.112
Total	42.242	41.381	40.220	39.150	37.285
Vieram de outros municípios					
Homens	893	726	679	673	296
Mulheres	1.042	988	1.067	1.054	406
Total	1.935	1.714	1.746	1.727	702
Faleceram					
Homens	530	508	447	438	369
Mulheres	301	375	269	291	298
Total	831	883	716	729	667
Libertaram-se					
Homens	379	298	469	586	534
Mulheres	491	490	577	726	708
Total	870	788	1.046	1.312	1.242
Mudaram para outros municípios					
Homens	574	658	549	793	452
Mulheres	521	546	535	758	294
Total	1.095	1.204	1.084	1.551	746
Em 31 de dezembro de 1877					
Homens	20.811	20.073	19.317	18.173	17.114
Mulheres	20.570	20.147	19.833	19.112	18.218
Total	41.381	40.220	39.150	37.285	35.332

Fonte: BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório do Ministério dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral da 3ª Seção da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Leão Velloso. Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883. (Levantamento de M. B. Levy). In LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*, p. 442.

³² CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p. 212.

Além do tráfico, outro fator muito importante contribuiu para o decréscimo da população escrava na cidade — a mortalidade. As epidemias que proliferavam faziam suas vítimas entre os escravos.

Baixa natalidade, alta mortalidade, transferência de escravos para outras regiões — toda essa conjuntura propiciava maior adesão da cidade ao movimento abolicionista. A escravidão na cidade estava condenada.

A história da escravidão, que tivera seu palco inicial nos campos, assiste a partir de 1870 na capital do Império um reacender das discussões sobre o seu fim. A princípio um movimento emancipacionista liderado pelo governo que, através de leis nas quais se percebia uma preocupação maior com os proprietários, hipocritamente garantia a manutenção do sistema utilizando-se de medidas reformistas da instituição. É desta forma que se coloca a Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco (1871), que tinha como finalidade explicitada pelo próprio autor “reestabilizar a vida econômica e social do país, reparar os danos causados pela polêmica em torno da escravidão e revitalizar o crédito agrícola”; e a Lei dos Sexagenários ou Lei Saraiva-Cotejipe (1885) que representava uma abolição mediante indenização. Um bom negócio para os proprietários que se livravam legalmente de escravos improdutivos e ainda recebiam pagamentos superiores ao valor real desse escravo no mercado.

Enfim “leis de proprietários de escravos para proprietários de escravos”, tão criticada pelos abolicionistas que, através de André Rebouças, exigiam desde 1883 abolição sem indenização:

“Abolição imediata e sem indenização (...) A escravidão é um cancro, ninguém paga o doente para fazer sua extirpação; quem padece de uma pústula ou tem um membro gangrenado, indeniza o cirurgião; o contrário não ocorre. No entanto um senhor de escravos mantém uma

gangrena social e pretende dinheiro por sua eliminação.”³³

Portanto, esse movimento emancipacionista caracterizou-se por uma atitude conciliatória do governo na eliminação lenta e gradual da escravidão, sem ameaçar os grandes proprietários.

O movimento abolicionista liderado pelos intelectuais da época somente se organiza após 1880, exigindo a abolição quando a escravidão como instituição e modo de produção apresentava-se ineficaz. A conjuntura era favorável aos ideais abolicionistas. Um renovado liberalismo perpassava a sociedade brasileira desde o término da guerra do Paraguai, no qual as debilidades estruturais do país tornavam-se evidentes. Movimentavam-se os clubes, ou sociedades, a primeira das quais foi a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, fundada por Joaquim Nabuco, em 1880, no Rio de Janeiro; multiplicavam-se as reuniões, o jornalismo pró-reformas denunciava a inércia do governo.

De modo geral, o que houve antes de 1880 foi apenas opiniões abolicionistas cheias de eloquência, porém sem a articulação de um movimento de ação organizada. O pensamento antiescravista dos anos 70 é cauteloso. O próprio Nabuco, autor de discursos contundentes, pregava uma atitude prudente, uma melhoria das condições de vida dos escravos — “esse órfão do destino, esse enjeitado da humanidade que, antes de nascer, estremece sob o chicote vibrando nas costas da mãe.”³⁴ Ressalta a necessidade de fazer-se a abolição na forma da lei, no Parlamento, não nos quilombos ou nas ruas.

Pelas ruas da cidade as notícias dos debates, das leis, chegam através dos jornais, das conversas nos cafés, dos disse-me-disses do povo que circula pelas esquinas e mercados. Dessa maneira, o fim da escravidão é assistido mais

³³ REBOUÇAS, André. *Apud* SANTOS, Sidney, M. G. dos. *André Rebouças e seu tempo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 469.

³⁴ NABUCO, Joaquim. *Apud* SANTOS, Sidney M. G., *Op. cit.*, p. 465.

de perto, mais intensamente, pelo escravo da cidade do que pelo seu irmão do campo.

Qual seria a reação desses escravos a esse movimento abolicionista? Como se sentiria como alvo de tantas discussões; infelizmente não possuímos os seus testemunhos e o que tentamos reproduzir, através da pesquisa nas entrelinhas dos não ditos que a documentação oficial nos transmite, é a voz perdida no passado deste imenso grupo:

“Os escravos permaneceram mudos, exceto em raríssimas exceções; fato que se explica pela lógica do sistema escravagista: a maioria absoluta dos escravos, e muitos libertos, não sabiam ler e escrever. Nestas condições, a massa dos documentos disponíveis para a história da escravidão provém da administração metropolitana ou local, dos missionários, dos colonos e administradores; ou de viajantes e outros observadores ocasionais estranhos à sociedade escravagista.”³⁵

Conforme observamos na Tabela 12, a população escrava alfabetizada em 1872 representava uma ínfima parte; não podemos perder de vista que isto denunciava também as condições precárias da alfabetização geral do país. Além dos escravos, a maioria das mulheres não tinha direito à alfabetização. Enfim, o Brasil do século XIX era um país de analfabetos na sua quase maioria; ler e escrever era privilégio de uma minoria.

Os abolicionistas denunciavam a imoralidade e a ilegalidade da escravidão; a ilegitimidade do direito de posse, sem apoio institucional, porquanto a Constituição não tinha uma palavra sobre escravos.³⁶

E os escravos? Segundo Gorender,³⁷ “caberia a eles a tarefa de provocar o abalo decisivo no regime servil em

³⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América: A escravidão no novo mundo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985, p. 7.

³⁶ NABUCO, Joaquim. *In* SANTOS, Sidney M. G. *Op. cit.*, p. 456.

³⁷ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 571.

Tabela 12 — ALFABETIZAÇÃO E ANALFABETISMO ENTRE ESCRAVOS, 1872.

Província	Homens		Mulheres		Totais	
	Alfabetizados	Analfabetos	Alfabetizados	Analfabetos	Alfabetizados	Analfabetos
<i>Extremo Norte</i>						
Amazonas	—	487	—	492	—	979
Pará	68	13.840	21	13.529	89	27.369
Maranhão	51	36.838	21	38.029	72	74.867
	119	51.165	42	52.050	161	103.215
<i>Nordeste</i>						
Piauí	6	11.939	—	11.850	6	23.789
Ceará	35	14.906	12	16.960	47	31.866
Rio Grande do Norte	4	6.567	3	6.446	7	13.013
Paraíba	26	10.655	35	10.810	61	21.465
Pernambuco	105	49.918	52	41.953	157	91.871
Alagoas	32	17.881	21	17.807	53	35.688
Sergipe	—	10.840	—	11.783	—	22.623
Bahia	49	89.045	15	78.715	64	167.760
	257	211.751	138	196.324	395	408.075

Oeste e Sul

Mato Grosso	—	3.632	—	3.035	—	6.667
Goiás	7	5.365	—	5.280	7	10.645
Paraná	6	5.500	2	5.052	8	10.552
Santa Catarina	26	8.043	20	6.895	46	14.938
Rio Grande do Sul	63	35.623	37	32.068	100	67.691
	120	58.163	59	52.330	161	110.493

Centro-Sul

Minas Gerais	99	199.335	46	170.979	145	370.314
Espírito Santo	1	11.858	—	10.800	1	22.658
Rio de Janeiro	79	162.315	28	130.215	107	292.530
Município Neutro	220	24.666	109	23.944	329	48.610
São Paulo	81	87.959	23	68.549	104	156.508
	480	486.133	206	404.487	686	890.620
<i>Totais</i>	958	807.212	445	705.191	1.403	1.512.403

Fonte: Recenseamento da população, XIX, 2. In CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil*, p. 358.

apodrecimento". Para Conrad,³⁸ "foi a decisão pessoal do escravo individual, multiplicada muitas vezes, que trouxe o rápido fim do cativo"; Clóvis Moura³⁹ acrescenta que "na época da abolição os escravos já estavam psicologicamente convencidos da sua situação de exploração em maior ou menor grau, desobedecendo as ordens de seus senhores".

Essas afirmações poderiam levar a uma constatação errônea de que o escravo não tinha então consciência de sua situação, e que nunca agira de forma própria, que a abolição só ocorrera no momento em que ele resolvera agir. Não podemos descartar que os escravos renegaram o sistema e durante quase dois séculos e meio lutaram sozinhos. A partir da Independência sua luta foi secundada pelos ingleses na perseguição ao tráfico. Colocaram-se contra o sistema de todas as formas possíveis (fugas, suicídios, roubos, assassinatos), aproveitaram-se de todas as brechas.

Concordamos plenamente com Lana Lage⁴⁰ quando afirma: "(...) os horizontes dos escravos se ampliam nesses momentos de agitação política e social, é na segunda metade do século XIX que essa ampliação atinge limites máximos, ou seja quando o debate abolicionista ganha corpo e se transforma na questão essencial do Império. A medida em que o sistema entra em crise e a mão-de-obra escrava vai se configurando como inadequada ao desenvolvimento capitalista do país, a perspectiva de liberdade toma forma para o escravo, através da propaganda abolicionista e das próprias medidas e promessas governamentais. É na década de 80, quando a Campanha Abolicionista se define, é que o escravo vai vislumbrar, para o seu ato de rebeldia um futuro diferente da marginalidade, uma vez que, agora seu comportamento divergente se acha legitimado dentro do próprio mundo dos brancos".

³⁸ CONRAD, Robert. *Op. cit.*, p. 336.

³⁹ MOURA, Clóvis. *Op. cit.*, p. 56.

⁴⁰ LIMA, Lana Lage da Gama. *Op. cit.*, p. 155.

Sendo assim, o movimento abolicionista, reconhecendo o direito do escravo de negar o sistema, o encoraja direta ou indiretamente a abandonar seus donos, sublevando-se contra o já decadente sistema.

Os escravos de uma cidade como o Rio de Janeiro, sede do Império e centro cultural do país, inseriam-se numa estrutura típica de escravidão urbana, que lhe propiciava passar grande parte do tempo longe das vistas dos seus senhores. Trabalhando pelas ruas, docas e lojas mantinham-se informados dos acontecimentos e às vezes conheciam alguns dos seus poucos "direitos", como, por exemplo, o das alforrias em que a Lei Rio Branco concedia o direito ao cativo de formar um pecúlio com o que lhe proviesse de doações, legados e heranças, e, com o consentimento do senhor, tudo o que obtivesse do seu trabalho e de suas economias. Com este pecúlio o escravo poderia comprar sua liberdade, independente da vontade do senhor, desde que tivesse a quantia correspondente ao seu valor. Este pecúlio poderia ficar nas mãos do senhor ou, com prévia autorização do juiz de Órfãos, ser recolhido às estações fiscais, na Caixa Econômica, ou banco de depósitos. Assim, após 1871, os escravos podiam requerer, amigavelmente ou através da autoridade, a sua emancipação.

Estas informações eram obtidas através de contatos com os diferentes grupos da sociedade, nas irmandades de negros, nas corporações de ofício, enfim, nas ruas da própria cidade.

Os escravos procuravam valer-se dessas informações para conseguir de alguma maneira sua liberdade, quer de forma legal, quer de forma ilegal.

Pela forma legal tentavam conseguir, através dos processos de manumissões, sua alforria. Na cidade contavam para alcançar a libertação com fatores tradicionais, como a chamada benevolência dos senhores, como resultado de bom comportamento; além de outros, como a capacidade de trabalho, a habilidade em furtar, o auxílio das irmandades de negros — mas principalmente a esperteza em tirar proveito de todas essas condições em momentos favoráveis.

Entretanto, faz-se necessário esclarecer que, mesmo na cidade, a manumissão do escravo continuava sendo assunto essencialmente privado, que fazia parte dos direitos de propriedade, zelosamente guardados. O Estado, como garantidor da propriedade, procurava interferir o menos possível, unicamente em caso de crise. Esse direito manteve-se até praticamente o fim da escravidão. Nas cartas de alforria observa-se esta característica extremamente ideológica da libertação, esta sempre apresentada como dádiva: "nunca se deixa de insistir preliminarmente na generosidade ou afeição pelo escravo, à sua fidelidade, que o torna elegível para a alforria".⁴¹ Após 1871 não poderia haver legalmente a revogação da alforria por ingratidão, uma vez dada ou prometida. Até essa lei eram consideradas faltas punidas com a perda da alforria, "a ingratidão grave ao doador em juízo, o ferir ou pôr as mãos nele com o fim de o injuriar ou desonrar, os prejuízos a ele causados, e mesmo a ameaça à sua vida ou mesmo o seu assassinato".⁴²

A alforria, que libertava o escravo, não garantia ao negro inserção no mundo dos brancos. O liberto continuaria incorrendo em restrições legais, além de raciais, como, por exemplo, a necessidade de fiador, alguém que respondesse por ele, para que continuasse exercendo suas atividades:

"Ao procurador

Manoel Candido Vistorio, homem de cor preta, forro da nação Cabina, morador na Rua da Lapa n.º 101 precisando de licença para andar ao ganho, vem mui respeitosa-mente pedir a V. S.^a se digne mandar dar, apresentando como seu fiador o Ilmo. Sr. Capitão de Fragata da Armada Nacional Manoel Luís Pereira da Silva (...)

15 de março de 1875."⁴³

Todos esses elementos citados, associados a uma conjuntura econômica de contestação da escravidão, geravam uma

⁴¹ CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros e estrangeiros*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

⁴² *Id. Ibid.*, p. 52.

⁴³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55, p. 4.

insegurança que se refletia na queda do preço desse escravo e no aumento das alforrias.

O negro comprava sua liberdade com os ganhos conseguidos de todas as formas (roubando, escondendo ganhos reais, fazendo serviços extras) ou recebia-a no final da vida, prática muito comum dos proprietários que, devido ao envelhecimento ou à invalidez, alforriavam ou simplesmente abandonavam seus escravos, livrando-se do custo do seu sustento. A legislação de 1871 denunciava isso ao prescrever no artigo 6.º, parágrafo 4: "(...) Se estes os abandonarem por invalidez, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de Órfãos."⁴⁴

Era comum ver na cidade negros inválidos, ou incapazes para o trabalho pela velhice, vivendo de esmolas. A lei denunciava esse fato que continuaria ocorrendo até os últimos momentos da estrutura que desmoronava:

"(...) e quando o irmão doente seja daquelles que seos Senhores os lançarão a peregrinar depois de os haverem desfructado em tempo de saude, e sem compaixão delles os deixarão morrer pelas Ruas, e Campos como infelizmente sucede, terá a Irmandade huma Caza para recolhimento."⁴⁵

Nos anos em que a campanha abolicionista atinge o auge — década de 80 — observamos também um aumento nessas alforrias, conseguidas através de contribuições em livro de ouro.

Além dos encaminhamentos legais representados pela alforria, os escravos utilizavam-se das fugas como resposta à não aceitação do sistema. As fugas de escravos acompanharam toda a história da escravidão no Brasil.

As cidades representavam para os negros fujões o local apropriado para se esconderem, abrigados no anonimato,

⁴⁴ CONRAD, Robert. *Op cit.*, p. 368.

⁴⁵ SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, p. 94.

confundidos com uma multidão de libertos. Os anúncios de jornais dos séculos XIX demonstram os gastos que eram obrigados os proprietários a desembolsar para capturar seus escravos fujões — recompensas, salários de policiais, dos caçadores de escravos, dos juizes e, especialmente nas cidades, os honorários pagos pelos castigos e a cura ou alojamento na prisão local.

Os relatórios da polícia do Império denunciavam que as prisões se tornavam reuniões de escravos fugidos e recapturados. Por exemplo, em 1826, 922 escravos fugidos foram levados para a prisão do Rio de Janeiro para aguardarem os seus donos.

“Firmino, Nação Congo, que em 1833, fugiu da Rua do Sabão, n.º 237, aqui no Rio, levou em hum a orelha hum a argola com hum a meia lua pendurada.

Jornal do Comércio, de 20 de março de 1833”.⁴⁶

Os morros perto do Rio sempre favorecem os esconderijos de escravos. Tem-se notícia de quilombos no Catumbi, no Corcovado entre outros... Acredito que, incentivados pelo movimento abolicionista, os escravos, descontentes com seus senhores, sem a menor possibilidade de comprar a liberdade, fugiam do sistema, recebendo a notícia da abolição já em liberdade irregular.

Em síntese, vimos que para se conseguir um escravo na cidade utilizavam-se de leilões públicos de vendas privadas. Enquanto o tráfico fora legal, as autoridades procuravam organizar o comércio. Após a ilegalidade e conseqüente perseguição em 1850, buscaram-se formas possíveis para manter-se o abastecimento das áreas de maior necessidade, transferindo-se escravos de uma região para outra. Portanto, a escravidão manteve-se no país principalmente pelo abastecimento constante de escravos africanos já que a reprodução natural desses escravos era mínima, não suprimindo o mercado. Os escravos morriam e com eles a própria escravidão.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais*.

Assim a população escrava da cidade por todos os fatos descritos acima ia diminuindo. Entretanto, o comércio só desapareceria com a decretação da Lei Áurea, que tornava legal a liquidação do escravismo colonial, que já começara a desmoronar desde a proibição do tráfico.

Até os últimos momentos, a escravidão e a cidade do Rio de Janeiro conviveram intensamente, tornaram-se elementos interligados, interdependentes.

Uma imensa população escrava circulava pelas ruas da cidade, empregada nos estabelecimentos comerciais que, incentivados pela onda de crescimento desencadeada pela vinda da família real e pelo desenvolvimento da lavoura cafeeira, ampliavam-se e se ramificavam.

A escravidão e a cidade adaptavam-se uma a outra. As relações tradicionais modificavam-se, e o Estado tentava pôr ordem na casa. Criavam-se posturas, organizava-se a repressão, os acordos efetuavam-se à margem da lei. É necessária a convivência, é necessária a escravidão para a cidade, é necessário garantir o sistema.

É nessa conjuntura específica da cidade do Rio de Janeiro que analisarei o escravo ao ganho e o seu papel explicativo da escravidão urbana e contraditório do próprio sistema no qual estava inserido.

O ESCRAVO AO GANHO UMA NOVA FACE DA ESCRAVIDÃO

O QUE ERA SER UM ESCRAVO DE GANHO?

“Aluga-se hum preto muito boa figura, muito bom bolieiro e optimo cozinheiro do ordinário de hua caza, na Rua da Quitanda n.º 57 ou 44.”

Jornal do Comércio, 1 de outubro de 1827.¹

“Diz D. Maria Roza Havien de Barros, viúva de Custódio Havien de Barros, residente na Praia do Saco dos Alferes, n.º 114 que pretende ter ao ganho até o fim do começo anno, seus escravos José da Nação Congo e Manoel da Nação Benguela e como não pode fazer sem licença.

Pede a V. S.^a

os respectivos alvarás”

10 de janeiro de 1849.²

Conforme observamos nos exemplos da documentação acima, encontramos na cidade do Rio de Janeiro o escravo de aluguel e escravo ao ganho, que erradamente são citados como sinônimos.

O que seria um escravo ao ganho? Poderíamos dizer utilizando uma linguagem atual, que era um “autônomo”, pois esse escravo deveria com seu trabalho prover o próprio sustento e ainda levar para o proprietário parte do rendi-

¹ Biblioteca Nacional. PR SOR, vol. 1 a 7.

² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.44, p. 105.

mento de sua jornada. Alugando o seu serviço a outrem, esse escravo deveria retornar ao fim do dia ou da semana levando uma quantia predeterminada. Ao senhor não importava como o escravo conseguia aquele dinheiro, nem se havia ultrapassado o limite determinado. Esta atitude estimulava atos ilegais, pois os escravos ao ganho, quando não conseguiam completar o valor da jornada, apelavam para os furtos ou para a prostituição. Todo o excedente pertencia ao escravo e o senhor respeitava essa regra, embora não existisse nenhuma lei que a garantisse.

São numerosos os relatos sobre roubos efetuados por negros ao ganho que contavam com a colaboração de negociantes ilegais; esses lucravam muito comprando os frutos desses roubos. Conta-nos Debret:

“Um comerciante francês à sua chegada ao Rio; foi obrigado a retirar da Alfândega uma partida de chapéus de feltro; organizou por isso uma fila numerosa de negros de ganho cada um dos quais carregava à cabeça um cesto cheio de uma quantidade igual de mercadoria. Acompanhando sem grande desconfiança a marcha da coluna monótona, só percebeu ao chegar em casa a ausência de um dos carregadores”.³

Os negociantes, já conhecedores dessa situação, tinham por hábito, quando contratavam grande número de negros carregadores, encarregar um fiscal de acompanhar o transporte das mercadorias, para evitar os constantes roubos.

A forma do ganho vinha de encontro tanto aos interesses dos escravos que viam aí uma perspectiva mesmo que longínqua de liberdade, quanto dos senhores, que se livraram do custo do sustento do escravo, dos gastos que impunha a tarefa da fiscalização, além da possibilidade de conseguir uma renda líquida. Todas essas circunstâncias garantiam grande lucratividade, tornando-se bom negócio colocar um ou mais escravos ao ganho pela cidade.

Entretanto, é importante ressaltar que o sistema de ganho não pode ser visto como um presente do senhor,

³ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, Tomo 1, p. 324.

uma dádiva ao escravo pois, como descreveram Spix e Martius⁴ em 1817, num período pouco anterior ao aqui estudado mas que reflete muito bem a realidade vivenciada pelo escravo ao ganho na cidade do Rio de Janeiro enquanto durou a escravidão:

“Na cidade é tristíssima a condição dos que são obrigados a ganhar diariamente certa quantia (uns 240 réis) para seus senhores; são considerados como capital vivo em ação e, como os seus senhores querem recuperar dentro de um prazo o capital e juros empregados, não os poupam”.

Essa condição de exploração pode ser observada também através da literatura do século XIX, por exemplo em *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo:⁵

“(...) Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do Bairro. De manhã vendia angú, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal ao seu dono vinte mil réis por mês, e apesar disso tinha a parte quase que o necessário para a alforria (...) “Seu senhor comia-lhe a pele do corpo! Não era brincadeira para a pobre mulher ter de escarrar pr’ali, todos os meses (...).”

Para poder continuar ao ganho, o escravo deveria, sob pena de castigo, não faltar com o pagamento da quantia imposta pelo senhor. Quantia esta considerada pelo próprio escravo um direito do proprietário. “Ele como meu senhor exigia o jornal, exigia o que era seu (...).”⁶

Enquanto isso, o escravo de aluguel tinha seus serviços oferecidos pelo proprietário, que estabelecia o tipo de trabalho e as condições de pagamento. Era comum entre os

⁴ SPIX e MARTIUS. *Op. cit.*, Parte I.

⁵ AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, s.d., p. 19-20.

⁶ *Id. Ibid.*, p. 20.

proprietários ensinar ao escravo alguma arte ou ofício, aumentando assim a jornada recebida pelo seu aluguel.

O sistema de aluguel não era específico da cidade. Já o encontramos nos primórdios da escravidão colonial. Era comum o emprego do aluguel de escravos nas pequenas propriedades no período das colheitas, quando havia necessidades de mão-de-obra acima das possibilidades de compra dos proprietários.

No seu livro, Libby⁷ faz um interessante estudo sobre a utilização de escravo de aluguel, numa empresa de extração de minério inglesa — a Cia. St. John D'El Rey em Morro Velho que apresentava, segundo Libby, uma racionalidade capitalista. Afirma esse autor que:

“O sistema de aluguel dá ao trabalho escravo um dos atributos clássicos do trabalho livre: a mobilidade individual. Assim, na medida em que se criaram estas grandes concentrações produtivas, o aluguel tornava possível a utilização da mão-de-obra escrava nas localidades onde ela era mais procurada, sem que o dono do escravo tivesse de deslocar-se junto com sua propriedade escrava. Ao mesmo tempo, o dono recebia pagamento em contrato de pelo menos um ano e o arrendário se comprometia a manter o escravo.”

Ele apresenta como uma de suas propostas básicas de trabalho a diminuição de distância qualitativa entre o trabalho escravo e o trabalho livre, na medida em que as experiências de uma determinada realidade — Morro Velho —, lhe possibilitaram a constatação da tese (com a qual concordo plenamente) que se refere às transformações sofridas pelo sistema escravagista na sua adaptação a diferentes realidades sócio-econômicas. A utilização do escravo como mão-de-obra em atividades complexas e rentáveis, desmistifica a teoria que emprestava ao escravo incapacidade para exercê-las.

⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Escravo e capital estrangeiro no Brasil; o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1984, p. 144.

A associação do trabalho escravo com o capital estrangeiro, numa empresa com características capitalistas, apresentava uma brutal contradição dentro do sistema escravista tradicional. Portanto, podemos constatar no século XIX, principalmente a partir de 1850, que ocorrem transformações evidentes nas relações escravistas na medida em que o “fator capital se modernizava o fator trabalho se ajustava a esta modernização”.⁸

Também, foi a partir dessa premissa teórica que organizei a pesquisa com relação ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro numa estrutura escravista. O sistema de ganho apresenta-se como uma contradição, como uma nova face da escravidão. O ganhador ou ganhadeira tornam-se figuras comuns e imprescindíveis numa época em que a cidade crescia, proporcionando um entra-e-sai de mercadorias, necessitando de mão-de-obra que a transportasse, vendesse, manufaturasse.

Na cidade, apesar da manutenção do elemento definidor de escravidão — o sentido da propriedade absoluta, da coisificação do escravo —, as relações se transformam. O escravo sai das senzalas e vai para as ruas, sua presença é necessária, é temida, é desprezada.

O sistema de ganho apresenta-se como uma característica da cidade, como um momento de transição dentro da estrutura escravista tradicional. É uma brecha fornecida pela própria ideologia dominante de menosprezo ao trabalho.

DESPREZO, NECESSIDADE, MEDO — A IDEOLOGIA ESCRAVISTA

Vivendo numa estrutura escravista o trabalho manual se configura como sinônimo de escravidão. Associado a uma desvalorização do trabalho, evidenciado pela ideologia escravista, aumentava, na proporção direta dos estabelecimentos comerciais e manufaturados, a importância da figura do negro de ganho.

⁸ *Id. Ibid.*, p. 144.

"Esse negro de ganho como animal de carga transitava pelas ruas mal cheirosas e esburacadas da cidade conduzindo cargas das mais variadas procedências. Desde pessoas transportadas em cadeirinhas, ao café do porto para os navios, até excrementos dos sobrados para serem jogados nas praias."⁹

Era uma característica da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, que tanto espantava e horrorizava os visitantes estrangeiros, a presença em todos os logradouros públicos de negros atléticos e seminus disputando os serviços; e mostravam-se surpresos ao constatarem como uma cidade controlada pelo poder do branco pudesse depender tanto do trabalhador negro.

Do escravo, do seu trabalho, dependiam todas as atividades desenvolvidas no Brasil e logicamente as cidades não escapavam dessa regra. Com a eloquência que lhe era peculiar, Nabuco¹⁰ assim descreveu a importância do trabalhador negro no desenvolvimento do país:

"Há trezentos anos que o africano tem sido o principal instrumento da ocupação e da manutenção do nosso território pelo europeu, e que os seus descendentes se misturam com o nosso povo. Onde ele não chegou ainda, o país apresenta o aspecto com que surpreendem aos seus primeiros descobridores. Tudo o que significa luta do homem com a natureza, conquista do solo para a habitação e cultura, estradas e edifícios, canaviais e cafezais, a casa do senhor e a senzala dos escravos, igrejas e escolas, alfândegas e correios, telégrafos e caminhos de ferro, academias e hospitais, tudo, absolutamente tudo, que existe no país, como resultado do trabalho manual, como emprego de capital, como acumulação de riqueza, não passa de uma doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar."

⁹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos; decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro, Ed. Liv. J. Olympio, 1977, 2 vols., p. 500.

¹⁰ NABUCO, Joaquim. *Apud* Décio de Freitas. *O escravismo brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1982, p. 10.

Com relação à ideologia escravista de menosprezo ao trabalho manual, coisa de negro, e o papel do negro de ganho na vida da cidade, os cronistas Debret e Ewbank nos apresentam dois relatos que muito bem exemplificam como a sociedade da época estava contaminada por essa mentalidade. Conta-nos Debret¹¹ que um dos seus vizinhos chegou em casa, certo dia, dignamente seguido por um negro cujo enorme cesto continha um lápis de cera para lacrar e duas penas. Relata-nos Ewbank¹² que um jovem de boa família, de dezoito anos, foi convencido a honrar um importante estabelecimento comercial com seus serviços de escritório de firma. Certa vez, um dos sócios entregou-lhe um pacote não duas vezes maior do que uma carta e pediu-lhe que o levasse a outra firma vizinha. O jovem olhou o pacote, olhou o comerciante; segurou o pacote entre o polegar e o indicador, tornou a olhar para o comerciante e o pacote, meditou um momento, saiu pela porta afora e depois de dar alguns passos, chamou um negro que atrás dele levou o pacote ao destinatário.

A mentalidade escravista envilecia tanto o trabalho manual que o homem livre se sentiria humilhado e desprezado se fosse visto na rua com o mais infimo pacote na mão. Reforçado este sentido dado a certos trabalhos, dizia-se que, para pintar a pobreza de um homem livre, não tinha ele ninguém para ir buscar um balde d'água ou um feixe de lenha.¹³

Ter escravos representava um desejo de toda população, não sendo apenas coisa de gente rica. Todos os artesãos sem exceção tinham pelo menos um escravo. Padres, militares, taverneiros, funcionários, pequenos, médios e grandes negociantes e alugadores de escravos, todos investiam no escravismo. E nessa ideologia reinante não ter pelo menos um escravo era prova de extrema mendicância. Até ex-escravos e mesmo escravos tornavam-se vítimas e autores do sistema — na contradição extrema de escravo-se-

¹¹ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 159.

¹² EWBANK, Thomas. *Op. cit.*, p. 180.

¹³ SAINT-HILAIRE. *Op. cit.*, p. 48.

nhor. O caso de Estêvão Jesus, liberto, ilustra essa situação, quando requereu, por um decreto, que seu antigo senhor lhe reembolsasse 173\$400 réis pelo valor de um escravo que possuía no tempo de seu cativo. Exigia-se, além do preço do escravo, a quantia referente aos jornais de que o senhor havia usufruído.¹⁴ Outro exemplo pode ser encontrado nas irmandades de negros, todas possuidoras de escravos, uma vez que esse era o costume aceito por todos; essas irmandades recebiam os escravos como doação ou pagamentos de dívidas.

Portanto, o escravo era uma mão-de-obra essencial numa cidade contaminada pela ideologia escravista.

Na documentação consultada, encontrei vários pedidos de licenças para escravos exercerem as mais variadas profissões. Justificavam-se esses pedidos pela dificuldade de se encontrarem homens livres que se dignassem a exercê-las:

"Pelo Regimento do Cirurgião Mor do Reino não se acha aconselhada a proibição de exame de escravos, p.^a que possam sangrar, lançar ventosas e sanguessugas e tirar dentes. Por isso admiti a exames o preto Vicente escravo de Anacleto José Coelho. Não achei nova razão para pelo meu juízo deixar de assim o obrar, quando considerando, que vivendo em hum paiz, *onde os homens ingenuos, livres e libertos se negarão ao exercício de muitas ocupações*; de modo que não ha sufficiente número de sujeitos melhor peritos, para ocorrer a necessidade pública..."¹⁵ (Grifos meus.)

Esses escravos na cidade são, como os viu Ewbank,¹⁶ carpinteiros, calceteiros, impressores, vendedores e espalhados de maneira geral em todas as atividades mecânicas, surgindo mesmo designações de locais que se caracterizavam pelo agrupamento de escravos que desenvolviam aí

¹⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p. 128.

¹⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.23, p. 92.

¹⁶ EWBank, Thomas. *Op. cit.*, p. 188.

uma determinada especialidade — a Rua Ferradores (atual Rua da Alfândega), a Praia dos Sapateiros (Praia do Flamengo).

É importante ressaltar que tanto o escravo ao ganhar quanto o escravo de aluguel continuavam a pertencer a alguém, que ditava qual deveria ser a sua sorte. Desta forma, o tipo de trabalho destinado ao escravo oscilava de acordo com a demanda de mão-de-obra. A qualquer momento, atendendo aos interesses do mercado, os seus senhores poderiam retirá-los do ganho, vendê-los para o campo ou alugá-los para fins domésticos ou industriais. Quando os mercados começaram a usar carroças e cavalos na década de 1850, os escravos protestaram pois isso representava para eles uma perda. Receavam ser vendidos para as plantações.

Essa situação gerava grande insegurança nesses escravos, que procuravam de qualquer maneira garantir a sua atividade através da lucratividade que poderiam oferecer aos seus senhores. Sendo assim bastante compreensível a grande concorrência que existia entre esses escravos, tornando-os inimigos entre si. Os casos de crimes de escravos, citados por Algranti, por Karrasch, pelos cronistas e pela documentação consultada, demonstram que a maioria dos crimes ocorridos na cidade eram cometidos contra os escravos e libertos pelos próprios escravos. O que caracterizava esses crimes eram os pequenos furtos, brigas violentas, pancadarias e arruaças ocasionadas por bebedeiras.

Qualquer pessoa, escrava ou não, que ameaçasse o trabalho do escravo ao ganhar era alvo de ódios e vinganças. É bem exemplificante o relato de Luccock:¹⁷

"As pessoas que vivem dos produtos de pequenos serviços eventuais, e muito especialmente do ofício de carregadores, tem-se na conta de serem os únicos que possuem o privilégio de executar tudo quanto apareça dentro das suas respectivas especialidades, mostrando-se enormemente ressentidas com qualquer intromissão com seus empregados e ganhos. Essa foi uma das minhas pri-

¹⁷ LUCCOCK, John. *Op. cit.*, p. 75.

meiras lições recebidas no país. No momento em que retirava as minhas bagagens de bordo, entendi de carregar nas minhas próprias mãos um bacamarte de baioneta envolvido numa capa de lã. Não tinha ido longe, quando um senhor inteiramente desconhecido para mim fez-me parar, pedindo que entregasse o que eu estava carregando a um dos servos, acrescentando que não era direito *privar os pretos do seu ganha pão* e que isso fazendo *eu incorreria em grave risco*. Mais tarde ele me explicou assegurando que até contra ofensas imaginárias a *gente das classes mais baixas às vezes exercia vinganças mais sérias*.”

A cidade sente-se ameaçada. Apesar da concorrência que dividia os escravos em busca de serviços, o medo de uma rebelião era constante. As notícias de rebeliões de escravos refletem-se através das medidas rigorosas criadas na legislação provincial. Como exemplo podemos citar a onda de pavor, que após as insurreições baianas, e particularmente as dos nagôs em 1826, 1828 e 1830 e dos malês em 1835, provocou o decreto de 14 de dezembro de 1830 — que estabelecia medidas policiais a serem tomadas na Bahia, em relação aos africanos forros ou escravos. No Código Criminal de 1831, o artigo 113 do capítulo IV definia como crime de insurreição a reunião de vinte ou mais escravos para lutar pela liberdade por meio da força. Prescrevia para os líderes a pena de morte, pena média de galés perpétuas e pena mínima de galés por quinze anos. Os escravos liderados seriam punidos com um número de açoites estabelecido pelo juiz no tribunal. O artigo 114 estendia as sentenças aos homens livres que liderassem escravos insurretos, e o artigo 115 punia com penas de vinte, doze e oito anos de prisão com trabalho — graus máximo, médio e mínimo, respectivamente — as pessoas livres culpadas de ajudar, exilar ou aconselhar escravos a insurgirem-se, fornecendo-lhes armas, munições ou outros meios para os mesmos fins.¹⁸

¹⁸ REIS, João José. *Rebeldia escrava, o levante dos malês*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, p. 254.

Em seu trabalho sobre a história do levante dos malês, Reis¹⁹ demonstra que, apesar do pavor criado em todo o país por essas rebeliões na Bahia, o rigor das penas que a legislação infligia aos acusados procurava evitar a perda da propriedade. Afirma o autor:

“Ao contrário de outras sociedades escravistas, onde o Estado punia mais severamente os escravos rebeldes e indenizava seus senhores, no Brasil optou-se por outra estratégia. Aqui, os proprietários tiveram seus interesses preservados de outra maneira. Os escravos eram açoitados e logo em seguida devolvidos ao serviço. Só os líderes recebiam pena de morte ou prisão. Neste caso a lei não permitia concessões à economia dos senhores por se tratar de uma questão de segurança e manutenção da própria ordem escravocrata.”

Em resposta à tentativa de insurreição, foi promulgada a Lei n.º 4, de 10 de junho de 1835, punindo com a pena de morte os escravos que matassem ou ferissem gravemente a seus senhores, ou a alguém de sua família, ou ainda a feitores ou administradores.

Todas essas medidas discriminatórias foram tomadas ainda sob efeito do medo. Eram as mais rigorosas de que se tem notícia e perduraram por cerca de quarenta anos, já que só foram revogadas pela resolução de 28 de junho de 1872. Elas traziam em si um convite à emigração voluntária ou não, no caso dos libertos africanos. No Rio de Janeiro a Assembléia Provincial pede em 1835 que se impeça o desembarque de escravos da Bahia e de libertos de qualquer lugar.

O objetivo dessas medidas era tornar o mais insuportável possível a vida do liberto africano a ponto de obrigá-lo a emigrar. Um correspondente inglês do Foreign Office comenta essas medidas: “após a última rebelião dos negros na Bahia uma espécie de lei dos estrangeiros foi decretada pelos poderes legislativos dessa província, dando ao gover-

¹⁹ *Id. Ibid.*, p. 254.

no provincial o poder de mandar embora do país os africanos libertos, a qualquer momento e em qualquer quantidade, se isso for julgado necessário à segurança pública".²⁰

E mesmo os escravos ladinos da Bahia eram considerados suspeitos, e por decisão da justiça em 18 de março de 1835, é exigida folha corrida que orientasse da "suspeita de serem envolvidos na última insurreição daquela cidade". Mesmo escravos acompanhados dos senhores só podiam desembarcar no Rio de Janeiro apresentando essa folha. Um mês mais tarde, a medida é abrandada, limitando a exigência "aos africanos maiores principalmente 'minas' que se vêm vender na corte, e jamais extensiva a crianças, mulheres, crioulos e pardos que não constem tenha tido parte naquela insurreição".²¹

Tentava-se evitar a contaminação dos escravos da cidade do Rio de Janeiro pelas idéias dos rebeldes. Para os contemporâneos, o escravo urbano, deixado a maior parte do tempo a si mesmo, vendendo livremente nas ruas ou alugando ou sublocando quartos independentes, era considerado um perigo que a imprevidência de toda população urbana, que vivia às suas custas, estava fomentando.

Apesar de todos os fantasmas de rebeliões, não encontrei na documentação qualquer referência a movimentos coletivos e organizados contra o sistema, feito pelos escravos na cidade do Rio de Janeiro. Como se explicaria isso? Além da questão específica da disputa que por vezes tornava o relacionamento entre escravo e senhor mais ameno do que entre dois escravos ou entre um escravo e um liberto, como afirma Kátia Mattoso,²² o que caracterizou a luta dos escravos no Brasil foi o quilombo. Os quilombos refletiam a rebeldia negra, mas não tiveram força para destruir o sistema, embora o desestabilizasse.

Encontramos na periferia das cidades aquilo que Freitas²³ chamou de quilombos de serviços:

²⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Op. cit.*, p. 76.

²¹ *Id. Ibid.*, p. 73.

²² MATTOSO, Katia Queirós. *Op. cit.*, p. 118.

²³ FREITAS, Décio. *Op. cit.*, p. 41.

"Os negros saíam destes quilombos suburbanos para prestar serviços nos centros urbanos, fazendo-se passar por libertos, o que todos sabiam não ser verdade. Estes escravos trabalhavam como assalariados e chegaram a representar no Rio e em Salvador uma importante força de trabalho. Apesar da sua notoriedade, estes quilombos eram em geral tolerados. Não apenas porque suplementavam a força de trabalho escravo, como porque todos os policiais e soldados, temiam penetrar naquelas comunidades. Volta e meia as autoridades empreendiam batidas nesses quilombos mas sem resultados decisivos, eles voltavam a se reconstruir rapidamente. Os primeiros subúrbios dos maiores centros urbanos brasileiros foram nada mais nada menos que quilombos".

Na cidade do Rio de Janeiro encontramos todos os fatores que possibilitariam movimentos de rebeliões escravas, tais como uma grande população escrava, constantemente aumentada por novas levas de africanos até 1850, e depois de ladinos de outras regiões trazidos pelo tráfico interprovincial e uma certa flexibilidade de circulação, ocasionando debilitação das forças de controle.

Apesar de todos esses elementos, não conheceu em sua história levantes organizados de escravos semelhantes ao levante dos malês de 1835. O que marcou a negação dos escravos cariocas ao sistema foi um posicionamento individual.

Além da grande heterogeneidade étnica da população escrava, existiam as divisões sociais, pois encontramos negros em diferentes situações que, de forma consciente ou inconsciente, apoiavam o grupo dominante.

Surge no ambiente urbano uma instituição peculiar da escravidão brasileira — a Irmandade de Negros — uma forma de organização coletiva que, no entanto, não se mobiliza contra a escravidão como um todo. Desempenhando papel ambíguo na história da escravidão, fornecia aos negros uma identidade étnica, possibilitando a compra da liberdade, e apresentava aos escravos a oportunidade do conhecimento dos seus poucos direitos. Agia em relação ao

problema do cativo muito mais num sentido individual do que geral ou coletivo:

“Todas as vezes que qualquer Irmão ou Irmã desta Irmandade que por seus bons serviços alcançar carta de alforria e liberdade de seu senhor, e houver quem a queira encontrar, e o 1.º Irmão não tiver com q’ correr pleito p.ª a ditta sua liberdade e se valer da Irmandade darlheão os Irmãos todo o adjutorio q’ p.º a tal liberdade for necesr.º e juntante a todo o escravo que por mau cativo, e crueldade de seus senhores se quizer por em Liberdade.”²⁴

Reconhecendo a escravidão e o direito do senhor, não se posiciona contra ele e sim o reforça quando aceita e reproduz a idéia da liberdade com prêmio daquele que como bom escravo a mereceu. Esse auxílio não era gratuito:

“Havendo algum irmão cativo q’ se queira libertar, a Irmandade lhe assistira com o preciso para se libertar dando primeiro hum fiador a Irmandade que se obrigue pelo tempo q’ se juntarem satisfazer a dita Irmandade o que desembolsar (...).”²⁵

Por outro lado, ilustra a capacidade do sistema de dividir os escravos e desencorajá-los na luta contra os dominadores. “A Irmandade atua como um anti-quilombo”,²⁶ e mesmo nos momentos mais importantes da Campanha Abolicionista não se percebeu a sua participação, atitude bastante compreensível para uma irmandade que vivia da escravidão. Não podemos nos esquecer que ela se compunha de negros forros, de escravos usados como domésticos, artesãos, artistas, soldados e ao ganho. Os irmãos eram em sua maioria forros que possuíam escravos explorados ao ganho. Portanto, em situação de “negros senhores de escravos” comprometidos com o próprio sistema.

²⁴ SCARANO, Julieta. *Op. cit.*, p. 86.

²⁵ *Id. Ibid.*, p. 86.

²⁶ FREITAS, Décio. *Op. cit.*, p. 54.

Os negros dividiam-se nas irmandades segundo maior ou menor enriquecimento. Rivalizavam-se crioulos e africanos, abismos étnicos, sociais, econômicos separavam esses escravos na cidade.

Apesar dessa situação a população convivia com o medo, na expectativa de uma rebelião que nunca chegou a existir, e não se tem notícia de que escravos tenham marchado coletivamente contra o sistema.

O negro rebelava-se contra a escravidão, contra a sua miséria com atitudes individuais. Agredia os agentes causadores de sua situação. Agredia seus senhores fisicamente ou através de feitiçarias. As reclamações e perseguições refletiam o pavor do branco dos efeitos da magia do negro — a “peste chamava gangau d’África, que a população chamava feitiçaria e que nada mais era do que envenenamento”.²⁷

Além das feitiçarias, era comum na cidade os ferimentos e até as mortes praticadas pelos negros escravos ou não. Estes recorriam à capoeira, à navalha, à faca como armas de defesa contra a polícia, de vingança contra brancos intolerantes e até mesmo contra negros.

Exigia-se uma atuação mais rigorosa da polícia, uma ação mais vigorosa contra esses elementos considerados perigosos. Uma representação dirigida ao Ministério da Guerra em 26 de fevereiro de 1821 pela Comissão Militar, com o intuito de desenvolver uma ação mais rígida da polícia contra escravos e negros desordeiros, recomendava:

“visto que pela falta de castigos de açoites, unicos que os atemorisa e aterra, se estão perpetrando mortes e ferimentos como tem acontecido a poucos dias, que se tem feito seis mortes pelos referidos capoeiras e muitos ferimentos de facadas (...)”,

a Comissão recomendava ainda que, em vez de se prender os escravos desordeiros, como se eles fossem sensíveis à pena de prisão, como os brancos — e que dessas prisões resultava

²⁷ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.*, p. 510.

"damno a seos senhores que eram obrigados a pagar as despesas da cadeia — a policia submetesse sempre os pretos apanhados em desordem, ou com alguma faca ou instrumento suspeito, a castigos de açoites que pudessem concorrer para a emenda dos negros".²⁸

A cidade previne-se através da elaboração de posturas e mais posturas que controlavam os negros escravos ou não por toda parte:

"Desde 8 de dezembro de 1823 que uma portaria de Clemente Ferreira França mandava que o brigadeiro-chefe do corpo de policia da capital do Império fizesse reforçar as patrulhas nos largos e açougues de sorte a evitar o ajuntamento de negros capoeiras. E desde 1821 que um edital de 26 de fevereiro mandava que os açougues e tavernas se fechassem às dez horas da noite a fim de evitar ajuntamentos. Em 1825, outro edital, este do Intendente-Geral da Policia da Corte do Brasil, Francisco Alberto Teixeira do Aragão, declarava que os escravos poderiam ser apalpados a qualquer hora do dia ou da noite, desde que lhes era proibido, sob pena de açoites, o uso de qualquer arma: não só o uso de qualquer arma de defeza como trazerem paos. Era também proibido ao escravo não só a eles como a todo negro ou homem de cor — estar parado nas esquinas sem motivos manifestos e até dar assobios ou qualquer outro signal."²⁹

Dessa forma o papel do feitor cabia ao Estado, que procurava manter a ordem disciplinando-lhe a circulação e punindo com o mesmo chicote e com a prisão no calabouço aos infratores das diversas posturas que se multiplicavam na relação direta do crescimento da cidade e do aumento da população escrava. A população enquadrada nas posturas era constituída por: negros e mulatos libertos,

²⁸ *Id. Ibid.*, p. 520.

²⁹ *Id. Ibid.*, p. 521.

escravos ao ganho, escravos de aluguel, escravos domésticos encarregados de pequenos serviços para seus senhores, negro fujão que na cidade via a possibilidade de burlar a fiscalização. Enfim, negros escravos ou não que não disputavam acirradamente o mercado entre si.

Todo negro era um suspeito. É muito interessante observar como a força de uma estrutura atravessa o seu tempo pois, atualmente, a mesma atitude continua refletindo-se na mentalidade da população: numa batida policial em qualquer local do Rio de Janeiro, sempre o negro, mal vestido ou não, é inquirido como suspeito em potencial. Na ideologia herdada da escravidão o negro continua sendo visto como uma mão-de-obra necessária, um elemento inferior, uma ameaça à população.

LICENÇAS: O CAMINHO PARA O GANHHO

"A Câmara desta mui Leal e Heróica Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro desejando promover quanto couber em sua alçada o bem público promovendo e mantendo a tranquilidade, segurança e comodidade de seus concidadãos (...)"

"Art. 1.º — Em todos os juizes de Paz do Império haverá hum livro de matrícula de todos os escravos existentes, ou que d'ora em diante nascerem, com declaração dos nomes, naturalidade, idades, estados, ocupações e signaes característicos dos escravos e bem assim dos nomes e residencias dos senhores.

"Art. 2.º — Esta matrícula deverá ficar feita e concluída dentro de 60 dias, depois de publicados as posturas."

Art. 5.º — Ninguém poderá ter escravos ao ganho sem tirar licença da Câmara Municipal, recebendo com a licença uma chapa de metal numerada, a qual deverá andar sempre com ganhador em lugar visível. O que foi encontrado a ganhar sem a chapa, sofrerá 8 dias de Calabouço, sendo escravo, e sendo livre 8 dias de cadeia.

"Art. 6.º — Todo escravo que for encontrado das 7 horas em diante sem escripto de seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declara o fim a que vae, soffrerá 8 dias de prisão, dando-se parte do senhor."

"Art. 14.º — Fica prohibido aos senhores de escravo o consentirem que elles morem sobre si, a pretexto de quitandarem, ou por qualquer outro; os transgressores serão punidos com 5 a 15 dias de prisão e multa de 10 a 30\$ e os escravos castigados com açoites e trarão por 1 ano ferro ao pescoço, penas estas que serão dobradas havendo reincidências."

"Art. 31.º — [sobre a Praça do Mercado] Fica prohibido andarem pretas de ganho dentro da praça, e os escravos que alli forem mandados por seus senhores fazer compras, não deverão se demorar além do tempo necessário para effectua-las e fiscal os mandara dispersar."³⁰

O Estado procurava seguir os passos desses escravos. As punições garantiam, além de uma arrecadação devida às multas a possibilidade de utilização destes escravos a serviço do governo. O produto desses serviços revertia para a penitenciária e o senhor ainda era obrigado a pagar as despesas com roupas, alimentação e tratamento dos escravos. Tanto que, no relatório do chefe de polícia do ano de 1871, há referências a queixas de senhores por encontrarem nas ruas, a serviço de estabelecimento, escravos seus aí recolhidos, bem como a fugas de escravos empregados em serviços externos.³¹ Sendo assim, o Calabouço, prisão de escravos, constituía uma fonte de renda para a Casa de Correção.

O caminho legal para o ganho era conseguido através de um pedido por escrito à Câmara Municipal, no qual o proprietário ou seu procurador legal se identificava, dizia seu endereço e o número de escravos que gostaria de colocar ao ganho, assim como o nome, origem e profissão dos escravos interessados, como podemos ver nos exemplos abaixo:

³⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.28.

³¹ LIMA, Lana Lage da Gama. *Op. cit.*, Parte I, p. 22.

Ilm.º Sr.

Leonídia Amália Rodrigues, subdita brasileira, quer trazer um seu escravo a vender fazendas, de vara e cavado e canquilharia pelas ruas desta cidade e seus arredores como o não pode fazer sem licença.

Pede a VS.

Mandem o respectivo

Alvara de licença

10 de outubro de 1840.³²

Ilm.º Srs.

Amâncio Pires Gomes morador a rua Rio Comprido n.º 4 quer licença para trazer ao ganho os seus escravos de nome Adão, Alberto, Cassiano Honorato, José, Jacinto, Iraquiel — minas; e Macário, Pedro, Geriaco, Cesar, Simão, Sancho, Tobias da não nagô.

Pedem a VS.

Mandem os respectivos

Alvaras de licenças.

28 de março de 1866.³³

Após esse pedido escrito, recebia a licença, mediante pagamento do alvará e da chapa com o número que o escravo deveria portar. Esta chapa garantia ao escravo e ao proprietário a legalidade da situação: RECIBO DE PAGAMENTO.

"ILM.ª CAMARA MUNICIPAL DA CORTE

Alvará 1\$000

Chapa \$280

O Sr. Miguel Fernandes Ramos morador a rua da Assembléia n.º 65, Freguesia Sacramento pagou a quantia de um mil e duzentos e oitenta réis pela licença para seu

³² Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.44.

³³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.44.

escravo Joaquim de nação affricana andar ao ganho no corrente anno de 1872, com a chapa n.º 667.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1872.”³⁴

Quando acontecia de os escravos perderem suas chapas era preocupação imediata do proprietário retirar uma segunda via:

“Diz João José de Proença, morador em Jacarepaguá, que tendo os seus escravos ao ganho José Nação Rebolo e Ignácio Moçambique que aconteceu a perderem as chapas José a de n.º 1890, Ignácio a de n.º 2041 e como o suppte quer continuar a trazê-los ao ganho por isso.

P.V.S.S. se dignem mandar que se conceda outros.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1844.”³⁵

O proprietário procurava manter atualizadas essas licenças evitando, assim, o prejuízo da prisão do seu escravo, que deixaria de lhe proporcionar parte da renda de sua jornada, além dos custos de sua libertação. O escravo, na condição de não cidadão, não era responsável por esses pagamentos, como podemos ver no exemplo abaixo:

“Diz José Antonio dos Santos Xavier que tendo licenças para seus escravos poderem vender peixe esta terminou em dezembro como prova com os documentos juntos e tendo o escravo continuado naquelle exercício, em consequência do supp ter athé fevereiro tempo para renovar a licença acontece que encontrando o Sr. Fiscal com o guarda Albino José Ignácio no dia 18 de corrente com o escravo do suppte., o prenderão e o depositarão no Depósito público sem attender o tempo que ainda permite a Câmara.

³⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.59, p. 60.

³⁵ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45, p. 54.

O suppte. pede a V. S.^a queirão mandar relaxar a prisão em que se acha o mencionado escravo Luiz assim como exepta-lo da respectiva multa (...).

dezembro de 1842.”³⁶

Observei na documentação um número bem pequeno de pedidos de licenças para escravo ao ganho, no período anterior a 1820. A partir dessa data os pedidos vão aumentando de ano para ano, na medida em que a cidade se desenvolve, a população aumenta, os serviços multiplicam-se e o papel do escravo ao ganho como mão-de-obra amplia-se.

Não encontramos nas licenças analisadas pedidos oficiais para colocação de crianças ao ganho pelas ruas da cidade. Também não encontramos nas posturas relativas à escravidão, nada que proibisse ou facilitasse o seu emprego. Acho que isto poderia ser explicado pela relativa liberdade de circulação e do tipo de responsabilidade que este trabalho exigia. Nos jornais encontrei referências à venda e ao aluguel de crianças escravas nos anúncios. Estes ofereciam e ressaltavam a capacidade do moleque de aprender algum tipo de ofício, ou ainda de serem utilizados em serviços de recados ou domésticos.

“Aluga-se hum moleque, que sabe trabalhar em typographia na qualidade de batedor quem o pretender dirigir-se a rua dos pescadores.”

Jornal do Commercio, 1827.³⁷

“Na Rua dos Barbonos n.º 61, ao chegar aos Arcos, vende-se hum moleque muito próprio para aprender officio, por ser muito esperto, o qual faz todo o serviço de casa.”

Jornal do Commercio, 10 de outubro de 1827.³⁸

Os mais jovens estavam ocupados principalmente no serviço de casa. Aí, sob os olhos vigilantes do senhor, o esca-

³⁶ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.45, p. 50.

³⁷ Biblioteca Nacional PR SOR 290.

³⁸ Biblioteca Nacional. PR SOR 287.

vo recebia as primeiras lições de ser escravo. Com o passar do tempo — e da idade — a maioria dos homens deixava a casa para o trabalho de rua, enquanto as mulheres aí permaneciam.³⁹

Observou-se também, nessas licenças, uma superioridade da população masculina. Preferia-se o escravo masculino para maioria dos serviços de ganho, enquanto que a população escrava feminina dedicava-se aos serviços domésticos, vendas de alimentos como quitutes, cafés, refrescos, peixes.

Nesse pequeno comércio de rua as ganhadeiras, juntamente com as negras livres, exerciam verdadeiro monopólio. Organizavam-se em feiras livres chamadas quitandas, ou oferecendo seus quitutes de casa em casa:

“Como é fácil de compreender, faz-se no Rio de Janeiro, durante o excessivo calor do verão, grande consumo de bebidas refrescantes, principalmente do econômico aluá, com arroz macerado e açúcarado, nectar da classe baixa. Vem em seguida a lima, o limão doce e a caixa de açúcar... Essa substância refrescante, indispensável durante os meses de setembro, janeiro e fevereiro são vendidas nas ruas da capital por uma multidão de vendedoras em sua maioria escravas de pequenos capitalistas ou negras livres.”⁴⁰

Vimos também, com a ajuda dessas licenças, que, com o passar dos anos e principalmente entre 1860 e 1870, houve um crescimento da quantidade de pedidos feitos por um mesmo senhor para colocar ao ganho seus escravos. O número de licenças era então em média de três escravos, entretanto após 1860 começam a aparecer na documentação pedidos para colocar ao ganho 9, 17, 46 — numa média de 24 escravos por senhor, comprovando-se assim a lucratividade do negócio. Numa época em que a lavoura cafeeira do vale do Paraíba começa a entrar em decadência e em que a proibição do tráfico impedia a entrada de novos es-

³⁹ REIS, João José. *Op. cit.*, p. 202.

⁴⁰ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 296.

cravos, o desenvolvimento da vida urbana oferecia alternativas de utilização dessa mão-de-obra. E, como observou Tollenare para Pernambuco, mas que muito bem se pode aplicar para o Rio de Janeiro, “um homem que colocava no ganho ou no aluguel 20 bons escravos podia viver muito à vontade”.⁴¹

Recuperando o capital investido num escravo após três anos de trabalho produtivo, o sistema de ganho apresentava-se então como um bom investimento em época de prosperidade econômica, quando aumentava o mercado de trabalho dos ganhadores e mesmo em época de crise, continuava a compensar, na medida em que os proprietários se eximiam do sustento dos seus escravos com a alimentação, vestimentas, tratamentos médicos, enfim, com a própria fiscalização. Na cidade esse escravo era uma responsabilidade do governo.

Predominaram também nessas licenças os negros das nações congo, cabinda, benguela e, após 1863, o crioulo.

Da análise dessas licenças, e dos anúncios de jornais e censos, comprovei a existência de negros de ganho nos setores vitais da economia da cidade. Comprovei também a superioridade masculina nesses serviços (v. Gráfico I).

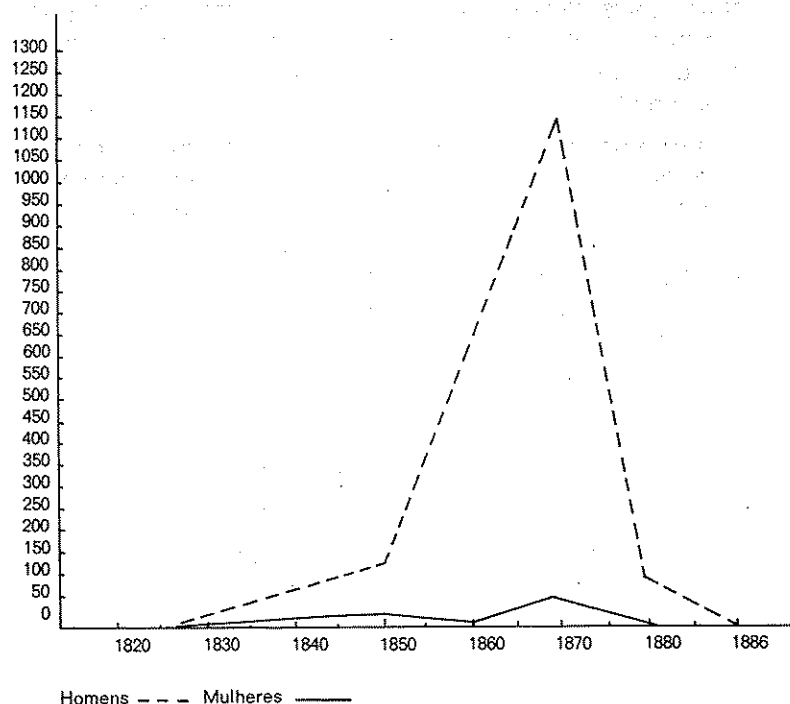
Um novo tipo de dependência entre senhores e escravos garantiria a sobrevivência do escravo ao ganho numa estrutura que se transformava e na qual os valores individuais sobrepunham-se aos do grupo. A sobrevivência do escravo ao ganho dependeria de sua habilidade individual de lidar com o sistema, tirando proveito de todas as situações.

SOBREVIVER É PRECISO

Como viver na situação de escravo ao ganho na cidade do Rio de Janeiro? Através dos relatos dos cronistas e apoiados na documentação, poderíamos pintar, se tivésse-

⁴¹ TOLLENARE, Louis François de. Notas dominicais (parte relativa a Pernambuco). Recife, *Jornal do Recife*, 1905, p. 143. *Apud* Gorender, Jacob. *Op. cit.*, Parte I, p. 453.

Gráfico I — SEXO DOS ESCRAVOS AO GANHHO (1820-1886)



mos tal habilidade, o dia-a-dia na vida de um negro de ganho. Mas farei através de uma descrição.

A cidade amanhece.
Aos poucos eles vão chegando,
usam calções de algodão barato,
estão descalços como todo escravo deve andar.
São negros de diferentes etnias.
São ladinos, são crioulos.
Localizam-se nas esquinas, nos portos
nas portas das lojas.
Atropelam-se na disputa de um freguês.
As brigas são constantes,
policiais são chamados a intervir.
O Calabouço sempre lotado reflete essa situação.
A preocupação de juntar o valor da diária
devida ao seu senhor fomenta essa disputa.
O trabalho é incessante, mal dá tempo para comer,
mesmo assim as solidariedades acontecem,
nas ruas da cidade os contatos são inevitáveis.
É o branco pobre, é o liberto, é o escravo doméstico,
são os próprios policiais.
Quando a noite chega é obrigado a recolher-se,
ou dirigindo-se à casa de seu senhor,
ou a algum quartinho sublocado ilegalmente.

De um modo geral os estudiosos da escravidão a têm analisado ora sob o prisma da suavidade do sistema — do bom senhor, ou então destacando a crueldade e a violência que era imposta ao escravo. Desta ele só poderia escapar aquilombando-se ou submetendo-se. Na historiografia surge o mito do negro passivo ou então do negro herói.

Faz-se necessário repensar a questão da escravidão encarando o escravo não apenas como mão-de-obra, mas como elemento integrante e ativo desta sociedade de senhores, libertos, escravos, brancos pobres que no seu dia-a-dia criaram, ajustaram e reconheceram seus papéis sociais.

Na cidade, muito mais do que no campo, houve uma adaptação da escravidão ao novo ambiente. Pois não po-

demos pensar na escravidão como um modelo fechado. O sistema escravista não é uma abstração, mas uma realidade histórica rica e contraditória, como aliás o são todas as realidades.

Apesar de tudo que os afastava e opunha, senhores e escravos tiveram que encontrar um acordo sistêmico. E quando desprezamos este aspecto da realidade, acabamos por perder alguns nexos importantes para a compreensão dessa mesma realidade.

No Brasil como em qualquer outra parte da América, quer seja nos campos ou nas cidades, sempre existiram acordos não revelados; os escravos enfim, segundo Eduardo Silva,⁴² negociavam, mais do que lutaram abertamente. Esta afirmação pode ser facilmente comprovada pelo simples exame de participação quantitativa da população escrava no Brasil, em comparação com a branca, livre e dominante. Percebe-se que, além do tempo histórico inegável das revoltas, existiu um tempo de longa duração das normalidades. O escravo enfrentava o sistema muitas vezes com as armas oferecidas pelo próprio sistema — o corpo-mole, o boicote. Relativamente poucos assassinaram seus senhores, ou participaram de rebeliões, enquanto a maioria, por estratégia, invenção ou sorte, ia vivendo. Acreditamos que seria impossível manter o sistema apenas pela repressão; não haveria fatores bastantes para controlar um número tão grande de escravos. Era através de acordos implícitos nas relações que se mantinha o sistema.

A escravidão ao ganho exemplifica perfeitamente essa linha de pensamento. O negro de ganho adaptou-se às condições da cidade onde era comum necessitar-se de trabalhadores para serviços provisórios que duravam um dia, ou mesmo algumas horas.

Devido ao próprio esquema de trabalho, os escravos ao ganho ou de aluguel passavam a maior parte do tempo longe das vistas do seu senhor, chegando mesmo alguns a morar sozinhos.

⁴² SILVA, Eduardo. Nem Zumbi, nem Pai João. Artigo, Caderno B, *Jornal do Brasil*, 18/8/1985.

Dessa forma podemos constatar que nas cidades as relações transformam-se, observam-se novas estratégias de convivência, denunciadas pelo próprio rigor que se impunha nas posturas, como por exemplo, no artigo 14 do Código de Posturas já citado (vide p. 104).

Embora existindo rigor, a aplicabilidade da legislação é discutível na medida em que interessava ao proprietário permitir que seu escravo residisse sozinho, em qualquer cantinho no centro comercial. Isso fazia parte de um acordo de interesse mútuo entre proprietário e escravo. Para isso faziam-se pedidos à Câmara Municipal, precavendo-se dessa forma do risco de ver o escravo preso, das multas, e garantindo ao proprietário o recebimento da cota que lhe cabia do trabalho.

“Antonio Lopes querendo que seu escravo José Crioulo continue no serviço de ganho e não podendo fazê-lo sem nova licença.

Vem pedir a V. S.^a favorável deferimento attender que o supp^{le} mora no princípio de Inhaúma número 5 e que passou uma autorização a seu escravo para morar na rua Formosa da Cidade Nova (...)

20 de maio de 1855”.⁴³

Essas autorizações, dadas aos escravos para residirem fora das vistas dos seus senhores, eram motivos de constantes reclamações à secretaria de polícia pela população moradora do Centro.

“SECRETARIA DE POLÍCIA DA CORTE, 19/3/1860

Existe n'esta Cidade um grande número de casas alugadas diretamente a escravos, ou à pessoas livres que parcialmente as sublocão a escravos.

Os males resultantes de um tal procedimento tão notórios, ninguém ignorando que essas casas, além de serem valha-couto de escravos fugidos e malfeitores e mesmo

⁴³ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55.

de ratoeiros livres, tornão-se verdadeiras espeluncas, onde predominão o vício e a imoralidade de baixo de mil formas diferentes.

Urgente seria pois reprimir severamente semelhante abuso, proibindo se alugar ou sublocar qualquer casa, ou parte d'ella à escravos ainda mesmo munidos de autorização dos senhores para esse fim, e, em virtude do disposto no Art. 5869 do Regulamento n.º 120 de 31-1-1842 represento a V. S.^a a necessidade de ser esta medida convertida em Postura.”⁴⁴

Além da questão da moradia, outro aspecto muito importante apresenta-se no sistema de ganho, como exemplo da sua especificidade e do acordo não estabelecido legalmente, mas existente de fato entre as partes interessadas — o próprio *ganho*.

A escravidão, como sistema econômico e social, transforma o escravo em simples mercadoria, em objeto, e objeto não possui bens. Tudo o que o escravo possuía (incluindo a si próprio) pertencia ao senhor. Sendo assim, abre-se uma brecha no momento em que é permitida a esse escravo a posse de bens, reconhecida ou não, pois na lei escravista aplicada ao Brasil o pecúlio só seria garantido muito tardiamente, em 1871, na chamada Lei do Ventre Livre. Mas a praxe consuetudinária cedo admitiu a propriedade individual do escravo, por ajuste com o senhor, quer no caso do escravo ao ganho ou no caso dos usufrutos de lotes de terra concedidos nos estabelecimentos agrícolas.

Alguns autores apontaram para essa contradição em seus trabalhos, como podemos ver nos exemplos abaixo:

Para Wade⁴⁵

“(...) O sistema de aluguel permitia não somente maior flexibilidade à instituição, mas trazia também uma série de problemas para a cidade. Os escravos alugavam o seu próprio tempo e força de trabalho sem intermediário, e viviam em liberdade.”

⁴⁴ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Códice 6.1.55.

⁴⁵ WADE, Richard. *Apud* ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p. 52.

Freitas⁴⁶ observava que

“(...) o mais perigoso não era a virtual compra da liberdade pelo excedente do seu trabalho, mas a existência de relações não escravistas de produção, na qual ele próprio vendia sua força de trabalho e ficava com parte do ganho”.

E para Mattoso⁴⁷

“(...) Os escravos que conseguem obter o dinheiro da alforria são aqueles homens ou mulheres, que exercem ofícios cujo salário é dividido com o senhor”.

Em seu trabalho, Soares⁴⁸ destaca que “em circunstâncias históricas diversas, os mesmos indivíduos podem estar imersos em tipos de relações de produções diversas”. Podemos analisar a questão do escravo ao ganho, em alguns de seus aspectos, seguindo essa ótica.

Cardoso,⁴⁹ baseando-se num estudo de Lepkowski,⁵⁰ estuda um fenômeno secundário no interior das *plantations*, onde observou o desenvolvimento de atividades agrícolas e a criação de pequenos animais pelos escravos em lotes de terras concedidos pelos senhores. Os escravos desenvolveram essas atividades em seu próprio benefício e dispunham de um tempo semanal para este trabalho. Muitas vezes vendiam num mercado local, ou a seus próprios senhores, os produtos dessas atividades de subsistência, podendo com isso formar um pecúlio. Este fenômeno foi definido por Lepkowski, e reiterado por Cardoso, como uma *brecha camponesa* no sistema escravista. Cumpria, apesar de sua importância secundária em relação ao escravismo dominante, um papel muito importante no quadro do sistema, relacionado à minimização do custo de manutenção e à

⁴⁶ FREITAS, Décio. *Ibid.*, p. 52.

⁴⁷ MATTOSO, Kátia Queirós. *Op. cit.*, p. 188.

⁴⁸ SOARES, Luís Carlos. *Op. cit.*, Parte I.

⁴⁹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1982.

⁵⁰ LEPKOWSKI, Tadeusz. Tomo I, Casa de las Américas, 1968, p. 59-60. *Apud* CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Ibid.*, p. 133.

reprodução da força de trabalho escravo, mesmo quando, em momentos de concentração maciça dos fatores de produção na agricultura de exportação, dava-se a redução das áreas de cultivo e de pequena criação de subsistência realizadas pelos escravos, trazendo novamente um exemplo de um acordo entre dominantes e dominados. Tinha para os proprietários um caráter revogável, objetivando a diminuição das fugas, pois ligava os escravos à terra, enquanto para os escravos isso representava uma melhora na sua alimentação, além da possibilidade de um pecúlio.

Se é possível falar na existência de uma brecha camponesa, numa área onde o sistema desenvolve suas atividades fundametais, isto é, na *plantation*, o que representaria o *ganho dos escravos* nas cidades? Poderíamos considerá-lo um salário? Essa contradição desenvolvida pela transformação das relações senhor-escravo, propiciada pelo crescimento da cidade do Rio de Janeiro, pelas condições já descritas, poderia ser considerado uma *brecha assalariada*? O que representaria um salário?

É impossível pensar em escravo e salário, dois conceitos incompatíveis. Salário está relacionado a trabalho livre, a produto que o trabalhador recebe em troca de sua força de trabalho, e segundo Marx⁵¹

“(...) Para que esta relação persista, é preciso que o proprietário da força de trabalho não venda jamais senão por um período determinado, porque se a vender em bloco, de uma vez para sempre, ele se venderá a si mesmo e, de livre que era, se fará escravo, de mercador passará a mercadoria.”

Sendo assim, o escravo não se pertencia e formalmente se inviabiliza a questão do salário. Porém, de fato, historicamente, o que se comprova na cidade do Rio de Janeiro é o escravo ao ganho vendendo sua força de trabalho a uma terceira pessoa que não era seu proprietário, discu-

⁵¹ MARX, L. *Das Kapital*, livro primeiro, p. 182. *Apud* GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 85.

tindo o seu valor, recebendo por este trabalho uma quantia preestabelecida em dinheiro, com a qual deveria prover o próprio sustento. Com relação ao escravo não ter a posse da própria pessoa, isto deveria significar que a remuneração recebida não lhe pertenceria, o que na realidade não ocorria. Ao proprietário cabia uma parcela desta remuneração e o restante era do escravo. Poderíamos considerar esse excedente como uma forma especial de salário? Esta é uma discussão que apenas se inicia, e que, provavelmente, será enriquecida por novos trabalhos sobre a escravidão de modo geral e especificamente sobre a escravidão urbana.

Em seu trabalho, Algranti⁵² aponta para a questão do ganho dos escravos duas interpretações distintas. A primeira explica o ganho como uma forma de pecúlio, portanto uma prática bastante comum no sistema escravista tradicional. A segunda interpretação aponta para o ganho como uma forma contraditória do sistema, como indícios de relações não escravistas de produção.

Em minha análise opto pela segunda interpretação, pois não penso a escravidão como um modelo fechado, numa visão monolítica. Considero, sim, que a escravidão como um sistema, que se manteve no Brasil por mais de três séculos, sofreu transformações e adaptações às situações específicas de cada região e de cada produção econômica. A forma do ganho, como uma especificidade do ambiente urbano, e no caso estudado, a cidade do Rio de Janeiro — capital e porto de grande importância no Brasil do século XIX, que embora inserida, como já vimos, numa estrutura escravista, convive e recebe influências de elementos capitalistas. Assim, o ganho dos escravos é aceito por mim como uma forma variável de salário, como uma brecha no sistema, como uma contradição nas relações escravistas tradicionais, enfim, um acordo não revelado entre senhores e escravos como uma forma de sobrevivência na estrutura urbana.

Entretanto, faz-se necessário esclarecer, que o escravo ao ganho não definia o sistema, nem fora o seu ponto de

⁵² ALGRANTI, Leila Mezan. *Op. cit.*, p. 68 e 69.

sustentação. Muito pelo contrário, ele traz novos elementos que, embora não tenham contribuído a curto prazo para a derrocada do sistema pela forma revolucionária, a longo prazo vai evidenciando a sua fragilidade.

Não podemos exagerar quanto ao valor deste ganho, pois estamos analisando relações escravistas e, portanto, de dominação e exploração. Sendo assim, ao senhor interessava a lucratividade deste escravo colocado ao ganho. Logo, havia uma grande preocupação por parte dos senhores em estipular a renda diária, que deveria ser entregue por seu escravo, sob pena de castigos. Esta renda variava de acordo com o sexo, a idade, a atividade desenvolvida pelo escravo na cidade, enfim, de acordo com as suas condições físicas. Por exemplo, um cangueiro na época de Debret deveria levar ao seu senhor de 48 a 64 vinténs ou seja de 960 a 1.280 réis. Por transporte simples e curto, feito por dois homens, pagava-se de 16 a 20 vinténs, cada negro recebendo a metade dessa quantia; assim, cada cangueiro precisaria conduzir de seis a oito voluntes de peso descomunal por dia somente para ganhar a renda devida ao seu dono. E ainda devia obter um excedente para atender às suas despesas (compreendendo-se dessa maneira a grande incidência de roubos cometidos pelos escravos ao ganho).

É lógico que o negro de ganho tinha uma possibilidade maior, em comparação com os demais, de utilizar-se das condições oferecidas pelo próprio sistema para conseguir sua liberdade. Entretanto, isto não ocorria com a facilidade que apontam os viajantes europeus, que, através de uma ótica preconceituosa, culpavam os negros de ganho pelas dificuldades em obter a liberdade, devido aos péssimos hábitos de gastar tudo em bebidas e em peças de roupas vistosas. Afirmava Koster que "negro de ganho que recebia de seu amo o sábado livre poderia sustentar-se com decência, levar uma vida relativamente agradável e ainda comprar sua liberdade em 10 anos; porém, que a tentação de gastar loucamente era tão poderosa que faz esse povo desviar-se dos seus propósitos".⁵³

⁵³ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1942, p. 509.

A situação não seria tão simples assim, pois sabemos que, pelo esforço desenvolvido, um cangueiro teria uma vida útil de no máximo dez anos, logo ele deveria trabalhar toda a sua vida útil, para no final continuar a trabalhar ou a mendigar para prover o próprio sustento. Dessa forma não é de admirar que preferisse gastar os magros vinténs nos pequenos luxos que aos olhos dos homens livres pareceriam manifestações de inconstância e imprevidência. Além disso, o próprio proprietário, pelo lucro que este escravo lhe estava proporcionando, criava dificuldades para o seu acesso à alforria.

Era através do ganho que este escravo conseguia sobreviver na cidade. Esta forma não foi característica apenas da cidade do Rio de Janeiro. Encontramos exemplos desse tipo de escravos em todas as cidades brasileiras, onde existiu grande concentração de população livre e escrava — Recife, Salvador, entre outras. Estou desenvolvendo um projeto de estudo comparativo entre algumas cidades brasileiras, levantando as características homogêneas e heterogêneas das condições de vida do escravo ao ganho e de seu proprietário. Pretendo continuar ampliando o espaço de análise das condições de vida do escravo ao ganho através do estudo comparativo entre cidades americanas. Discordo em parte de Emília Viotti⁵⁴ quando afirma:

"(...) a historiografia sobre a escravidão evidencia que os estudiosos não conseguem decidir sobre a produtividade do sistema, sobre a natureza das relações senhor-escravo ou sobre a qualidade das condições de vida do escravo em seus próprios países (...) um estudo explicitamente comparativo poderia somente ser arbitrário. Muito pouco seria obtido com a articulação da controvérsia nestes termos. Parece mais proveitoso, no presente estudar a escravidão no Brasil no período colonial até o período moderno. A comparação entre a escravidão brasileira e a norte-americana permanecerá implícita,

⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*, Introdução, p. 235.

servindo como instrumento heurístico, ajudando-nos a pensar sobre os problemas da escravidão no Brasil”.

Acredito que o método comparativo, como dizia Marc Bloch,⁵⁵

“Ao considerar-se uma série única, num sistema social, o historiador corre sempre o risco de atribuir um valor explicativo muito exagerado a certos fatos que na realidade são de alcance medíocre. Tornando a encontrar, num sistema próximo, um desenvolvimento semelhante, mas sem a presença do que antes supôs serem causas, será mais fácil eliminar as falsas causas e conservar as verdadeiras, aquelas que, por toda parte, se encontram na raiz dos mesmos efeitos (...)”.

Os estudos comparativos das sociedades americanas têm fornecido um enriquecimento dos métodos que segundo Cardoso⁵⁶ (...) evitaria falsas polêmicas através de uma maior precisão dos conceitos”. Citando como exemplo o trabalho de Genovese que mostra a expressão tratamento dos escravos, usando de maneira diferenciada pelos historiadores como: 1.º) condições cotidianas de vida — comida, roupa, alojamento, duração do dia de trabalho etc.; 2.º) condições de vida no sentido geral — segurança familiar, possibilidade de acesso à vida social e religiosa até certo ponto autônoma; 3.º) acesso à liberdade e a cidadania. Muitas vezes um autor critica outro quanto às suas idéias sobre o tratamento dos escravos simplesmente porque cada um deles se situa num nível distinto e, portanto, fala de coisas bastante diferentes entre si.”

É nessa linha de pensamento que coloco este trabalho sobre o escravo ao ganho — como uma primeira abordagem de estudo da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, através de um de seus aspectos característicos,

⁵⁵ BLOCH, Marc. El método comparativo en Historia. In CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op. cit.*, p. 61.

⁵⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Op. cit.*, p. 100.

para futuras pesquisas da escravidão urbana nas cidades brasileiras e americanas de um modo geral.

Sendo assim, podemos concluir, que para sobreviver na cidade, o negro de ganho negociava mais do que enfrentava o sistema. No jogo de interesses, senhores e escravos cediam: ao proprietário, como contrapartida do recebimento da diária e da isenção do sustento, a perda do controle direto sobre o escravo. Enquanto isso, ao escravo, em troca da liberdade de circulação e da possibilidade de compra da alforria mesmo que remota, impunha-se a perda de sua identidade cultural, a divisão do seu grupo pela rivalidade da conquista da diária que garantia o seu sustento; ele passa a fazer parte do sistema que o explorava. Mesmo sem o saber, escravos e senhores fornecem elementos de transformação das relações escravistas tradicionais.

Não se pode falar do escravo ao ganho como um grupo homogêneo. Existia entre esses escravos uma hierarquia que estava relacionada ao tipo de trabalho, ao ganho recebido, além das diferenças étnicas e culturais já apontadas.

Os anúncios de jornais e licenças revelaram a existência de escravos de vários níveis de especialização na cidade do Rio de Janeiro. O negro de ganho aparece principalmente nas funções de carregadores, estivadores do porto, remadores e vendedores.

O negro de ganho aparece em funções manuais sem especialização como carregadores e remadores e semi-especializadas, como vendedores ambulantes, barbeiros e cirurgiões.

Mesmo os negros carregadores não podem ser enquadrados no mesmo nível, pois diferenciavam-se pelos produtos que transportassem, possuindo maior ou menor *status*. Assim sendo, temos o negro carregador de lixo e excremento, que ocupava o lugar mais baixo, sendo portanto considerado o mais vil dos serviços, destinados a prisioneiros ou negros boçais. Esse tipo de carregador era imprescindível na cidade que não possuía um sistema de esgotos que suportasse o seu crescimento.

Desta maneira, descrevia Charles Ribeyrolles⁵⁷

⁵⁷ RIBEYROLLES, Charles. *Op. cit.*, p. 188.

"O escoamento das águas pluviais e naturais opera-se no Rio de dois modos: pelo declive das ruas ao ar livre, ou pelos canos subterrâneos.

"Os canais de esgoto, divididos por quarteirões, são em número de quatro e despejam-se dois no mar e dois nos mangues da Cidade Nova (...) Os canos são mal conservados. Os tubos oxidam-se e entopem-se. Os escoadores não dão vazão ou transbordam, quando desaba uma dessas trombas d'água diluvianas que de verão inundam a cidade. Enfim, as valas, retendo as águas, tornam-se focos de infecção, o ar se intoxica e irrompem epidemias. O esgoto mata a cidade, em vez de sanear (...)

"Águas servidas, matérias fecais, imundices de toda a casta permanecem com os deuses lares. Não existem fossas, porém barris. A certas horas carroças com tonel fétido, a caminho das praias. Quanto ao resto (...) lá se vai para o mar à cabeça dos negros, como se fora um cesto de laranjas. É o que se chama o serviço dos tigres."

Outro tipo de carregador, que chamava atenção pelas vestimentas ornamentadas, era o carregador de cadeirinhas, tão utilizadas na cidade:

"Nestes palanquins uma espécie de liteira, construídos como um trono, com cortinas pretas de ambos os lados e no teto um remate dourado, sentam-se mulheres confortavelmente como em espreguiçadeiras. Quando elas não vão de carro, fazem-se transportar dessa maneira por dois negros."⁵⁸

Os aguadeiros ou carregadores de água faziam parte do cotidiano da cidade:

"a água é distribuída em grandes pipas, pelos negros, e em regra custa a pipa 30 a 40 réis: mas às vezes na estação cálida, quando não é bastante acumulada pela chuva na bacia do pé do Corcovado e da nascente que ali existe, ela custa 200 e até 300 réis em papel. Quando su-

⁵⁸ EBEL, Ernst. *Op. cit.*, p. 39.

cede semelhante infelicidade que torna artigo de luxo esta principal necessidade humana, os negros acotovelam-se na fonte principal da cidade, à porfia de encherem mais depressa e mais frequentemente que possam às pipas; naturalmente então é raro que não haja conflito. Por isso sempre existe ali uma forte guarda. Alguns policiais munidos de duas varas passeiam constantemente ao longo do chafariz, pondo em ordem os negros, metendo-os em forma, de acordo com a ordem de chegada."⁵⁹ (Vide Gravura 8.)

Faziam parte ainda desses negros carregadores os negros de ganho que trabalhavam na Alfândega — eram os que mais recebiam, fazendo o serviço entre os armazéns e o porto e carregando navios. Negros jovens e robustos que transportavam todas as mercadorias que chegavam ao Rio de Janeiro ou daí saíam. Finalmente temos os negros de ganho que trabalhavam como vendedores ambulantes. Vendia-se de tudo na cidade — era samburá, carvão, milho, café torrado, capim, leite, cestos e outros utensílios de palha (vide Gravuras 8, 9, 10, 11, 12, 14, 18).

Para regular essas vendas e diminuir um pouco os conflitos, surge, entre esses escravos ao ganho, uma espécie de instituição sem caráter legal, porém de aceitação de fato, como uma regra interna de convivência — os Cantos, que reuniam trabalhadores libertos e escravos por etnias ou ocupações. Os cantos tinham o nome do local da cidade onde se reuniam seus ganhadores. Possuíam também importante função no auxílio mútuo para a alforria de seus membros, como por exemplo dos carregadores de café, escravos da nação mina, que detinham o monopólio desse serviço, e que, através de uma organização de empréstimos semanais, adiantavam dinheiro para alforria um dos outros.⁶⁰

Infelizmente pouco consegui levantar na documentação pesquisada sobre o funcionamento interno dessa institui-

⁵⁹ SEIDLER, Carl. *Op. cit.*, p. 52.

⁶⁰ CUNHA, Manuela Carneiro. *Op. cit.*, Parte I, p. 34.

ção no Rio de Janeiro, a não ser algumas citações. Em seu trabalho, Reis⁶¹ traça algumas características do funcionamento dos cantos na cidade de Salvador, que acreditamos tivessem alguma semelhança com os cantos desenvolvidos pelos negros de ganho nas ruas do Rio de Janeiro. Afirma esse autor que

“cada um tinha um líder que se chamava capitão do Canto (...) Na Bahia, o capitão do Canto intermediava a relação do ganhador com o contratador: acertava serviços, estabelecia preços. Não sabemos ao certo se pegava peso como os outros. Também desconhecemos o que era exigido destes homens (...) Havia eleição para o cargo de capitão, mas ignoramos suas regras (...).”

Assim como variava a função do negro de ganho, variava também a cota devida aos seus proprietários de acordo com a ocupação, idade, sexo, saúde. Criou-se uma lógica que pudesse viabilizar o sistema:

“um carregador de cadeiras pagava 400 réis por dia em 1847, seguido de outros carregadores e estivadores que pagavam 320 réis, escrava lavadeira 240 réis”.⁶²

Observou-se também que estes escravos, para conseguir pagar o devido ao seu proprietário e viver um pouco melhor, exerciam dupla função. Era comum, segundo a ótica dos cronistas, negros carregadores tecendo palhas, preparando rosários, enfeites, fabricando correntes de arame para prender papagaio, esteira e chapéus de palha, enquanto aguardavam fregueses. Pois, segundo Burlamaque, o jornal médio de um escravo seria em 1837 de 320 réis diários, dos quais metade pelo menos seria necessário para o próprio sustento.⁶³

Sobreviver na cidade e desfrutar de uma certa liberdade no cativeiro impunham ao negro de ganho uma verdadeira

⁶¹ REIS, João José. *Op. cit.*, p. 202.

⁶² *Id. Ibid.*, p. 198.

⁶³ CUNHA, Manuela Carneiro. *Op. cit.*, p. 33.

luta contra doenças frequentes, dadas as más condições de vida, alimentação inadequada, habitações precárias.

Os escravos sublocavam quartinhos sem ventilação e úmidos, ou então seus proprietários, que viviam no primeiro ou no segundo andar das velhas casas coloniais, reservavam para seus escravos os piores cômodos, a parte de baixo, geralmente lojas térreas ou porões, sem divisões, sem a menor privacidade. Eram espécies de armazéns, verdadeiras senzalas urbanas onde se aglomeravam os escravos, geralmente dormindo no chão ou sobre esteiras.

No Rio de Janeiro de então, as condições de terrenos próximos ao nível do mar, com pequenos declives para o escoamento das águas das grandes chuvas que constantemente se precipitavam sobre a cidade, associavam-se à quase inexistência de obras de engenharia que corrigissem os efeitos dessa situação. Aí, situavam-se os cortiços nos quais proliferavam mosquitos, sujeira, doenças epidêmicas.

Toda essa situação fazia dos negros de ganho suas vítimas, verdadeiros burros de carga, carregadores de todo tipo de mercadoria, transportando pesos insuportáveis que lhes arqueavam as pernas, quebravam-lhe as virilhas, marcavam-lhes as cabeças com as famosas coroas descritas nos anúncios de jornais da época, pelo uso de carregar peso: tabuleiros, tijolos, areia, “tigres”, pipa com água (vide Gravuras 6, 7, 9, 10, 11, 18).

Os anúncios dos jornais consultados fazem uma denúncia involuntária do estado de saúde dos escravos da cidade, das constantes contaminações da população e da sua grande mortalidade. Pelos anúncios de negros fugidos, compra e venda de escravos, pode-se fazer um balanço das inúmeras doenças que sofriam os negros na cidade, como a erisipela, os efeitos do raquitismo, a bexiga, o escorbuto, os furúnculos, o vírus venéreo, a sarna, a elefantíase, os bichos-de-pé.

Segundo os dados do Relatório da Diretoria de Saúde Pública,⁶⁴ algumas epidemias dizimaram principalmente a

⁶⁴ LOBO, Eulália Lahmeyer. *Op. cit.*, vol. 5, p. 258-259.

população escrava; como por exemplo, em 1850, a de febre amarela que fez 4.160 vítimas; em 1855, a do cólera-morbo, com 4.828 vítimas; em 1857 e 1860, a de febre amarela; em 1865, a de varíola e em 1867 e 1868, novamente o cólera-morbo. Portanto, as epidemias faziam grande número de mortes nas populações que viviam aglomeradas nos cortiços caracterizados pelas condições precárias de higiene. Encontramos essa situação principalmente nas seguintes freguesias urbanas: "Santana ocupava o primeiro lugar, sendo seguida na ordem de proporção por Santa Rita, Santo Antônio, Glória, São José e Espírito Santo. Foram consideradas moléstias dependentes das condições endêmicas eólicas, as febres de infecção, tísica, pulmonar, tuberculose e moléstia tubo-gastro-intestinal".⁸⁵

Tabela 13 — NÚMERO DE CORTIÇOS E SUA POPULAÇÃO (1868)

Paróquias	Cortiços	Quartos	Habitantes
Santana	154	2.661	6.458
Santo Antônio	69	1.587	3.558
Santa Rita	50	1.043	2.763
Glória	107	1.133	2.376
São José	44	929	2.022
Espírito Santo	65	758	1.018
Engenho Velho	42	458	769
Lagoa	45	268	733
Sacramento	31	491	693
São Cristóvão	35	343	639
Candelária	—	—	—

Fonte: Ministério dos Negócios do Império. Relatório do Ministro dos Negócios do Império, apresentado à Assembléia Geral da 1ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministério e Secretaria de Estados dos Negócios do Império. Rio de Janeiro, Imp. Nacional 1869. Levantamento de Maria Barbara Levy. *Apud* LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, p. 440.

A quem caberia a responsabilidade de cuidar desses negros? Era comum, na cidade do Rio de Janeiro, os senhores

⁸⁵ *Id. Ibid.*, p. 258.

abandonarem seus escravos considerados imprestáveis, por doenças ou aleijões, que passavam então a viver de esmolas.

Mais uma vez podemos constatar as diferenças que se impõem à escravidão urbana em comparação com a rural. Na cidade, um escravo doente não era responsabilidade apenas do proprietário, pois ele convivia nas ruas, era um perigo para a população que por sua vez pressionava o Estado. Dessa maneira, existia na cidade a Santa Casa de Misericórdia, que através da arrecadação da receita de prédios de sua propriedade, de forros, de contribuições, de loterias, de legados, de atas da renda pública, de taxas de doentes abastados e do serviço funerário, prestava serviços médicos aos escravos e à população pobre de modo geral.

Era comum também na cidade a presença dos chamados "cirurgiões negros" (vide Gravura 17), que eram encontrados em todos os bairros. Esses curandeiros utilizavam ervas, benzeduras, talismãs, aplicações de ventosas nos seus tratamentos. Negros cirurgiões rivalizavam com a medicina importada da Europa, gozando de grande prestígio entre negros, escravos ou não, e até mesmo entre a população branca pobre.

Portanto para sobreviver na cidade era necessário que o escravo ao ganho entrasse em acordo com o senhor, que vivesse numa competição diária para conseguir o serviço que lhe garantisse o ganho — uma contradição da estrutura escravista tradicional, uma brecha que denunciava transformação da escravidão como sistema. As condições precárias de habitação, de alimentação, as epidemias e o fim do tráfico negreiro contribuíram para a diminuição da população escrava na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, aí a escravidão modifica-se em alguns dos seus aspectos, e surge uma nova forma de exploração vinculada à ampliação da sua função mercantil.

A fim de completar o estudo do escravo ao ganho é necessário analisar também o seu proprietário, o que faremos no capítulo seguinte, após a apresentação da iconografia do trabalho do negro nas ruas da cidade.

O NEGRO E O TRABALHO — Iconografia

Na primeira gravura, Debret⁶⁷ via o negro de carro, nome que segundo o autor se dava às carruagens no Brasil. Esses carros ficavam próximo à alfândega a espera de serviços.

Gravura 14 — NEGROS DE CARRO



Fonte: DEBRET, J.-B. *Viagem pitoresca ao Brasil*, p. 323.

"(...) transportavam gêneros pesados e que também contribuía para aumentar a vida das ruas, consistia no uso de uma carruagem tísica, com quatro rodas muito baixas (...). A esse veículo tão miseravelmente construído, dez ou doze negros se jungiam, arrastando os músculos retesados e cantando suas canções favoritas (...)"⁶⁷.

Na segunda gravura vemos o negro carregador de cangalhas. Tipo de negro de ganho muito comum na cidade, sendo considerado o mais eficiente serviço oferecido pelos negros no transporte de objetos pesados ou frágeis como pianos e espelhos. Eram ainda uti-

⁶⁷ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 323

⁶⁸ LUCCOCK, John. *Op. cit.*, p. 74.

lizados para o transporte de pipas de aguardente. Pelo esforço desenvolvido, esses negros ao longo de anos sofrem de deformidades irreversíveis nos membros inferiores. Sua vida útil era muito curta.

Gravura 15 — NEGROS CARREGADORES DE CANGALHAS

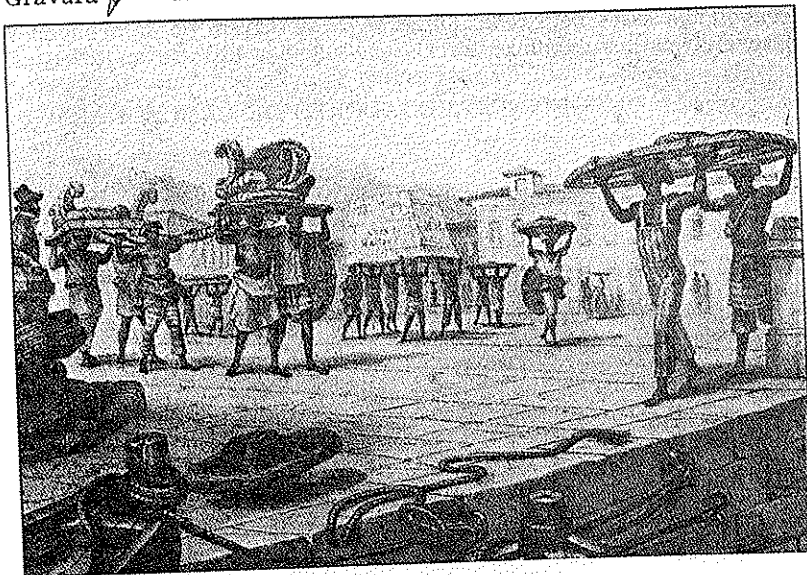


Fonte: DEBRET, *Ibidem*, p. 315.

"Carregam objetos pesados pendurando-os por meio de um par de correias naqueles paus que colocam nos ombros de dois deles, levando-os em seguida, ao seu destino. No caso de carga mais pesada para um só par, juntam-se quatro, seis e até mais homens."⁶⁸

⁶⁸ *Id. Ibid.*, p. 74.

Gravura 10 — TRANSPORTE DE CARRUAGENS DESMONTADAS



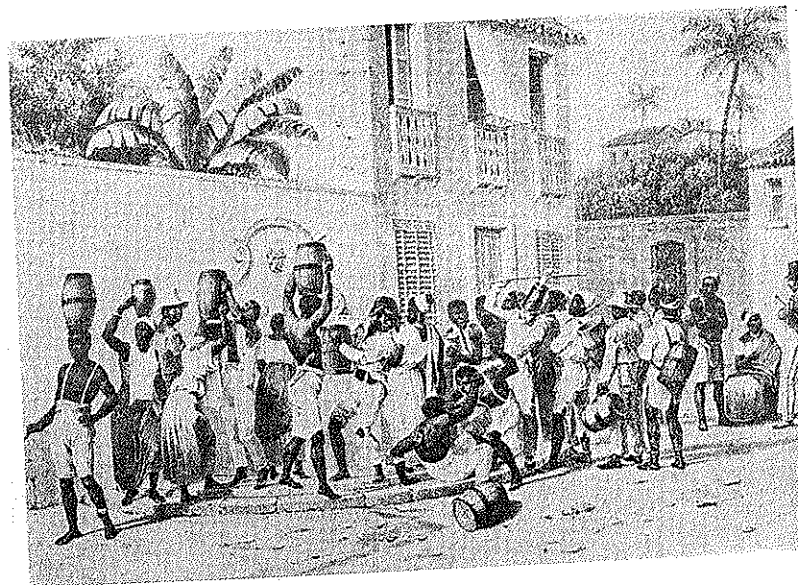
Gravura 11 — TRANSPORTE DE CAFÉ — VENDEDORAS DE CAFÉ TORRADO



Era motivo de muita estranheza para os estrangeiros, os hábitos que mantinham no Rio de Janeiro de se transportar tudo na cabeça de negros. Não se introduzia na cidade, apesar do surto desenvolvimentista, o uso de carros atrelados.

Deve-se levar em conta o número de negros disponíveis e o lucro que esta atividade proporcionava ao proprietário e que trazia ao negro maior liberdade de circulação e a possibilidade, ainda que remota, de conseguir juntar algum pecúlio para comprar a própria liberdade.

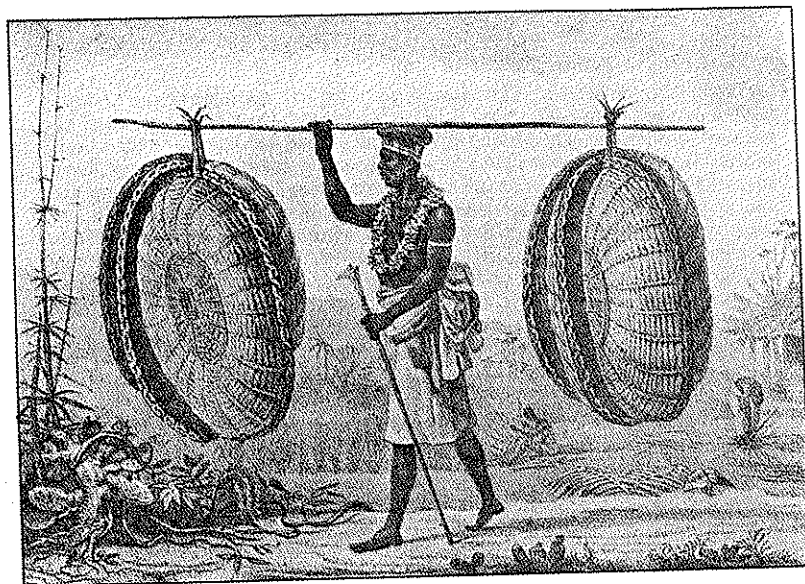
Gravura 16 — CARREGADORES DE ÁGUA



Fonte: RUGENDAS, João Mauricio. *Op. cit.*, p. 231.

Nas fontes d'água da cidade aglomeravam-se negros domésticos e de ganho que abastecem as residências e casas de negócio. As brigas eram constantes, tanto que a polícia era freqüentemente convocada para organizar as filas ou desapartar brigas.

13
GRAVURA 13 — VENDEDOR DE CESTO

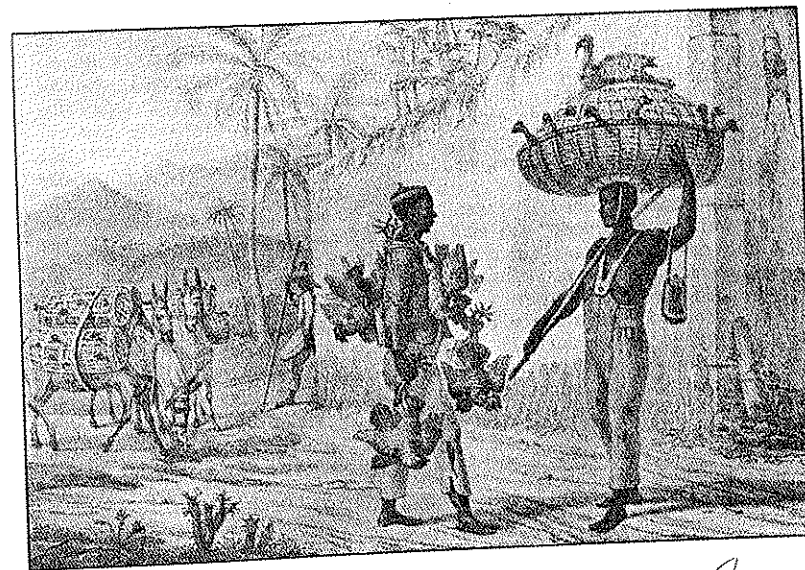


Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 221.

O cesto e o negro fazem parte da vida da cidade. É no cesto que o negro de ganho transporta as mercadorias, é no cesto que as negras livres levam seus pertences, é no cesto que o escravo doméstico faz os mandados dos seus senhores.

Mercadoria muito procurada, faz do seu comércio uma atividade rendosa. Era comum na cidade observar-se negros de ganho ou mesmo negros livres dedicarem-se à tecelagem de cestos de vários tamanhos.

12
Gravura 12 — NEGRO VENDEDOR DE AVES



Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 211.

A necessidade de prover de alimentos a cidade, onde a população aumenta muito em pequeno espaço de tempo, exigia um grande número de negros que servisse de intermediários na distribuição. O consumo de aves era muito grande e fazia-se necessário trazê-las da província de São Paulo. Eram preferidas pela população as que eram criadas nos bairros da cidade, pois as primeiras, pela distância, geralmente não sobreviviam, sendo por isso muito perigoso o seu consumo.

Na gravura vê-se dois tipos de vendedores de aves: um que, pela proximidade dos locais de criação, simplesmente amarra suas aves pelos pés e as pendura ao pescoço.

O mercado avícola localizava-se na Praia de Dom Manuel.

8
Gravura 141 — NEGRO VENDEDO-
RAS DE MILHO



OK

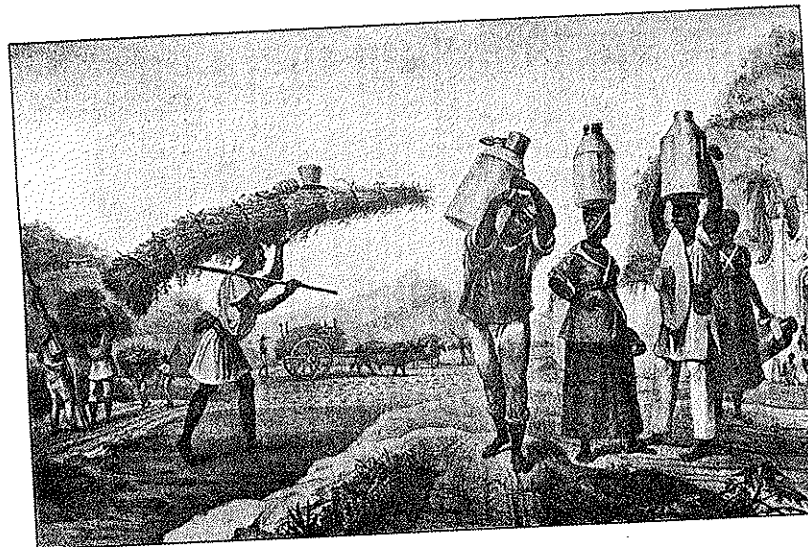
Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 241.

Vendia-se tudo na cidade — era samburá, carvão, milho, café torrado, capim, leite e para esses serviços escravos de aluguel, domésticos de ganho, eram utilizados.

De acordo com o tipo de venda, vemos negras enfeitadas com colares e turbantes, como é o caso das vendedoras de milho cozido, que na qualidade de negras livres já tinha o seu lugar no mercado, enquanto a outra, pela simplicidade de seu roupão, presume-se seja uma escrava vendedora de milho. Ao fundo observa-se dois negros transportando cestos longos denominados jacás, que eram utilizados como medida para a venda do carvão.

Esta cena se passa na Praia Dom Manuel, ponto de desembarque de carvão, muito utilizado na cidade. Chegava diariamente ao Rio de Janeiro grande quantidade de carvão de lenha, trazido do interior, em lombo de burro ou por água, meio mais econômico e rápido.

9
Gravura 142 — VENDEDORES DE CAPIM E LEITE



OK

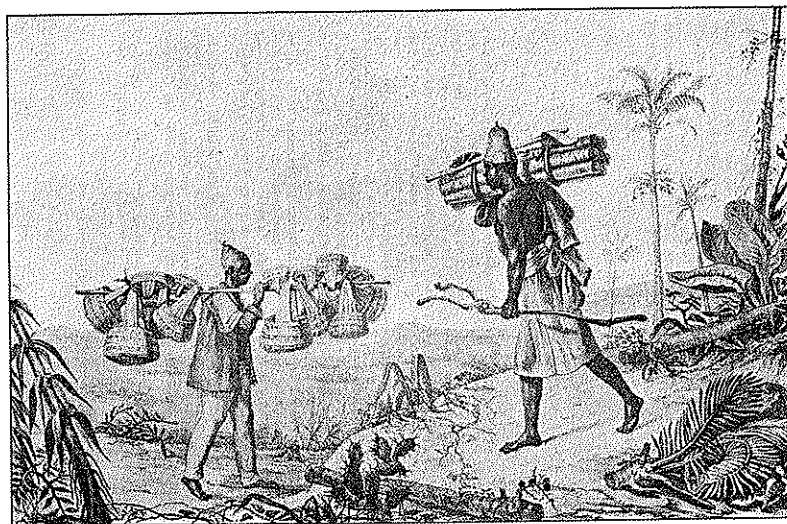
Fonte: DEBRET, J.-B., *Ibidem*, p. 249.

Tornou-se um excelente negócio cultivar o capim-de-angola, levando-se em consideração o crescimento da cidade e que a maioria dos ricos negociantes, incluindo os ingleses, moravam nos arredores, necessitando de forragens para os cavalos de tração das carruagens, dos cabriolés e de equitação, diariamente em circulação na cidade. Esse capim era negociado nas ruas da cidade até as dez horas, continuando o comércio no mercado Praça do Capim.

Além do capim para alimentação dos animais, negociava-se na cidade o capim seco, muito utilizado pelos tapeceiros que o empregavam para encher colchões e travesseiros.

Outro tipo de negro vendedor característico da cidade era o vendedor de leite. Para aumentar sua renda, era comum esse negro fraudar o consumidor acrescentando água ao leite, hábito que gerava grandes reclamações dos consumidores.

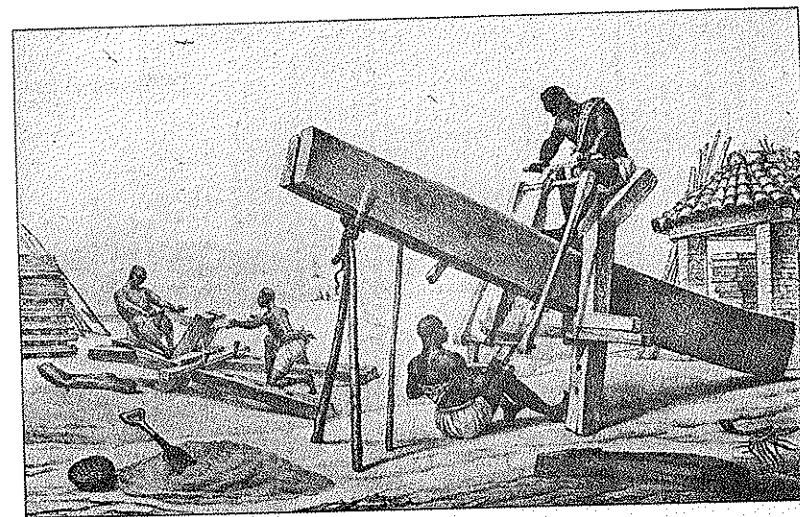
Gravura 13 — VENDEDORES DE SAMBURAS. VENDEDORES DE PALMITO



Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 240.

A gravura apresenta dois negros de raça, um transportando o palmito, que acabara de ser cortado, para a cidade. O outro leva uma provisão de cestas de alça comprida de samburá para serem negociadas na cidade.

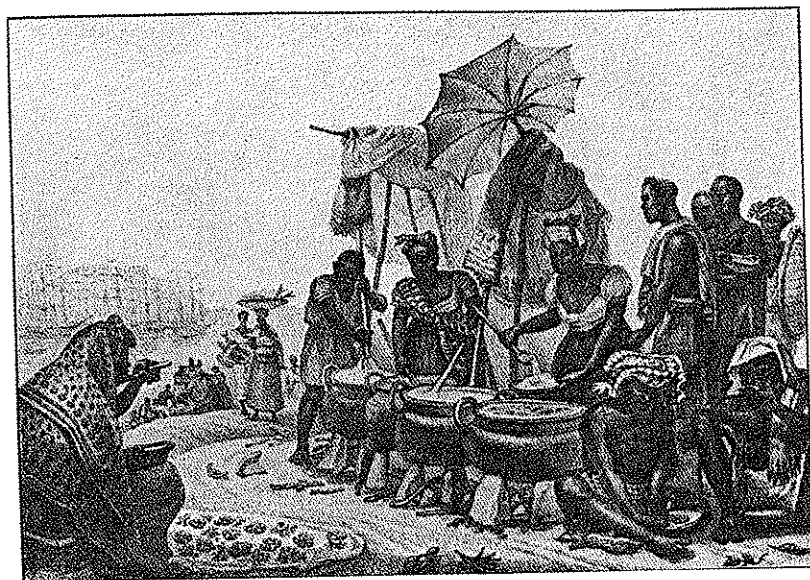
Gravura 14 — NEGROS SERRADORES DE TÁBUA



Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 238.

As construções aumentam. É necessário abrigar uma população que cresce. Esta necessidade vence a oposição generalizada de inovações técnicas pelos proprietários, e determinou a adoção de processos mecânicos europeus, cuja rapidez e economia multiplicam as construções. As freguesias se ampliam, surgem "quase por encanto os mais lindos arrabaldes de Mata Porcos, Catumbi, Mata Cavalos, Catete e Botafogo, cresceu uma cidade nova à beira do novo caminho de São Cristóvão".

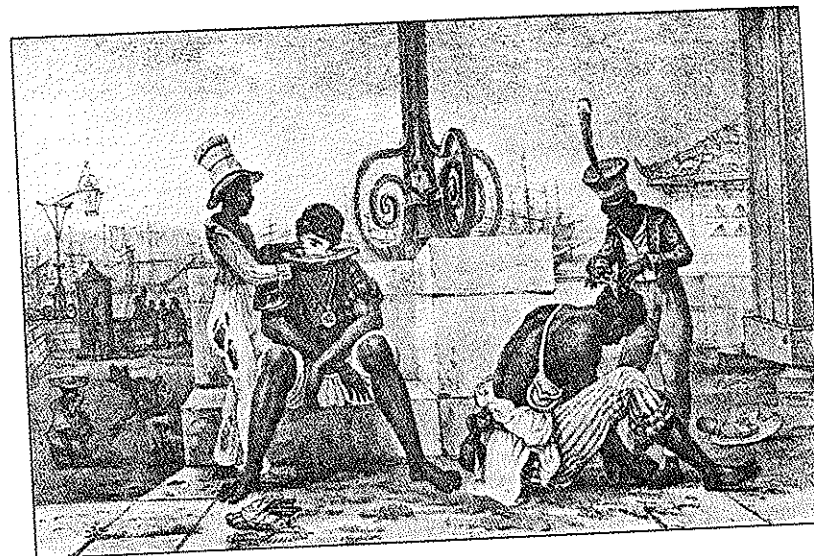
A gravura exemplifica uma serraria mecânica, onde se empregava o trabalho de negros robustos e musculosos.



OK

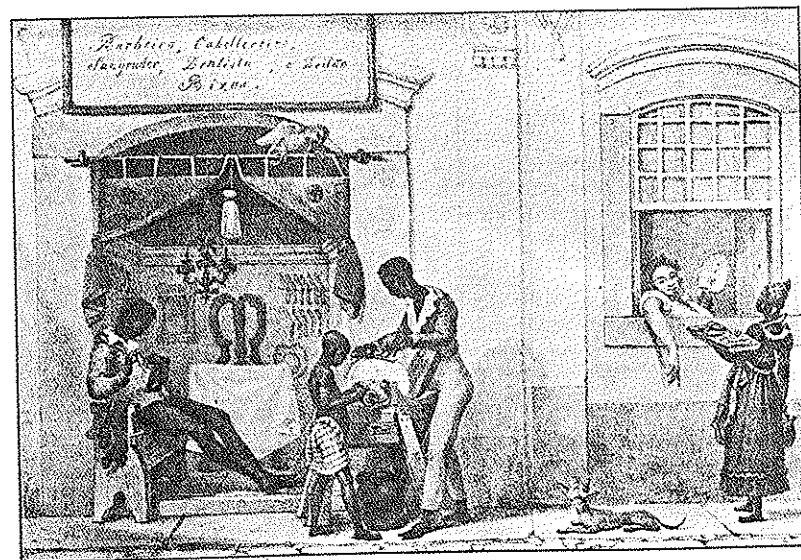
A cena se passa na Praia do Peixe, perto da Alfândega, local onde se reúnem as negras ganhadeiras, escravas ou não, vendedoras de angu, que podem ser encontradas na praça ou em suas quitandas de verduras e frutas.

São seus fregueses diários os negros de ganho que podem comprar porções de acordo com o seu rendimento — 3 vinténs uma boa porção, 1 vintém a menor porção.



Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 211.

A cena acontece nas proximidades do Largo do Palácio, perto do mercado de peixe. Nela vemos dois barbeiros ambulantes no desempenho de suas funções "com habilidade, consagram-se à faceirice dos negros de ambos os sexos (...) Compenetrados e sagazes vagueiam pelas praias nos portos de desembarque, pelos cais, nas ruas e praças públicas, ou em torno das grandes oficinas, certos de encontrar clientes entre os negros de ganho".

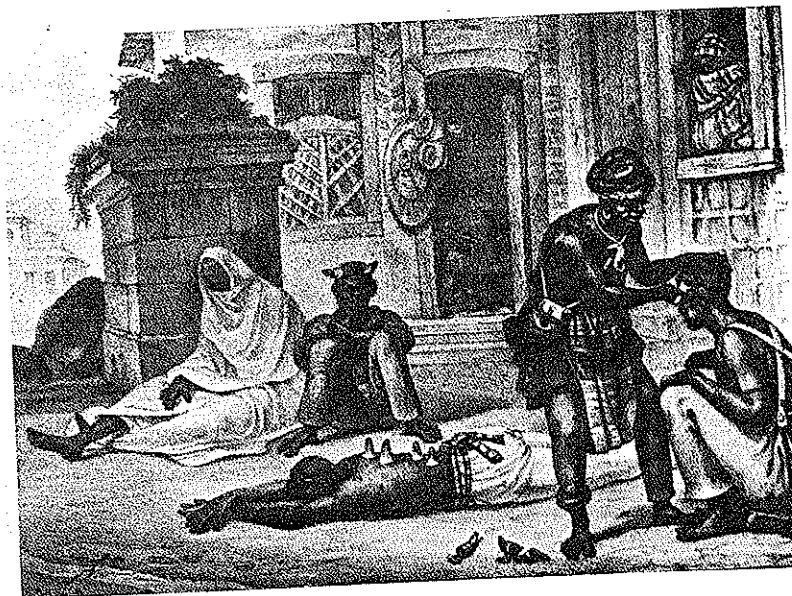


Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 211.

As lojas de barbeiros no Rio apresenta, segundo Debret, o mesmo arranjo interior das lojas européias, com a diferença de que o oficial de barbeiro no Brasil é quase sempre negro ou pelo menos mulato. Além de aí se encontrar um hábil barbeiro, um cabeleireiro exímio, pode-se também conseguir o serviço de um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas.

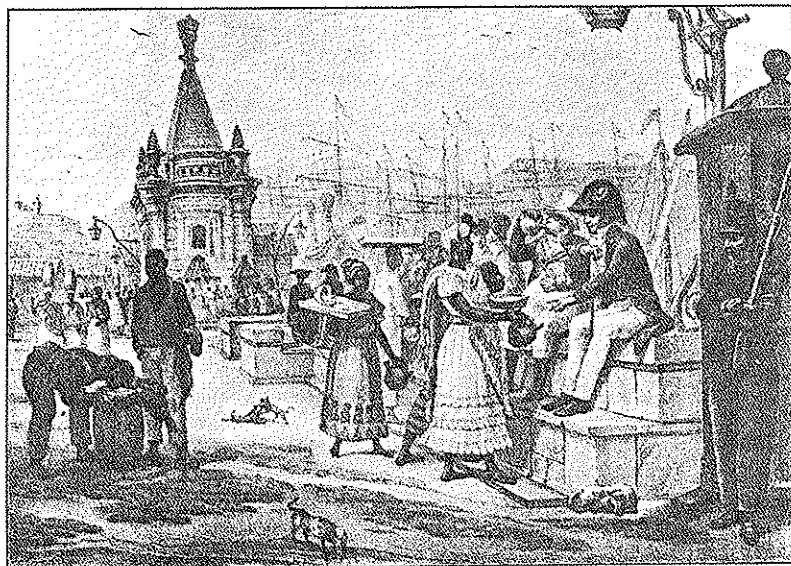
A loja é ocupada por dois negros livres, antigos escravos de ofício (escravos de aluguel empregado nas lojas dos oficiais e cujos senhores recebem semanalmente o seu ganho).

Debret os descreve como "antigos escravos de ofício de boa conduta e econômicos, que conseguiram comprar a sua alforria (possibilidade legal que lhe devolveu a liberdade e lhes assinou o lugar de cidadãos, que ocupam honestamente na cidade)". Podemos observar o caráter ideológico da alforria já citado, como prêmio, dádiva, benevolência do senhor, associado à destreza e habilidade de escravo. Entretanto, a sociedade não aceita totalmente este escravo, que continua levando consigo a marca inconfundível de ser escravo (negro é escravo e escravo é negro). Há uma infinidade de indícios nesse sentido a partir da própria nomenclatura. *Negro* tinha no uso diário o significado de escravo (fosse ele cabra, mulato ou pardo) e se aplicava até aos índios escravizados.



Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 360.

Na cidade no século XIX o atendimento era precário. O Estado procurava, através do hospital da Santa Casa de Misericórdia, dar assistência à população pobre e aos escravos. Entretanto, era comum em todos os bairros a existência dos chamados "cirurgiões negros" que procuravam curar através de benzeduras, talismãs, ervas e principalmente da aplicação de ventosas. Faziam parte do dia-a-dia da cidade, na beira de ruas, a presença desses curandeiros que rivalizavam com os médicos de cultura européia. Esses curandeiros eram de origem africana ou indígena.



OK

Fonte: DEBRET, J.-B. *Ibidem*, p. 205.

Finalmente, terminaremos esta amostragem com a gravura, denominada por Debret", refrescos no Largo do Palácio", que tão bem exemplifica, nos transportando para uma tarde na capital do Império. "No Largo do Palácio se reúne lá pelas 16 horas da tarde o pequeno capitalista, o comerciante, capitães de navios estrangeiros. A procura de consumidores de suas mercadorias juntam-se negros, escravos ou não, que vendem doces, quitutes e água tão necessário para o tipo de comida apimentada de acordo com o gosto da população.

"Quando a noite chega os marinheiros começam a desembarcar de seus navios para passar algumas horas agradáveis na cidade. A noite o Largo do Palácio passa a ser freqüentado tão somente pelas patrulhas militares".

Capítulo 4 O GRUPO SOCIAL QUE EXPLORAVA O ESCRAVO AO GANHO

SENHOR OU SENHORA DE ESCRAVO AO GANHO — CONDIÇÕES DE VIDA

Na pesquisa realizada estudei a totalidade dos documentos relativos a licenças de escravos (cerca de 2.600) existentes no Arquivo Geral do Rio de Janeiro. É preciso salientar que no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, não encontrei referências específicas a esse tipo de licença. Não há meio de avaliar o universo quantitativo das licenças concedidas. Não podemos, portanto, estabelecer a percentagem da amostra em relação à totalidade das licenças para escravos ao ganho.

De qualquer forma, a amostra permite algumas considerações gerais.

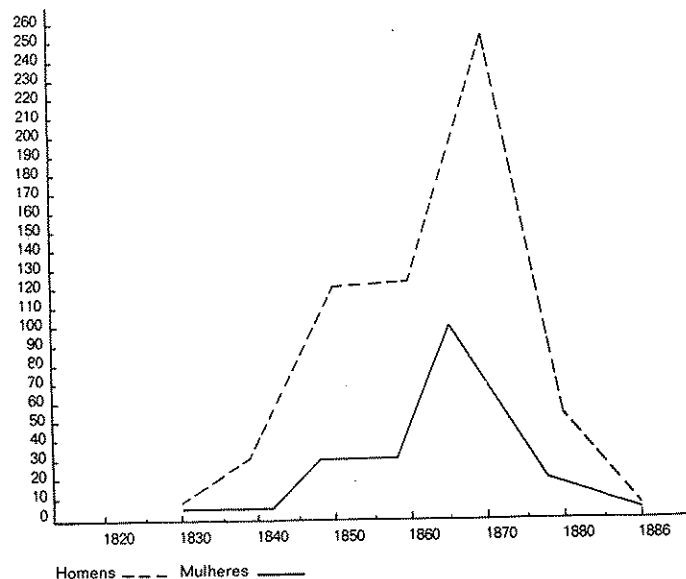
Qual seria a composição social do grupo que explorava o negro de ganho? A documentação compulsada, apesar de suas limitações, oferece alguns indícios. De modo geral, as licenças fornecem dados sobre sexo, nacionalidade, residência, estado civil, quanto às mulheres, e em alguns casos a profissão.

As licenças consultados mostram que a grande maioria dos proprietários de escravos ao ganho era de nacionalidade brasileira. Quanto aos estrangeiros só figuram os portugueses.

Predominam os homens em todo o período estudado, e quando apareciam proprietárias mulheres havia a justificativa de serem viúvas e, portanto, cabeças de casal.

Para melhor visualizar a posição entre proprietários adultos do sexo masculino e feminino no período estudado, organizei o Gráfico II.

Gráfico II — PROPRIETÁRIOS DO SEXO MASCULINO E FEMININO (1820-1886)



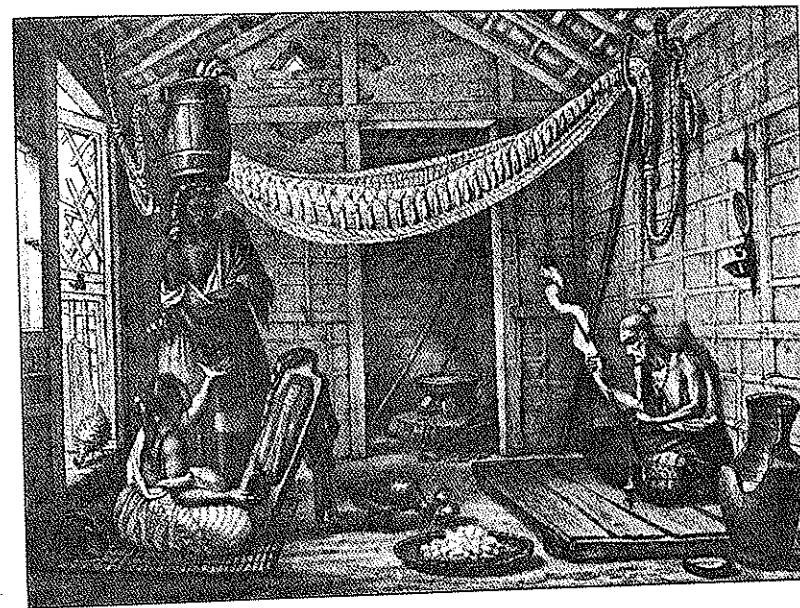
As viúvas recebiam escravos ao ganho de espólios dos maridos e muitas vezes estes representavam sua única fonte de sobrevivência, como se pode observar nos exemplos abaixo citados:

“Diz Agostinha Moreira, viúva, moradora da Rua do sa-bão, que tendo sido hoje presa por ordem do senhor fiscal de Santana sua única escrava que possui Maria Cabina por ella ter deitado circus, no Largo da Cadeia Nova, lugar este que por ignorar assim o fes, não pode a supp^{te} pagar a multa imposta por ser pobre por isso recorre a V. S. para entregar a referida escrava dispensando de pagar a multa.”¹

¹ Arquivo Geral do Rio de Janeiro, códice 6.1.45.

“Diz D. Maria Julia Sampaio Teixeira que tendo de por ao ganho o seu escravo Elias mina, quer a supp^{te} como estando em fase cabeça de casal de seo finado marido fazer qu'elle continue no mesmo serviço e não podendo fazer sem licença. A declarante é brasileira e moradora na Rua do Catete n.º 140, Freguesia da Glória.”²

Gravura ⁴ — VIÚVA POBRE NO INTERIOR DE SUA CASA



Fontes DEBRET J.-B. *Op. cit.*, p. 304.

A gravura exemplifica a situação acima descrita tecendo os seguintes comentários: A imagem apresenta o interior da casa de uma viúva pobre, que ficou no mundo unicamente com sua filha e uma escrava velha. Afirma o artista “ter escolhido o momento do regresso da negra, que entregava à sua ama o lucro do dia, do qual retirou o necessário para aquisição de uma penca de bananas destinada à ceia frugal de todos os habitantes da casa”.³

² Arquivo Geral do Rio de Janeiro, códice 6.1.45.

³ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 256.

Nos anúncios de escravos fugidos do *Jornal do Comércio* e do *Diário do Rio de Janeiro* durante o período analisado, havia referências que indicavam a exploração excessiva de escravos de proprietários que viviam exclusivamente do trabalho dessa mão-de-obra, o que acredito justamente ocasionasse as fugas. No exemplo abaixo, o moleque Antônio, nação caçanje, foge em 1833 para a Bahia, motivando o seguinte anúncio de sua proprietária:

"Sua sra. he pobre, e não possui mais cousa alguma, pede por caridade às autoridades a quem compete dar passaportes, matrículas e visitas às embarcações, fação as precisas diligencias afim de que os ladrões desta Côrte e das Provincias não furtem descaradamente os escravos (...)." ⁴

Freqüentemente eram descritas as tarefas diárias de um escravo que, pelo fato de desempenhar múltiplas atividades, pressupõe-se tratar-se de escravo de senhores pobres ou remediados, e permite avaliar o grau de exploração vigente: cozinheiros que eram também carpinas; sapateiros e pescadores; cozinheiro e caiador, lavadeira e vendeira de rua. Deformações profissionais das mãos, dos pés, do andar, do corpo inteiro, eram amplamente descritas, como neste anúncio:

"Maria nação Benguella, 40 anos, baixa cabeça chata de tanto carregar peso, já tremia; e quando andava era cambando." ⁵

Observamos que os proprietários que solicitavam pequeno número de licenças habitavam as freguesias centrais onde predominavam as moradias mais populares, incluindo cortiços, enquanto que os proprietários de grande número de escravos residiam em bairros considerados de elite, tais como Glória e Botafogo. Só esporadicamente en-

⁴ FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1979, p. 29.

⁵ *Id. Ibid.*, p. 31.

contram-se referências a moradores de subúrbios. Nesse caso, o proprietário solicitava autorização para seus escravos residirem por conta própria, argumentando com a distância e o custo do transporte.

Como já referi, a informação sobre a atividade profissional do proprietário era esporádica. Entretanto, observei referências a bacharel, militar (principalmente sargento), comerciante, padre, funcionário público. No caso das viúvas, elas geralmente não tinham profissão.

Podemos tentar recorrer a estatística de profissões para ter uma idéia de sua distribuição espacial no Rio de Janeiro, como se pode observar na Tabela 14.

Os eclesiásticos moravam na sua maioria em São José, os militares em Santa Rita, Glória e Santana, os empregados públicos em Santana, e as pessoas de profissão literária (bacharéis) nas freguesias de Santo Antônio, São José, Santana, Glória, enquanto os comerciantes predominavam nas freguesias de Sacramento, Candelária e Glória.

Nota-se, portanto, que o escravo ao ganhar dava possibilidade de suprir a subsistência ou complementar a renda de categorias sociais intermediárias, cuja existência era extremamente difícil no sistema escravista na sua forma original. Entre os proprietários não encontramos a presença de altas patentes militares ou da hierarquia superior da Igreja.

No entanto, é preciso salientar que a categoria de proprietário de escravos ao ganhar era tão heterogênea quanto os seus escravos, havia grandes e pequenos proprietários que não se organizavam para fazer frente aos abusos da intervenção do Estado, que desobedecia aos direitos de propriedade em nome do bom funcionamento da cidade. A legislação, através de suas posturas, limitava o direito de propriedade na cidade — a preocupação era assegurar proteção ao morador. Assim, observa-se que a legislação urbanística desenvolvida em todo o século XIX tinha como finalidade melhoramentos urbanos e controle de inú-

Tabela 14 — PROFISSÕES NAS FREGUESIAS URBANAS — 1870-71.

Profissões	Santana	Sacramento	Santa Rita	São José	Santo Antônio	Glória	Engenho Velho	Lagoa	Candelária	Esprito Santo	São Cristóvão	Total
Eclesiásticos	22	23	53	195	24	15	14	39	4	6	9	404
Militares	1.284	85	1.282	630	1.296	68	171	632	...	52	34	5.534
Empregados públicos	684	287	203	294	283	356	185	128	12	324	167	2.923
Profissão literária	361	351	117	368	334	423	127	189	170	220	107	2.767
Comerciantes	2.144	4.150	2.838	2.493	1.390	1.311	425	609	4.512	526	605	21.003
Proprietários	190	110	95	101	245	114	106	109	15	105	125	1.318
Lavradores	24	29	8	11	13	10	78	137	4	34	52	400
Pescadores	86	5	64	40	21	3	...	83	...	4	143	449
Marítimos	87	17	674	237	44	8	8	13	14	57	30	1.190
Manufaturas, artes e ofícios	6.163	6.570	4.643	5.392	3.588	3.531	1.222	1.183	764	2.702	813	36.531
Agências	224	205	179	216	51	814	324	66	47	75	471	2.672
Serviço doméstico	4.128	1.618	3.874	1.150	833	861	2.072	2.715	211	2.977	1.297	21.736
Sem profissão conhecida	12.536	6.511	5.265	5.726	6.631	6.506	4.641	2.849	1.361	1.974	3.447	53.447
Capitalistas	22	25	8	66	25	39	16	19	14	4	3	241

Fonte: Organizada a partir da consulta aos dados de LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. Op. cit. Introdução, p. 366, 370, 378, 382, 384, 391, 399.

meras atividades privadas cujo funcionamento colocava em risco o interesse comum.⁶

A existência de escravos ao ganho nas ruas, nos mercados, na alfândega, em outros locais, agredia e ameaçava a população. A falta de controle por parte do proprietário fortalecia a atuação do Estado. Os protestos nos jornais e nos processos dirigidos à Câmara eram constantes, porém de caráter individual. Frequentemente o Estado confiscava indevidamente escravos ao ganho, alegando irregularidades não comprovadas, e utilizava essa mão-de-obra para os serviços públicos, cobrando taxas de manutenção e multas dos proprietários.

Os pedidos de esclarecimentos sobre prisões de escravos ao ganho eram constantes, como podemos ver no exemplo abaixo:

"Ilmo. Sr. Juis de Paz do Distrito de Santa Rita

Diz Miguel Francisco Borges, que se faz preciso que o depositário geral do município que lhe emforme o motivo da prisão de João Caçange, escravo de Miguel Francisco Borgesprehendido pelo guarda Fiscal de Sta. Ritta pelo guarda Antonio (...) o dia mez e anno da apreensão.

6 de abril de 1840."

Após uma série de pedidos de esclarecimentos sobre o paradeiro de escravos apreendidos responde o fiscal do Distrito de Santa Rita:

"3 de julho de 1841

Ilmo. Snrs.

Tenho a honra de levar ao conhecimento de S. Sas. a revelação dos escravos que encontrei com licenças e sem

⁶ PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lilian. "A reforma urbana e o avesso; algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século". In Culturas e cidades. ANPUH. Revista de História 8 e 9. São Paulo, 1985, p. 148.

⁷ Arquivo Geral do Rio de Janeiro, códice 6.1.43, p. 44.

ellas; nomes morada de senh^{es}. n^{os} das chapas que s' acham recolhidos a prisão de Calabouço:

— Dionísio Moçambique — escravo de Joaquim Eleutério M. morador a Rua do Livramento n.º 77, Chapa n.º 2110.

— João, escravo de José de Souza Pedrosa morador no Morro do Livramento, Chapa n.º 1632.

— Diogo Cabina, escravo de José Lopes dos Santos morador na Travessa do Matogrosso n.º 1, Chapa 540.

— Pedro Moçambique, escravo de D. Joanina de Jesus.

— Proença não continha a licença, nem o n.º da caza. Chapa 2018.

— Sabino Guilherme, escravo de Custódio José Soares, morador a rua S. Francisco da Prainha n.º 101, Chapa 1992.

— Daniel Angola, escravo de Antonio Rodrigues, morador na praia do Valongo n.º 8, Chapa 1984.

— Antonio moçambique, escravo de Luiz Cardoso, morador no Beco do Propósito n.º 3, Chapa 1932.

— Matheus Congo, escravo de Manoel Paes Azevedo morador no Largo do Capim n.º 81, Chapa 2234.

— Jonas da nação mina, escravo de Manoel Travasso da Costa, morador na Praia da Saúde 98, Chapa 197.

— João Congo, escravo de José Maria de Nogueira, morador na Rua União 2, Chapa 2130.

— José, escravo de Marcelino Correia Homem, morador da Rua do Livramento 51, Chapa 2246.

— Claudio crioulo, escravo de José Pereira.

— Antonio Angola, escravo de Bernardo de Francisco.

— Manoel Moçambique de fulano Carril.

— José Calabar, escravo de José Pedro.

— Francisco Benguella, escravo de João Domingos.”⁸

O proprietário de escravo ao ganho era fraco perante o Estado devido à sua origem social e à necessidade de recorrer ao governo para controlar, fiscalizar e punir o seu escravo.

⁸ Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.43. p. 23.

Essa prática foi registrada na documentação da polícia, pelo Código de Posturas, e pelos cronistas que visitaram o Rio de Janeiro. Entre estes, figura Alexander Caldecheugh⁹ que esteve na cidade entre 1811 e 1821, e que afirma:

“(...) o senhor vai ao juiz da polícia, registra o crime e obtém uma ordem para punição no pelourinho público pela qual ele paga as chicotadas por centena”.

Porém é mais uma vez Debret¹⁰ que, com riqueza de detalhes de um observador sensível e de artista primoroso, assim descreve e pinta a aplicação do castigo do açoite:

“a necessidade de manter a disciplina entre uma numerosa população negra levou o legislador português a mencionar no código penal a pena do açoite, aplicável a todo o escravo negro culpado de falta grave: deserção, roubo, ferimento, brigas etc....

“Nessa circunstância o senhor requer a aplicação da lei e obtém uma autorização do intendente da polícia, que lhe dá o direito de determinar, de acordo com a natureza do delito, o número de chibatadas que exige, de 50 até 200. O máximo da pena é administrado em duas vezes com um dia de intervalo; o termo médio é o mais empregado. É por conseguinte, de uso no Rio e nas grandes cidades do Império, que o senhor que deseja castigar o negro o faça conduzir por um soldado de polícia ao calabouço, para ser preso com a apresentação da autorização legal em que se inscrevem o nome do delinquente e o número de chicotadas que deverá receber.

“Por isso todos os dias, entre 9 e 10 horas da manhã, pode-se ver sair a fila de negros a serem punidos; eles vão presos pelos braços, de dois em dois, e conduzidos sob escolta da polícia até o local designado para o castigo, pois existem em todas as praças mais frequentadas

⁹ CALDECHEUGH, Alexander. *Travels in South America during the Years 1819-1821*. Apud Algranti, Leila Mezan, *Op. cit.*, p. 143.

¹⁰ DEBRET, J.-B. *Op. cit.*, p. 304.

da cidade pelourinhos erguidos com o intuito de exhibir os castigos que são em seguida devolvidos a prisão (...)

"A lei permite ainda que o senhor deixe o escravo na prisão mediante o pagamento de uma pensão de dois vinténs por dia, ou para puni-lo ainda mais ou para esperar o momento de vendê-lo (...)." (Vide Gravura 21.)

Observamos que a partir de 1860 aumenta o número de pedidos de licença feitos por um mesmo senhor, o que confirma a hipótese da lucratividade desse investimento, dada a recuperação do capital aplicado na compra e no treinamento do escravo, permitindo a sua reaplicação.

É preciso salientar que na década de 1860 o preço do escravo se eleva devido à escassez decorrente da proibição do tráfico, das restrições ao comércio interprovincial, da não existência de política de reprodução, e da alta mortalidade. Torna-se, portanto, menos lucrativo o emprego do escravo comum na lavoura, porém permanece remunerador o escravo treinado de aluguel ou ao ganho, visto que a expansão econômica mais acelerada a partir dessa época aumenta a procura de trabalhadores, como podemos ver nos exemplos abaixo:

"preto bom cozinheiro de forno e fogão e faz doces" oferecido a 35\$000 mensais.¹¹

"por 20\$000 mensaes aluga-se uma preta, que sabe lavar, cozinhar e vender quitanda."¹²

Preços bastante elevados considerando-se que no meado do século XIX, e mesmo anos depois, uma boa casa assobradada é alugada no centro do Rio de Janeiro a 60\$000 réis. A valorização no mercado do trabalho escravo reflete-se nas elevadas cifras que o preço de um escravo atinge no ano de 1878:

"vende-se um carpinteiro, por 1:000\$; uma preta por 500\$;

¹¹ *Jornal do Comércio*, 14/12/1864.

¹² *Jornal do Comércio*, 14/12/1864.

um moleque por 1:500\$; pardinhas prendadas e pretas de 1:200\$ a 1:700\$." ¹³

Deve-se recordar que o proprietário não custeava o sustento dessas últimas categorias de escravos. Essa característica é muito importante, pois o preço dos gêneros alimentícios consumidos pelos escravos sofre elevações decorrentes das crises de 1857, de 1864 durante a guerra do Paraguai, e na crise de 1875.¹⁴

Enquanto o escravo do campo torna-se cada vez mais antieconômico, também em decorrência da decadência da lavoura do café do vale do Paraíba, o escravo de aluguel e ao ganho passa a ser relativamente mais lucrativo.

Como podemos ver nos exemplos abaixo, são múltiplos os pedidos feitos por um mesmo senhor para colocar escravos ao ganho na praça do Rio:

"Diz o Sarg^{to} Mor Antonio José de Brito cidadão brasileiro, morador na Freguesia da Glória, que elle sup^{te} precisa licença para por no ganho hum escravo preto de nome Fernando de Nação (...)." ¹⁵

No mesmo ano (1860) este proprietário requer licenças para mais oito escravos ao ganho.

"D. Maria Thereza dos Prazeres Ponto, brasileira, moradora a Rua dos Arcos n.º 44, que ella precisa de licença para trazer ao ganho os dez escravos a margem anotados (...).

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1864."

No mesmo ano essa senhora requer licença para colocar ao ganho mais 46 escravos na praça.¹⁶

"Diz Manoel José Spinola Bittencourt morador a Rua do Lavradio 16 que precisa que a Ilma. Camara lhe con-

¹³ *Jornal do Comércio*, 10/12/1878.

¹⁴ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Op. cit.*, vol. I, pp. 128-129.

¹⁵ Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.50.

¹⁶ Arquivo Geral do Rio de Janeiro, código 6.1.45.

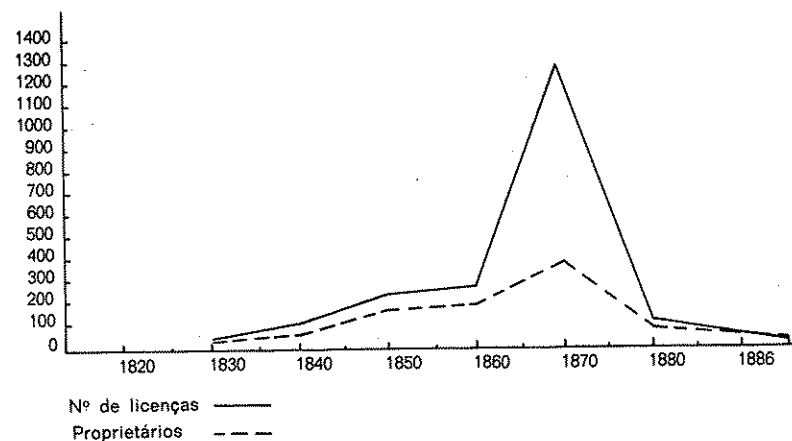
seda licença para os seus escravos abaixo denominados andarem ganhando com cesto na rua durante o corrente anno assim.

Rio de Janeiro 31 de janeiro de 1868.

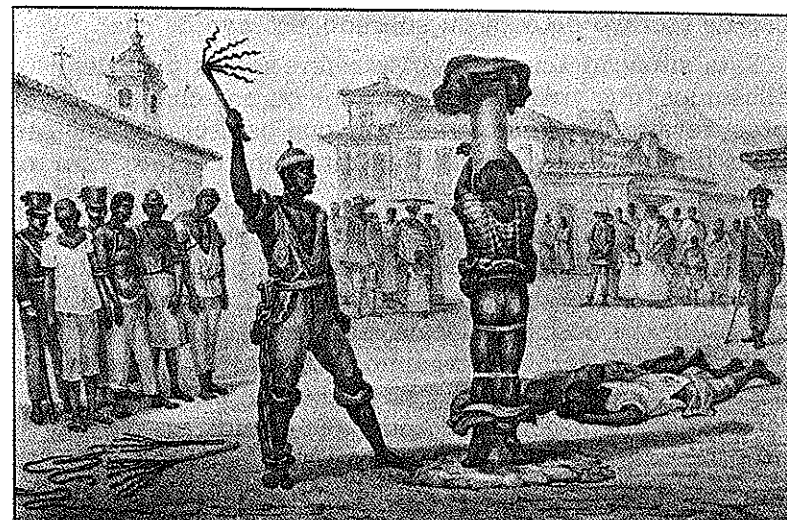
1. Abrahan	Africa	13. João R.	Crioulo
2. Antonio	Crioulo	14. José	Mina
3. Benedito	Mina	15. José Pequeno	Mina
4. Clemente	Mina	16. Julio	Mina
5. Eduardo	Crioulo	17. Justino	Mina
6. Frederico	Mina	18. Leoncio	Mina
7. Gregório	Mina	19. Luis	Crioulo
8. Guilherme	Mina	20. Miguel	Crioulo
9. Horácio	Mina	21. Pedro	Crioulo
10. Jaco	Mina	22. Samuel	Crioulo
11. Jacob	Crioulo	23. Teodoro	Crioulo."
12. João	Crioulo		

O Gráfico II nos permite realçar a concentração de licenças na década de 60 e a desproporção entre essas licenças e o número de proprietário.

Gráfico III — RELAÇÃO DE PROPRIETARIOS E Nº DE LICENÇAS 1820-1886



¹⁷ Arquivo Geral do Rio de Janeiro, códice 6.1.56.



Fonte: DEBRET J.-B. *Op. cit.*, p. 357.

Essas execuções públicas são restabelecidas a partir do desenvolvimento da cidade, onde a população escrava se concentrava. Portanto a partir de 1821 essas rigorosas punições eram executadas em pleno centro do Rio. Após 1829 transferem-se para um lugar mais reservado, à porta da prisão do Castelo, que substitui a do Calabouço, demolida com a construção do Arsenal do Exército.

A punição por açoitamento só seria proibida em 1886, já nos últimos momentos da escravidão.

É importante acrescentar que o proprietário, quando rico, costumava ter escravos para os serviços domésticos, escravos de casa, e escravos para os serviços de rua que poderiam ser ao ganho ou simplesmente para recados, compras, encomendas e vendas, como se pode ver no anúncio abaixo:

"Vende-se huma preta de bons costumes, muito agil para todo o serviço de huma casa, em 16 annos de idade e sempre tem sido criada sem sahir à rua." ¹⁸

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 28/1/1821. Biblioteca Nacional PR SOR 298.

Os anúncios de venda ou aluguel indicavam a determinação de escravo de casa ou sobrado, escravo de rua.

Esta situação acima descrita refere-se aos proprietários abastados, que viviam nos sobrados ou nas chácaras e que procuravam desta maneira evitar que os escravos que serviam diretamente a família entrasse em contato com os perigosos vícios da rua.

Com a degradação desses sobrados urbanos após a segunda metade do século XIX, quando a população aumentava, observou-se o abandono do centro por esse grupo mais abastado, em busca de locais mais aprazíveis. Entretanto, o emprego de escravos ao ganho aumentava, engrossando a população que habitaria esses antigos sobrados, transformando-os em cortiços. Após 1868 vimos esses cortiços proliferando nas freguesias urbanas (vide Tabela 14), tornando-se alvo das críticas e preocupações das autoridades, culminando no projeto da formação de uma Comissão de Melhoramentos da Cidade em 1874, que tinha como principal objetivo a eliminação dos cortiços existentes, considerados focos geradores de epidemias e imoralidades.

Homens e mulheres, ricos, remediados e pobres todos exploravam essa nova face da escravidão. Ela criava uma brecha na estrutura polarizada da sociedade escravista tradicional, dando origem a uma camada de renda média de proprietários de escravos ao ganho e propiciando treinamento de mão-de-obra que serviria de transição para o trabalho livre.

CONCLUSÕES

Este trabalho estudou o escravo ao ganho nas ruas da cidade do Rio de Janeiro no período de 1820 a 1888. Procurei, através da análise da relação cidade-escravidão, destacar a importância do escravo ao ganho no processo de desenvolvimento da primeira.

O escravo ao ganho imprime transformações nas relações escravistas tradicionais, embora não tenha contribuído para a desarticulação do sistema escravista pela forma revolucionária. Entretanto, o negro na rua traz para a cidade o medo e a insegurança.

O escravo ao ganho negava o sistema, e a miséria que este lhe impunha, utilizando-se de formas individuais de contestação, como, por exemplo, os roubos, as fugas, as agressões, os assaltos e as bebedeiras. A luta pela sobrevivência na cidade igualava negros, escravos ou não e ao mesmo tempo os dividia. A disputa por serviços que lhes garantissem o ganho os transformavam, muitas vezes, em inimigos. Assim, toda insatisfação do escravo direcionava-se nem sempre para o senhor que lhe exigia parte considerável do ganho, não para o sistema que o explorava, mas para o companheiro que lhe tirava o freguês. Comprova-se essa situação pelas constantes intervenções da polícia para apartar ou organizar a grande competição entre os negros de ganho. Mortes, pancadarias, vinganças faziam parte da crônica policial da época.

Uma série de fatores propiciaram a desarticulação de qualquer movimento coletivo do negro contra o sistema na

cidade do Rio de Janeiro. Além dos fatores acima citados, contribuíram também para isso as Irmandades de Negros que desmobilizavam os escravos, resolviam individualmente seus problemas, davam assistência aos necessitados e auxílio financeiro, através de empréstimos, para a compra da liberdade. As irmandades não questionavam o sistema, mesmo nos momentos de maior efervescência do abolicionismo, pois estavam plenamente integradas nele: os próprios irmãos viviam da exploração do trabalho dos escravos ao ganho ou de aluguel.

Essa nova face da escravidão impõe ao proprietário limitações ao seu poder. Estas refletem o controle exercido pelo Estado, pois o escravo ao ganho, quando transpunha os limites da casa, deixava de ser apenas uma propriedade privada, tornava-se também uma propriedade pública. As posturas intervinham no direito de propriedade disciplinando as relações entre escravos e senhores, garantindo o que se entendia como "interesse público".

A escravidão ao ganho propiciou elementos de transição para o capitalismo, favorecendo o surgimento de uma mão-de-obra treinada, de uma classe de proprietários de renda média e de formas intermediárias de "salário".

A escravidão ao ganho também favoreceu a expansão econômica do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, na medida em que era lucrativa, numa fase de elevação de preços do escravo e do alimento, possibilitando a reaplicação do capital investido nesse escravo.

Esse trabalho demonstra a variedade de profissões exercidas pelos escravos, desmentindo as freqüentes afirmativas de incompatibilidade entre escravo e tecnologia.

Finalmente, acredito ter evidenciado, através de minha pesquisa, a importância da escravidão urbana e sua influência no tipo de sociedade que surgiu após a abolição.

O sistema de ganho que caracterizou a escravidão na cidade, desenvolvendo aspectos totalmente contraditórios, não foi um elemento definidor do sistema, pois o que marcou a escravidão no Brasil, e na América de modo geral, foi a escravidão rural.

O desaparecimento do escravo ao ganho não comprometeria a base do sistema; entretanto, numa estrutura escravista marcada pelo trabalho agrícola, cujas cidades representavam os agentes distribuidores, produtores, importantes e exportadores — está claro que esta cidade deveria ser escravista, pois o contrário representaria uma contradição e um enfraquecimento da estrutura. A escravidão foi o fator que uniu o país de ponta a ponta. A partir do momento em que algumas regiões começaram a descartar o trabalho escravo, a adesão ao movimento abolicionista foi imediata.

Penso a escravidão como um tempo de longa duração, responsável por toda a organização social e econômica da Colônia e do Império, deixando suas marcas também na República. A abolição não significou uma transição para o trabalho livre na sua expressão maior, pela insuficiência da oferta de trabalho para atender a demanda. A derroca da legal do escravismo colonial, representada pela Lei Áurea, significou o fim do escravo como instituição, mas subsistiram formas de trabalho compulsório, na definição de Kloosterboer:¹

"Chamemos trabalho compulsório aquele do qual o trabalhador não puder retirar-se se assim o desejar ficar sujeito a punições, e/ou para o qual tiver sido recrutado sem o seu consentimento voluntário para tal. O motivo para a imposição desse trabalho, outrossim, deve ser a obtenção do lucro (...)"

Ocorre denunciar a permanência das estruturas econômicas e sociais — libertou-se o escravo, mas não o trabalho, que continuaria a ser sinônimo de escravidão e que, segundo da Costa,²

¹ KLOOSTERBOER, W. *Involuntary Labour Since the Abolition of Slavery*. E. J. Bull, Leiden, 1960, pp. 1-2. Apud CARDOSO, Ciro Flammarion e BRIGNOLLI, Hector Perez. *História econômica da América Latina*. Biblioteca Geral, Rio de Janeiro, 1984, p. 143.

² COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. Liv. Ed. Ciências Humanas Ltda., São Paulo, 1982 (grifos meus), p. XI.

“(...) Talvez a mais importante de todas as influências e a menos estudada seja a que derivou não propriamente da tradição africana, mas das condições sociais criadas com o sistema escravista. A existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas marcando a mentalidade nacional. Um dos efeitos mais típicos dessa situação foi a *desmoralização do trabalho*. (...) A sociedade não se organiza em termos de cooperação, mas de espoliação”.

Espero que nesta primeira abordagem do meu estudo tenha contribuído de alguma maneira para a compreensão da escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro, oferecendo algum subsídio para os estudiosos da questão, em especial para aqueles que pretendam continuar revendo posturas que encaram a escravidão voltada apenas para o campo. Enfim, para aqueles que pretendam aprofundar suas pesquisas nos aspectos que a historiografia de um modo geral tem considerado peculiares.

Num país como o Brasil, localizado em diversas latitudes, com diferentes atividades econômicas e que adotou a escravidão como sistema sócio-econômico que garantia a produção e reprodução de bens exportáveis, consumíveis e de serviço, era indispensável que aquela se adaptasse às várias formas de atividades desenvolvidas por mais de três séculos, acompanhando a própria História do Brasil — o escravo no engenho, na pecuária, na mineração, no café, no algodão, nas atividades extrativas, nas cidades. Diferentes realidades, diferentes condições de vida, diferentes relações sociais e uma mesma estrutura de exploração — a escravidão.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS E FONTES CONSULTADAS

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

- Cartas de libertação de escravos, códigos: 6.1.13; 6.1.14; 6.1.15;
- Mercadores de escravos (1777-1831), código: 6.1.23.
- Escravidão (1814-1831), código 6.1.25.
- Escravos (1844), código 6.1.29.
- Casa de aluguel de escravos (1846), código 6.1.30.
- Escravos ladinos (1847, 1848, 1854, 1855), código 6.1.31 até 6.1.34.
- Junta classificadora de libertação de escravos — atas (1873, 1883), código 6.1.39.
- Escravos (1876), código 6.1.40.
- Escravos (1881-1888), código 6.1.41, 6.1.42.
- Escravos ao ganho
 - 1820-1828, código 6.1.23.
 - 1833-1841, código 6.1.43.
 - 1841-1885, código 6.1.44.
 - 1842-1845, código 6.1.45.
 - 1845-1863, código 6.1.46.
 - 1846-1850, código 6.1.47.
 - 1851-1855, código 6.1.49.
 - 1856, código 6.1.50.
 - 1857-1862, código 6.1.51.
 - 1860-1861, código 6.1.52.
 - 1862-1867, código 6.1.53.
 - 1863-1867, código 6.1.54.
- Escravidão (1864-1877), código 6.1.55 até 6.1.60 (1870-1880).
- Feira de leilão de móveis e de animais e escravos (1828), código 6.1.62.

Habitações coletivas, estalagens ou cortiços (1855-1868), código 44.2.7.
 Habitações coletivas, estalagens ou cortiços (1875-1885), código 44.2.8.
 Livros de registros das leis referentes à Câmara Municipal (1828-1847), código 18.1.66.
 Câmara Municipal — Posturas (1830-1831), código 18.1.67.
 18.1.68 (1830-1849).
 18.1.69 (1830-1858).
 Legislação do Império (1831), código 18.1.71.
 Câmara Municipal — Posturas (1832-1888), códigos: 18.1.72; 18.2.1; 18.2.2; até 18.2.12 (documentação quase ilegível e sem roteiro).

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Relatórios dos presidentes de província, época do Império (1835-1843), rolo 033-0-78.
 Relatórios dos presidentes do Império — Relatórios ministeriais, época do Império, rolo 007-082.

Biblioteca Nacional

Rio de Janeiro, jornais diversos — PR-SOR, 287, 296 (1821-1827).

CRONISTAS E VIAJANTES CONTEMPORÂNEOS

CALDECHEUGH, Alexander. *Travels in South America During the Years 1819-1821*.
 DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo, Liv. Martins-EDUSP, 1972.
 EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasileira, 1972.
 EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. 3ª vol., 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1957.
 ESCHEWEGE, W. L. von. *Diário de uma viagem do Rio de Janeiro a Vila Rica na capitania de Minas Gerais*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1936.
 EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Conquista, 1973.
 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.
 KOSERITS, Carl. *Imagens Brasil*. Tradução de Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte, Liv. Itatiaia, 1980.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, Liv. Martins, 1951.
 RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco 1812-1860*. 2º volume. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
 RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. 8ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.
 SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Tradução e notas do General Bertoldo Klinger. Prefácio e notas do Coronel F. de Paula Cidade. 3ª ed. São Paulo, Liv. Martins; Brasília, INL, 1976.
 SPIX, J. B. e MARTIUS, C. F. F. Von. *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1961, 2 volumes.

OBRAS E ARTIGOS GERAIS

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa, Ed. Europa-América, 1974.
 BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais humanas*. Artigo de longa duração.
 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 10ª ed. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1976.
 CARR, E. H. *Que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. Revisão técnica de Maria Yeda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
 CARDOSO, Ciro Flamarion S. e BRIGNOL, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.
 CARONE, Edgar. *O centro industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1877)*. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, 1978.
 GUERREIRO, Ramos. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, s. ed., 1957.
 LAMBERT, J. *Os dois Brasis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBEMEC, 1978.
 MARX, Karl. *Le capital*. Paris, Editions Sociales, 1948-1960.
 MOURA, Ana Maria da Silva. *Carroças e carroceiros, transporte e abastecimento no Rio de Janeiro, 1850-1890*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1984. Tese de mestrado (exemplar xerografado).
 PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lillian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do D. F. na virada do século. In *Culturas e Cidades*, ANPUH. *Revista Brasileira de História* (8-9). São Paulo, Ed. Marco Zero, 1985.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro, a vida da cidade refletida nos jornais*.

SANTOS, Francisco Noronha. *Chorographia do Distrito Federal*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Benjamin de Aguiar, 1913. Citado na Série de Estudos PUC/RJ. A polícia na corte e no D. F., 1831-1930. PUC Divisão de Intercâmbio e Edições.

_____. *As freguesias do Rio Antigo vistas por N. S. s. l.*, Ed. O Cruzeiro, s. d.

OBRAS E ARTIGOS SOBRE A ESCRAVIDÃO

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1821*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983.

AZEVEDO, Thales de. *Cultura e situação racial no Brasil*. Rio de Janeiro, s. ed., 1966.

_____. *As elites de cor; um estudo da ascensão social*. São Paulo, s. ed., 1955.

BRASIL, Gerson. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1975.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *A Afro-América; a escravidão no novo mundo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

_____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.

_____, BRIGNOL, Héctor Pérez. *História econômica da América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional; o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

_____ e IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade em Florianópolis*. São Paulo, s. ed., 1960.

CONRAD, Robert. *Tumbeiros; o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

_____. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1982.

COSTA PINTO, L. A. *O negro no Rio de Janeiro*. São Paulo, s. ed., 1952.

CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros e estrangeiros*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.

FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1955.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Dominus Editora, 1964, 2 v.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.

FRANCO, M. S. de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Ática, 1974.

FREITAS, Décio de. *O escravismo brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1977.

_____. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre, Editora Movimento, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio, 1977.

_____. *Sobrados e mocambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro, Liv. José Olympio-MEC, 1977.

GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1976.

GOLDIN, Cláudia D. *Urban Slavery in the American South 1820-1860*. Chicago, University of Chicago Press, 1976.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ed. Ática, 1978.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*, Rio de Janeiro, 1970; *Da fuga ao suicídio*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972.

IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

_____. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

KARRASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin, 1972 (exemplar xerografado).

KLOOSTERBOER, W. *Involuntary, Labour since the Abolition of Slavery*. Leiden, Ed. E. J. Brill, 1960.

LIBBY, Douglas Cole. *Escravo e capital estrangeiro no Brasil; o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1984.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia negra e abolicionismo*. Rio de Janeiro, Ed. Achiamé, 1981.

LUNA, Luís. *O negro na luta contra a escravidão*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Cátedra-MEC, 1976.

- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1972.
- PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil, Washington, 1959*. Chicago, Nova Editora Chicago, 1967.
- QUEIRÓS, Sueli. *A abolição da escravidão*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- REIS, João José. *Rebeldia escrava, o levante dos malês*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira-MEC, 1976.
- RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. In *História e historiografia*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1970.
- SANTIAGO, Théo. *América colonial*. Rio de Janeiro, Ed. Pallas, 1975.
- SANTOS, Maria Januária Vilela. *A balaia e a insurreição de escravos no Maranhão*. São Paulo, Ed. Ática, 1983.
- SANTOS, Sidney M. D. dos. *André Rebouças e seu tempo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1985.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.
- SOARES, Luis Carlos. *A manufatura na formação econômica e social escravista no Sudeste; um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense, 1840-1880*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 1980 (cópia xerografada).
- TANNENBAUM, Frank. *Slave and citizen, the negro in the Americas*. New York, s.ed., 1946.
- WADE, Richard. *Slavery in the Cities the South, 1820-1860*. Londres, Oxford University Press, 1977.